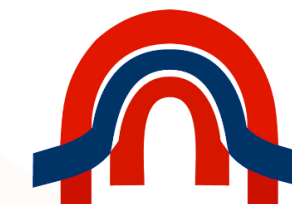




Determinantes da opinião do auditor nas Certificações Legais de Contas dos Municípios Portugueses

Ana Carolina Pimenta de Jesus

ISCAC | 2019



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Ana Carolina Pimenta de Jesus

Determinantes da opinião do auditor nas Certificações Legais de Contas dos Municípios Portugueses

Coimbra, outubro de 2019



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Ana Carolina Pimenta de Jesus

Determinantes da opinião do auditor nas Certificações Legais de Contas dos Municípios Portugueses

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Auditoria Empresarial e Pública, Ramo de Instituições Públicas**, realizada sob a orientação do Professor Bruno José Machado de Almeida.

Coimbra, outubro de 2019

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

PENSAMENTO

“Sabemos bem que toda a obra tem de ser imperfeita, e que a menos segura das nossas contemplações estéticas será a de aquilo que escrevemos. Mas imperfeito é tudo, nem há poente tão belo que o não pudesse ser mais, ou brisa leve que nos dê sono que não pudesse dar-nos um sono mais calmo ainda”

O livro do desassossego, de Fernando Pessoa

“Quem realmente quer alcançar os seus objectivos e, no médio e longo prazo, as suas metas, trabalha e labora e, no final, é recompensado com resultados palpáveis. É um labor de amor, uma conquista dia a dia conquistada.”

Ilusão (ou o que quiserem), de Luísa Costa Gomes

DEDICATÓRIA

À memória do meu Pai,

Carlos Manuel de Jesus

*Se partiste, não sei.
Porque estás,
tanto quanto sempre estiveste.*

*Essa tua,
tão nossa, presença
enche de sombra a casa
como se criasse,
dentro de nós,
uma outra casa.*

*No silêncio distraído
de uma varanda
que foi o teu único castelo,
ecoam ainda os teus passos
feitos não para caminhar
mas para acariciar o chão.*

*Nessa varanda te sentas
nesse tão delicado modo de morrer
como se nos estivesse ensinando
um outro modo de viver.*

*Se o passo é tão celeste
a viagem não conta
senão pelo poema que nos veste.*

*Os lugares que buscaste
não têm geografia.*

*São vozes, são fontes,
rios sem vontade de mar,
tempo que escapa da eternidade.*

*Moras dentro,
sem deus nem adeus.*

“O habitante”, Mia Couto

AGRADECIMENTOS

As páginas de qualquer trabalho académico são preenchidas com o nosso saber e dedicação, mas são enriquecidas com aqueles que são os valores que nos acompanham ao longo da vida, e para os quais contribuíram todas as pessoas que por nós passaram em todo este percurso.

Assim, é imperativo fazer nota da importância que tiveram todos aqueles que desde o ensino primário me ensinaram e encaminharam, com destaque particular para os professores que fizeram parte do corpo de ensino do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública nos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018. Uma nota de apreço ao orientador desta dissertação, Dr. Bruno Almeida, e à disponibilidade desde logo demonstrada para o apoio na vertente estatística pelo Dr. Alexandre Silva. De enaltecer a solicitude dos municípios que colaboraram na disponibilização da informação necessária.

Não poderia deixar de agradecer também a três pessoas que no meu percurso pessoal, associativo e profissional, sempre me incentivaram a fazer mais e melhor. São eles o Eng. Rodrigues Marques, o Paulo Delfim e a Lucília Pimenta.

E claro, à minha família. Particularmente aos meu pais, Carlos Manuel de Jesus e Maria Emília Jesus, pois todos os meus títulos académicos são também deles.

Neste período, de particular carga emocional, principalmente por não o poder partilhar com o meu pai, fica o sentimento da efemeridade das nossas conquistas e da eternidade daqueles que são a verdadeira razão de Ser.

RESUMO

O estudo da auditoria aos municípios encontra-se ainda numa fase inicial no nosso país, tendo aqui uma forte margem de investigação. Com este trabalho, o objetivo foi identificar em que medida as características dos municípios são determinantes na opinião do auditor.

Em primeiro lugar, foram explanados os principais conceitos de auditoria, feito o enquadramento dos municípios e apresentada a evolução histórica da auditoria aos municípios. Debruçamo-nos com especial atenção sobre as sucessivas Leis das Finanças Locais e nos momentos decisivos para a auditoria aos municípios, como o são a introdução da obrigatoriedade de certificação das contas dos municípios portugueses.

Numa segunda fase, temos o trabalho de investigação. A base do nosso trabalho passou por analisar as certificações legais de contas dos municípios portugueses, a informação financeira e a estrutura de gestão/política. Utilizando o método estatístico de regressão logística, concluiu-se sobre a relação entre as variáveis consideradas e a existência de reservas ou ênfases na certificação legal de contas emitida pelo auditor.

A introdução da variável política constituiu uma novidade face a outros estudos, sendo mesmo a vertente em que encontramos resultados inovadores, que nos permitem concluir sobre a relação entre a maioria na Assembleia Municipal e a opinião qualificada do auditor. Na linha de trabalhos anteriores, confirma-se que a vertente financeira não é determinante da opinião do auditor.

Este estudo veio contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a auditoria externa aos municípios portugueses e traçar algumas linhas para futuras investigações nesta área.

Palavras-chave:

Opinião, Auditoria, Certificação Legal de Contas, Municípios.

ABSTRACT

The study of municipal auditing stills is at an early stage in our country, being therefore a field with a large potential for investigation. With this work, the main goal was to identify how the characteristics of the municipalities influence the auditor's opinion.

Firstly, the main concepts of auditing were explained, the municipalities framing was defined, and the historical evolution of municipalities auditing was presented. Special attention was paid to the successive Local Finance Laws and to the decisive moments for municipalities auditing, such as the introduction of the mandatory certification of the accounts of the Portuguese municipalities.

In a second phase, the research work was then developed. The basis of the work was to analyze the legal certifications of the accounts of the Portuguese municipalities, the financial information and the management / policy structure. Using the statistical method of logistic regression, the relationship between the variables and the existence of limitations or qualifications in the statutory certification of accounts issued by the auditor was obtained.

The introduction of political variables can be considered something of a novelty when compared to other studies, being the aspect in which innovative results were found. This allowed to draw some conclusions on the relationship between the majority in the Municipal Assembly and the qualified opinion of the auditor. In line with previous work, this current study confirmed that the financial aspect is not decisive for the auditor's opinion.

This study contributed to deepen the knowledge on external auditing of the Portuguese municipalities and to point at some directions for the future investigations in this area.

Keywords:

Opinion, Audit, Audit Report, Municipalities.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	2
1.1 Auditoria	2
1.1.1 Conceito de auditoria	2
1.1.2 História da auditoria.....	7
1.1.3 A auditoria em Portugal	10
1.1.4 Nos primórdios da auditoria municipal portuguesa	10
1.2 Autarquias Locais.....	12
1.2.1 Enquadramento histórico-legal dos Municípios	13
1.2.2 Contabilidade autárquica	15
1.3 Finanças Locais	19
1.3.1 Autonomia Financeira.....	19
1.3.2 A(s) Lei(s) das Finanças Locais.....	20
1.4 Auditoria e revisão legal de contas nos Municípios.....	28
1.4.1 Auditoria externa aos municípios	28
1.4.2 Procedimentos de auditoria na revisão legal de contas dos municípios ...	33
1.4.3 A contratação do auditor de contas municipais	39
2 ESTUDO EMPÍRICO.....	40
2.1 Revisão de literatura.....	40
2.2 Metodologia	43
2.2.1 Amostra e recolha de informação	43
2.3 Variáveis em estudo	44
2.3.1 Variáveis dependentes	44
2.3.2 Variáveis independentes	45
2.4 Objetivos e hipóteses.....	54

3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
3.1	Síntese	56
3.2	Contribuições do estudo	62
3.3	Limitações	63
3.4	Linhas de investigação	63
	CONCLUSÕES.....	65
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
	APÊNDICES	72
	APÊNDICE 1 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES	73
	APÊNDICE 2 – MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	75

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 1-1: Diferenças entre Auditoria Externa e Auditoria Interna.	5
Tabela 1-2: Diferenças entre Auditoria Operacional e Auditoria Financeira.	6
Tabela 1-3: Alguns factos da evolução histórica da auditoria	8
Tabela 1-4: Quadro político-legal das Leis das Finanças Locais	21
Tabela 1-5: Riscos genéricos a considerar nas auditorias aos municípios.	36
Tabela 1-6: Estrutura da CLC de entidades de interesse público	37
Tabela 1-7: Julgamento do auditor e opinião expressa.....	38
Tabela 2-1: Dimensão dos Municípios Portugueses.....	46
Tabela 2-2: Variáveis em Estudo	53
Tabela 2-3: Hipóteses de investigação	54
Tabela 3-1: Estatística descritiva das variáveis introduzidas.	57
Tabela 3-2: Análise de regressão logística - Opinião qualificada.	58
Tabela 3-3: Análise de regressão logística – Relatório modificado.	61

FIGURAS

Figuras 1 e 2: Opiniões de auditoria qualificadas e modificadas na amostra.....	56
--	----

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

CCP – Código dos Contratos Públicos

CRP - Constituição da República Portuguesa

CLC – Certificação Legal das Contas

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

DL – Decreto-Lei

IFAC – *International Federation of Accountants*

IGAL – Inspeção Geral das Autarquias Locais

IIA – *Institute of Internal Auditors*

INTOSAI - *International Organization of Supreme Audit Institutions*

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

IRC – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

ISA – Norma Internacional de Auditoria

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

JMAs – *Joint Municipal Authorities*

LFL – Lei das Finanças Locais

LOE – Lei do Orçamento Geral do Estado

LOPTC - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas

MAI – Ministério da Administração Interna

NCI – Norma de Controlo Interno

OE – Orçamento do Estado

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

ROC – Revisor Oficial de Contas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

TC – Tribunal de Contas

TCE – Tribunal de Contas Europeu

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A auditoria às autarquias, em particular aos municípios, é um campo em que a investigação está a dar os primeiros passos. Isto sucede em virtude de esta ser uma área recente naquela que é a gestão municipal, estando a ser impulsionada com as obrigações legais introduzidas nos últimos anos, sendo disso exemplo a obrigatoriedade de certificação legal das contas de todos os municípios, desde 2013.

Identificámos alguns estudos relacionados com a auditoria externa, dos quais destacamos o trabalho de Rei (2015), em que aborda o impacto que esta tem na melhoria da qualidade da informação financeira prestada pelos municípios, bem como a perceção da importância da auditoria por parte dos agentes envolvidos nesse processo (principalmente auditores e auditados). Sendo instituições públicas e com órgãos de carácter político, releva aqui igualmente o forte interesse da auditoria na própria fiscalização de natureza financeira.

Sentimos necessidade de realizar um trabalho diferente, que se prendeu com a análise das certificações legais de contas dos municípios portugueses, relacionando o tipo de relato com algumas das características dos próprios municípios, mas também com a sua gestão e as características do auditor.

O nosso trabalho é apresentado em três grandes partes, as quais subdividimos em função da necessidade de explanação dos diversos conteúdos.

Na primeira parte fazemos um enquadramento dos conceitos em torno da auditoria, bem como um apanhado histórico das raízes da auditoria financeira aos municípios em Portugal. Aqui damos especial enfoque às autarquias locais, e em particular os municípios, analisando a lei das finanças locais e sucessivas alterações, bem como a auditoria e revisão de contas nos municípios.

Na segunda parte, elencamos o estudo empírico realizado. É nele que concentramos grande parte do trabalho efetuado, sendo o cerne da nossa investigação.

Na terceira parte apresentamos e analisamos os resultados do nosso estudo, assim como as limitações e linhas de investigação futura.

Terminamos com as conclusões do trabalho realizado, as quais esperamos que venham a contribuir para o universo do estudo sobre auditoria aos municípios portugueses e dar-lhe o destaque que acreditamos merecer.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Auditoria

1.1.1 Conceito de auditoria

Do ponto de vista da etimologia, a palavra auditoria provém verbo latino *audire*, que tem como significado “*ouvir*”. Assim percebemos o auditor, como *auditor*, ou seja, “*o que ouve, ouvinte, auditor*”, mas também “*discípulo, aluno*”.

Daí que durante muito tempo a função de auditoria estivesse fortemente alicerçada na perspetiva da transmissão da informação pela via oral, sobretudo por indagação, sem se acompanhar dos registos e fontes de prova que hoje lhe estão associados.

Na ISA 200, o termo auditor “*é usado para referir a pessoa ou pessoas que conduzem a auditoria, geralmente o sócio responsável pelo trabalho ou outros membros da equipa de trabalho ou, como aplicável, a firma*”.

Para os ingleses, desde cedo *auditing* foi entendido no sentido de revisão, pelo que há autores como Attie (1998), que acreditam na origem inglesa desta palavra, *to audit*, enquanto fim de examinar, ajustar, corrigir, certificar. Associa esta origem a uma Inglaterra, que “*como dominadora dos mares e do comércio em épocas passadas, teria iniciado a disseminação de investimentos em diversos locais e países e, por consequência, o exame dos investimentos mantidos naqueles locais*” (Attie, 1998).

Auditoria tem os seguintes significados: cargo de auditor; tribunal ou repartição onde se exercem as funções de auditor; fiscalização da contabilidade e da gestão de uma empresa ou de um organismo ou mesmo diagnóstico que visa analisar a gestão e a situação financeira de uma empresa ou organismo.

Enquanto disciplina podemos encontrar um conjunto vasto de definições, as quais foram sendo aprimoradas ao longo dos anos, e fruto da sua aplicação e desenvolvimento. Para Costa (2014):

“Em termos gerais, uma auditoria destina-se a verificar, de uma forma sistemática, a conformidade dos procedimentos adotados e seguidos nas diversas áreas organizacionais de uma entidade com os respetivos regulamentos, critérios, leis, regras, políticas, etc., quer internos quer externos, que se encontrem estabelecidos e aprovados.”

Ainda no âmbito português, o Tribunal de Contas disponibiliza um manual de procedimentos de auditoria, no qual também apresenta a sua definição, que resulta de um conjunto de diferentes aceções observadas:

“Auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião aos seus termos equivalentes do setor público, quando relevante” (TC, 2016).

A nível internacional, os organismos que analisámos são mais concisos e objetivos nas suas definições, estabelecendo a auditoria como uma verificação ou exame. No caso do IFAC, orienta a sua definição para os objetivos da auditoria, como podemos verificar:

“Auditoria é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade.”

Por sua vez, o INTOSAI vai além da opinião e da credibilidade, expressando mesmo as bases da aceção de conformidade que deve ser “*examinada*”:

“Auditoria é o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas”.

Para realizar a auditoria, o auditor usa diversas técnicas, que vão além da indagação. Materializam-se, assim, por procedimentos específicos de inspeção, observação, entrevista, confirmação, análise e cálculo, e que são usados em função da necessidade e do tipo de entidade, numa decisão que cabe tomar aquando do planeamento da auditoria.

São aceites diferentes tipologias de auditoria, as quais são determinadas consoante o âmbito de aplicação. Destacamos os tipos de auditoria cuja natureza se enquadra no nosso trabalho de investigação, os quais explicitamos ao longo de cada um dos pontos que se seguem, sob a forma de oposição ao conceito oposto.

1.1.1.1 Auditoria interna vs auditoria externa

A Auditoria Interna pode ser definida como *“uma atividade independente, de garantia e consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização”*, como apresenta o *Institute of Internal Auditors (IIA)*, numa aceção adotada pelo IPAI, especificando que esta *“assiste a organização na consecução dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação”* (IPAI, 2009).

Se virmos na prática, os princípios que orientam as atividades, tanto de auditoria interna como externa, são os mesmos, com metodologias e técnicas semelhantes. As grandes diferenças prendem-se fundamentalmente com os objetivos, o âmbito, a relação com a entidade auditada e a decisão de auditar.

Concretizando o que dissemos no parágrafo anterior, e de acordo com a diferenciação proposta por Costa (2008), as auditorias internas têm como propósito assessorar o executivo e auxiliar os serviços no bom desempenho das suas atribuições e responsabilidades, enquanto a auditoria externa tem como objetivo emitir parecer sobre a atividade desenvolvida e dar credibilidade junto das entidades externas ao funcionamento. Notamos que o âmbito das auditorias externas está geralmente mais direcionado para as áreas contabilística e financeira, enquanto nas auditorias internas é mais amplo e variável. Um auditor externo tem um grau superior de independência em relação ao órgão auditado, pelo que para mitigar eventuais problemas relacionados com a independência, se recomende vivamente que o auditor interno dependa diretamente do órgão de gestão ou da comissão de auditoria.

Outra diferença prende-se com o facto de, na maioria das situações, a auditoria externa ser imposta por obrigação legal, enquanto a auditoria interna resulta de uma decisão (e vontade) do próprio executivo.

Estudos realizados revelaram *“que os auditores externos se preocupam mais com a segurança do sistema do que com a eficiência na utilização dos recursos, enquanto os auditores internos se preocupam mais em contribuir para adequadas situações de equilíbrio e de compromisso entre a desejada eficácia do sistema e a eficiência da utilização dos meios de controlo”* (Costa, 2008).

Tabela 1-1: Diferenças entre Auditoria Externa e Auditoria Interna.

Fonte: Adaptado de Costa, A. (2008)

	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Objetivo	Emitir parecer sobre as demonstrações financeiras.	Assessorar o executivo e apoiar o município.
Destinatários	Fundamentalmente externos: Governo e público.	Internos: executivo e serviços auditados.
Incidência	Incide sobre as demonstrações financeiras.	Incide sobre todas as funções do município.
Realização	Por profissionais de entidade independente em relação ao município auditado.	Geralmente por profissionais do próprio município.
Métodos	Ênfase na verificação dos saldos, com vista à emissão de parecer (de publicação obrigatória) sobre as demonstrações financeiras.	Ênfase na análise de procedimentos e de critérios, avaliando o cumprimento de normas, políticas e a eficácia do sistema de controlo interno.
	Análise, por amostragem, aos registos contabilísticos.	Análise por maior extensão e profundidade.
	Baseia-se na comparação com padrões <i>standard</i> .	Baseia-se em técnicas de auditoria de gestão e de controlo.
	A análise e a apresentação do trabalho baseiam-se nas áreas de balanço e demonstração de resultados.	A análise e a apresentação do trabalho atende às áreas operacionais.
Critérios	Menos propensos ao juízo dos auditores. Critérios estabelecidos pela legislação e regulamentação para todas as auditorias. Normas e princípios contabilísticos geralmente aceites.	Regras, técnicas e princípios de registo e controlo das operações e de gestão em todas as áreas, atividades, funções dos municípios.
Frequência	Periódica, em princípio anual.	Periódica, mas geralmente sem tempo determinado.
Independência	Em relação ao município.	Em relação às atividades e serviços auditados.

1.1.1.2 Auditoria financeira vs auditoria de gestão

A distinção entre auditoria financeira e auditoria de gestão prende-se, na sua essência, com o objetivo prosseguido por cada uma delas, como o próprio nome atribuído indicia. No caso da auditoria financeira, procuramos analisar as contas e a adequação contabilístico-financeira, enquanto na auditoria de gestão tendemos a analisar a legalidade, economia, eficiência, eficácia, bem como as opções estratégicas.

Auditoria Financeira é “um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e

eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira” (Almeida, 2017).

Por seu turno, a auditoria de gestão (ou de resultados), de acordo com o Tribunal de Contas Europeu (TCE), pode ser definida como *“um exame independente, objetivo e fiável que visa verificar se as empresas, os sistemas, as operações, os programas, as atividades ou os organismos funcionam em conformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia e se existe margem para melhorias”* (TCE, 2017). O Tribunal de Contas português simplifica, dizendo que *“a auditoria operacional ou de resultados, ou simplesmente de gestão, tem por objetivo a apreciação da gestão dos recursos públicos segundo critérios de economia, eficiência e eficácia (os três E’s)”* (TC, 2016).

Estas definições demonstram de forma muito clara o que já dissemos anteriormente, no que respeita ao foco mais objetivo da auditoria financeira na conformidade aos critérios contabilísticos e financeiros, e o direcionamento da auditoria de gestão num contexto mais subjetivo, que se prende com as questões de âmbito mais funcional e do campo da decisão.

De seguida sintetizamos as principais diferenças entre estas duas tipologias de auditoria.

Tabela 1-2: Diferenças entre Auditoria Operacional e Auditoria Financeira.

Fonte: Adaptado do Manual do Tribunal de Contas Europeu (2017).

	Auditoria de Gestão	Auditoria Financeira
Objetivo	Verificar se os recursos foram utilizados com economia, eficiência e eficácia.	Verificar se as operações financeiras foram executadas com legalidade e regularidade, bem como se as contas são fiáveis.
Incidência	Política, programa, entidade, departamento, atividades e sistemas de gestão.	Operações financeiras, contabilidade e principais procedimentos de controlo.
Formação académica	Mais diversa, incluindo economia, ciências políticas ou sociologia.	Mais específica, centrando-se nas áreas de auditoria, contabilidade e direito.
Métodos	Variam conforme as auditorias.	Procedimentos e formato normalizados.
Critérios	Mais propensos ao juízo formulado pelos auditores. Critérios próprios de cada auditoria.	Menos propensos ao juízo formulado pelos auditores. Critérios normalizados estabelecidos pela legislação e regulamentação para todas as auditorias.
Frequência	Relatórios especiais publicados de maneira pontual.	Periódica, em princípio anual.
Relatórios	Estrutura e conteúdo variam conforme os objetivos.	Tendencialmente normalizados.

1.1.1.3 Auditoria sector público vs auditoria sector privado

Quanto às entidades alvo, podemos fazer a distinção entre auditoria pública e privada. Como a própria nomenclatura apresenta, no primeiro caso estamos a auditar as instituições do sector público e no segundo as de natureza privada.

“Por auditoria do sector público deve entender-se a auditoria das entidades de direito público que não obedecem às regras do direito das sociedades e que têm, portanto, obrigações diferentes em matéria de informação financeira.” (Almeida, 2017).

Diferenciando as duas tipologias, na auditoria pública o foco passa sobretudo por prevenir e detetar irregularidades, assegurando que os dinheiros públicos são gastos de forma adequada. Tendo em conta que a administração pública, em sentido amplo, deve prestar contas a todos os cidadãos, podemos demonstrar que há um interesse geral e público da auditoria a este tipo de instituições, cujo leque de utilizadores da informação é mais amplo do que nas auditorias aos privados.

“Para as empresas privadas o importante é que as demonstrações financeiras transmitam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e também dos fluxos de caixa. Enquanto que para as entidades públicas o mais importante é que a gestão dos fundos públicos tenha sido adequada e que se pautou por critérios de legalidade” (Marques & Almeida, 2004).

1.1.2 História da auditoria

É ao Egipto e à Babilónia que remontam os primórdios da auditoria, quando começaram a usar-se métodos, ainda que rudimentares, para aferir a precisão dos registos efetuados. Já na Roma antiga, as contas públicas eram supervisionadas por altos funcionários do Estado, que prestavam contas aos imperadores de forma verbal.

A auditoria teve um forte desenvolvimento aquando da Revolução Industrial, principalmente em Inglaterra. Estávamos na segunda metade do século XIX, quando *“o aumento da dimensão das empresas, a separação da propriedade da gestão, bem como o aumento do número de proprietários de empresas, levaram ao aparecimento da figura do auditor para zelar pela transparência da gestão e detetar irregularidades”* (Taborda, 2010).

Com a necessidade de expansão dos negócios e de obtenção de financiamento para os consolidar, a auditoria tornou-se crucial como disciplina de certificação da informação financeira.

“A colonização do Canadá e dos Estados Unidos pela Inglaterra levou para estes países auditores que tranquilizavam os investidores absentistas ingleses. E foi precisamente nos EUA, após a crise económica americana de 1929, que se generalizou a aplicação da auditoria” (Taborda, 2010).

Foi assim que se criou o *Comité May*, procurando estabelecer regras para as sociedades cotadas em bolsa, entre as quais estava a proteção dos investidores através da obrigação de auditorias independentes às demonstrações financeiras dessas empresas.

Outro momento importante para a auditoria, também no início dos anos 30, foi a criação da SEC – *Securities Exchange Commission* (SEC), em 1934. Muitos consideram que *“teve um impacto decisivo no desenvolvimento da auditoria financeira externa”* (Taborda, 2010). Já no desenvolvimento da auditoria interna, foi em 1941 que, com a criação do IIA – *Institute of Internal Auditors*, esta atividade veio ganhar força nas organizações.

Foi no início do século XXI, com os grandes escândalos financeiros americanos, como a *Enron* e a *Worldcom*, que a atividade de auditoria sofreu fortes abalos e passou a estar na linha de fogo na responsabilização dos auditores (primeiro pela própria sociedade).

A resposta foi dada com a publicação da *Lei Sarbanes-Oxley* em 2002, a qual procurava proteger os investidores, através da melhoria da precisão e fiabilidade das demonstrações financeiras das empresas cotadas, bem como proceder à monitorização dos seus auditores.

Tabela 1-3: Alguns factos da evolução histórica da auditoria

Fonte: Adaptada de Attie (1998).

Datas	Factos
1314	Criação do cargo de auditor do Tesouro em Inglaterra.
1559	Estabelecimento da auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elizabeth I.
1880	Criação do <i>Institute of Chartered Accountants in England and Wales</i> .
1886	Criação do AICPA nos Estados Unidos da América.
1895	Criação do Instituto Holandês de Contadores (depois Instituto Real de Contadores Públicos).
1934	Criação da SEC – <i>Securities Exchange Commission</i> .
1941	Criação do IIA – <i>Institute of Internal Auditors</i> .
2002	Publicação da <i>Lei Sarbanes-Oxley</i> .

Tal como afirma Costa (2014), podemos dizer que a auditoria expandiu-se “a reboque” das multinacionais, com a sua progressiva deslocalização, tanto na América do Sul como na Europa. *“Nos outros continentes verifica-se que a auditoria também se instalou nos países que têm sofrido influências económicas dos grandes países industrializados”* (Costa, 2014).

Na União Europeia (UE), foi com a 8ª diretiva (84/253/CEE), aprovada em 1984, que surgiu o primeiro documento no domínio da auditoria. Estava essencialmente relacionado com a aprovação das pessoas que seriam responsáveis pela auditoria de documentos contabilísticos.

Um marco importante na auditoria na UE foi a publicação do livro verde (1996), o qual define o papel, o estatuto e a responsabilidade do auditor.

Por sua vez, a Diretiva 2006/46/CEE, sobre contas anuais e consolidadas, veio revogar a 8ª diretiva, procurando reconquistar a confiança nos mercados financeiros depois dos escândalos como o caso da ENRON. *“Esta diretiva vai dar um grande destaque às regras de aprovação das contas por parte dos auditores e às questões éticas e deontológicas, que até essa data eram apenas vistas de forma muito superficial pela 8ª diretiva”* (Rei, 2015).

Em 2010 teve início o processo de Reforma da Auditoria da União Europeia, o qual durou quatro anos, e veio mostrar a transversal importância da atividade de auditoria a nível mundial. Assim, a Diretiva 2014/56/UE, de 16 de abril de 2014, altera a Diretiva 2006/43/CE, e assegura a execução parcial do Regulamento nº537/2014.

As principais alterações introduzidas prendem-se com algumas restrições à prestação de serviços distintos de auditoria (por exemplo, consultoria) por empresas de auditoria, obrigatoriedade de mudança de auditor externo, com o modelo e conteúdo dos relatórios de auditoria, mas também com a supervisão dos auditores. Estas alterações refletem, em grande medida, a necessidade de pensar na economia a uma escala global e harmonizar as regras de contabilidade e auditoria.

Conclui-se, com esta perceção histórica, que a evolução da auditoria tem sido reativa, em que os grandes marcos evolutivos estão associados a respostas nascidas na sequência de graves consequências das falhas verificadas em auditorias de empresas de grande dimensão.

Em Portugal também encontramos algumas particularidades no âmbito do desenvolvimento da prática de auditoria, as quais daremos a conhecer no ponto seguinte.

1.1.3 A auditoria em Portugal

“A auditoria em Portugal tem tido uma evolução constante ao longo dos anos, mas podemos aferir que a mesma é recente face a outros países” (Rei, 2015). Com esta citação, que por sua vez resulta também ela de várias leituras sobre o tema, refreamos qualquer expectativa que pudesse ser criada com este ponto.

De facto, no que concerne à atividade de auditoria, Portugal está longe de ser pioneiro. Ainda assim, tem acompanhado a evolução global que se verifica nesta área.

Em Portugal, foi aprovado no ano de 1911 o regulamento que institui um novo regime de fiscalização das sociedades anónimas, criando a figura do perito contabilista. Só em 1969 surgiu a designação de ROC, ao qual competia *“a revisão da contabilidade de empresas comerciais ou de quaisquer outras entidades, o exercício das funções de membro de conselho fiscal ou de fiscal único e a prestação de serviços de consulta compreendidos no âmbito da sua especialidade.”*, (art.1º, do Decreto-lei nº 1/72, de 3 de janeiro).

É fundamentalmente através dos ROC, organizados primeiramente enquanto Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (1974) e depois como Ordem Profissional, que a atividade de auditoria tem vindo a desenvolver-se. Claro está, sempre à luz da necessidade de se aproximar do ordenamento jurídico comunitário e implementar as diretivas emanadas.

1.1.4 Nos primórdios da auditoria municipal portuguesa

Se investigarmos a história de Portugal, encontramos referências que nos fazem crer que a figura do auditor, embora com outras designações, tem já uma longa vida no domínio da fiscalização dos dinheiros e valores públicos a nível local. Lembramos com particular destaque a figura do Ouvidor, que integrava o primitivo sistema jurídico da monarquia portuguesa, em que este magistrados judiciais *“desempenhavam uma função similar à auditoria, porque o seu trabalho materializava-se no ouvir para pensar, obter provas, para, em última instância, estarem aptos a informar sobre a conformidade dos procedimentos adotados com as normas instituídas”* (Almeida, 2017).

Se remontarmos à criação e desenvolvimento dos concelhos, encontramos sinais daqueles que poderão ter sido os primeiros “auditores” das contas municipais.

Destacamos as Ordenações Afonsinas, aprovadas no reinado de D. Pedro I, nos idos anos de 1446/1447, com a sua tendência centralizadora e fiscalizadora. Eram cinco livros, estando contida no livro I a componente jurídico-administrativa, *“ocupando-se do regimento dos diversos cargos públicos, tanto régios como municipais, compreendendo o governo, a justiça, a fazenda e o exército”* (Costa, 2010).

Aqui estipula-se que a supervisão da justiça municipal e da atividade dos seus funcionários seja feita através dos corregedores da Coroa.

Já após uma nova compilação de leis – as Ordenações Manuelinas – vimos surgir em 1595 as Ordenações Filipinas, que vieram a ser publicadas a 11 de janeiro de 1603, já no reinado de Filipe II. Destaca-se o seu impacto na dinâmica local com a delegação de poderes como a cobrança de impostos, mas sobretudo na atribuição das competências de gestão e administração dos bens do concelho aos Vereadores, Tesoureiro e Escrivão, cada um com as suas especificidades.

Como nos refere Pedrosa (2016), tendo como base o documento que materializa as Ordenações Filipinas, os Provedores da Comarca passaram a ter uma importância relevada. Havia todo o interesse na boa administração e arrecadação dos bens concelhios, dado que uma terça parte dos proveitos municipais revertia para a Coroa, naquela que era denominada Terça Real, pelo que *“estes magistrados de delegação régia detinham, sobre a sua jurisdição, o controlo e vigilância na área dos bens da Coroa e das finanças municipais”* (Pedrosa, 2016). As Ordenações Filipinas mandatavam o Provedor da Comarca a, anualmente, mandar *«aos Scrivães das Camaras, que lhes mostrem os livros dos arrendamentos dos bens e cousas do Concelho, e per elles tomarão conta do que renderam»*.

Entendemos que estão aqui evidências das raízes de uma necessidade de fiscalização das contas municipais e do que veio a ser, com o passar dos anos e a evolução dos meios, o acompanhamento das contas dos municípios sob diversas formas, umas das quais, atualmente, a certificação legal de contas (CLC).

A CLC surge como obrigatória apenas em 2007, com a publicação da nova Lei das Finanças Locais, a 15 de janeiro. Tratou-se de um mecanismo de prevenção de situações de má gestão e de reforço da transparência das contas municipais, o qual desenvolveremos no ponto 1.3.

1.2 Autarquias Locais

O conceito de autarquia é oriundo do direito italiano, onde foi introduzido pelo jurista italiano *Santi Romano*, em finais do século XIX, para definir a posição dos entes locais e também dos institutos públicos, no âmbito do ordenamento jurídico do estado italiano (Oliveira, 2013).

Assim, a expressão “Autarquias Locais” é relativamente recente. Inspirada na conceptualização italiana, só entrou efetivamente no direito português nos anos 30 do século XX, vindo, de certa forma, substituir a expressão “corpos administrativos”.

Citando o Manual de Direito Administrativo de Marcello Caetano, o administrativista assinala que a expressão autarquias locais foi introduzida em Portugal pela constituição de 1933, apesar de no Código Administrativo de 1936 (revisto em 1940), a expressão “corpos administrativos” ter continuado a ser “preferentemente” utilizada.

Em Portugal, o conceito de autarquia acabou por ser adaptado e recebido do modo como o conhecemos hoje pela constituição de 1976. Atualmente, podemos dizer que as autarquias locais integram a organização democrática do Estado Português como administração autónoma territorial.

“As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art.235º/2, CRP).

Este conceito foi trabalhado de modo mais cuidadoso por Freitas do Amaral, definindo autarquias locais como *“pessoas coletivas públicas de população e território, correspondentes aos agregados de residentes em diversas circunscrições do território nacional, e que asseguram a prossecução dos interesses comuns resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios, representativos dos respetivos habitantes”*.

São assim quatro os elementos fundamentais que determinam o conceito de autarquia local: território, agregado populacional, interesses comuns e órgãos representativos.

População: Constituída pelos residentes num dado território. É um conceito mais amplo, que abrange todos os residentes habituais no território da autarquia local, e não apenas os que tenham o direito de votar.

Esta amplitude do conceito é extremamente importante para efeito da gestão das autarquias locais, nomeadamente no que respeita às políticas locais dirigidas a crianças e jovens, incapazes, integração de estrangeiros e também para efeitos financeiros.

Território: É uma parte do território nacional devidamente delimitada (circunscrição administrativa), geralmente contínuo, permitindo definir a população respetiva e dentro do qual os órgãos representativos exercem os poderes que lhe são atribuídos.

Interesses comuns: Um elemento indispensável do conceito de autarquia local é a prossecução de interesses comuns. Ou seja, são comunidades locais com problemas e aspirações comuns, que ligam os respetivos habitantes num sentimento de pertença.

Órgãos representativos: A noção de autarquia local só está completa com a existência de órgãos representativos da respetiva população local, os quais são constitucionalmente consagrados. São considerados como órgãos representativos das autarquias locais, assembleia de freguesia, junta de freguesia, assembleia municipal e câmara municipal.

Na base da criação da denominada administração local estão três princípios fundamentais: autonomia local, descentralização administrativa e subsidiariedade.

As categorias de autarquias locais que existem são os municípios e as freguesias, estando ainda constitucionalmente prevista, no continente, a criação das regiões administrativas.

Recentemente nasceu uma nova tipologia de entidades, que são as comunidades intermunicipais, as quais, na prática, constituem uma espécie de organismo intermédio entre o município e o Estado. Há correntes divergentes no que respeita à sua classificação.

De referir que, embora haja articulação entre as diferentes autarquias locais, não existe hierarquia entre elas, tratando-se de estruturas territorialmente sobrepostas, mas independentes.

As autarquias locais podem criar entes públicos indiretos de carácter institucional: empresas públicas municipais, fundações públicas municipais e sociedades, associações ou fundações de direito privado (art.53º, da Lei das Autarquias Locais).

1.2.1 Enquadramento histórico-legal dos Municípios

Municipium tem a sua origem na cidade municipal. Em Portugal, “*nos seculos XII e XIII é que verdadeiramente se opera o movimento, que constitue em concelhos uma grande parte do paiz; e o impulso d’essa organização transmite-se ao seculo seguinte, pelo*

meado do qual ella se pôde já dizer extensiva a todo o território, impondo-se por si mesma como um facto sancionado pelo uso e costume” (Barros, 1945), principalmente nos reinados de D. Afonso III (1248/1279) e de D. Dinis (1279/1325), sendo que só este segundo concedeu 84 forais. Os forais podem ser definidos como “diploma concedido pelo rei, ou por senhorio laico ou eclesiástico, a determinada terra, contendo normas que disciplinam as relações dos povoadores ou habitantes, entre si, e destes com a entidade outorgante” (Costa, 2010).

Neste período também tiveram importância os foros ou costumes, igualmente denominados estatutos municipais, concedidos aos municípios ou organizados por estes, e que constituíam as *“codificações que estiveram na base da vida jurídica do concelho”* (Costa, 2010).

Daí que vários autores digam que *“o município é a categoria autárquica com mais profundas e importantes raízes no nosso país e mesmo a mais actuante, dadas as atribuições e meios financeiros que possui para as realizar”* (Neves, 2004).

Este compêndio de Castanheira Neves, em que, citando Diogo Freitas do Amaral, começa por dar nota da remota origem dos municípios, destacando a tese de Alexandre Herculano *“que defendia que o nosso município medieval era originário do município romano. Embora hodiernamente esta tese não tenha muitos defensores, considerando-se que «o município medievo não é uma continuação do município romano, mas antes o produto das circunstâncias da reconquista», certo é que entre ambos existiam bastantes semelhanças”*. A sua doutrina sobre a origem romana dos municípios medievais não teve muitos defensores e esta tese acabou por ser superada.

Numa visão menos formal, ou diremos mais romântica, *“O Município é a circunscrição do território do Estado na qual os cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, de trabalho e tradições, vivem sob uma organização livre e autónoma, para fins de economia, administração e cultura”* (Catarino, 2016).

Após uma breve resenha histórica das origens dos municípios, debruçamo-nos sobre a atual realidade municipal, cuja materialização conta com pouco mais de quatro décadas.

O poder local, como presentemente o conhecemos, nasceu com a constituição de 1976. Os municípios assumem um papel crucial na organização do poder local, sendo mesmo

considerados a “autarquia local por excelência”¹, a “instituição nuclear da administração portuguesa”², “circunscrição nuclear ou principal” ou mesmo “ente local principal”³.

De acordo com o artigo 250.º, da CRP, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal (deliberativo) e a câmara municipal (executivo). Há ainda o presidente da câmara, que embora não seja formalmente considerado um órgão do município, tem um papel preponderante na administração local e um conjunto de responsabilidades e competências próprias crescentes.

Os municípios encontram-se sujeitos, em termos de administrativos e financeiros, à Lei do Enquadramento Orçamental, ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e entidades intermunicipais e ao Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

1.2.2 Contabilidade autárquica

A contabilidade pública existe em Portugal desde a fundação da nacionalidade (1143), embora numa fase inicial com características informais. *“É geralmente aceite que o primeiro momento que a historiografia da contabilidade e das finanças públicas costuma assinalar é aquele que diz respeito à existência de quatro livros de contabilidade, os bem conhecidos Livros de Recabedo Regni (livros de receitas do reino)”*⁴, que eram simultaneamente os livros de prestação de contas e os livros de registo das receitas da coroa portuguesa.

É também de referir a Casa dos Contos, originária do reinado de D. Dinis, e que reunia *“os documentos e as contas das despesas públicas e da administração económica e*

¹ Na expressão do Acórdão, do Tribunal Constitucional, n.º 358/92, publicado no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 21, de 26 de janeiro de 1993, cit. por António Cândido de Oliveira, *Direito das Autarquias Locais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993, p. 257.

² Barbara Barreiros, “30 anos de literatura científica sobre autarquias locais em Portugal”, op. cit., p. 4, publicado na revista *Dereito* Vol.25, n.º Extraordinario:271-286 (2016).

³ António Cândido de Oliveira, in “Quase 40 anos de democracia local: Um período sem paralelo na história político-administrativa de Portugal”, op. cit., p. 36.

⁴ (Gonçalves, Lira & Marques, 2017), citando o trabalho de (Rocha e Gomes, 2002), “Um contributo para a história da contabilidade em Portugal (séculos XIV a XVII)”, pp. 595, publicado na *Revista de Contabilidade e Comércio* 231.

financeira do reino, tornando-se no seu primeiro órgão de ordenação e fiscalização de receitas e despesas” (Gonçalves, Lira & Marques, 2017).

A evolução da contabilidade foi feita de forma mais ou menos gradual, também em função da forma de organização política. Data de 1990 a grande reforma da administração financeira pública, que determina os modelos usados na atualidade. A publicação da Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei nº8/90, de 20 de fevereiro) e, consequentemente, do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), constituiu um primeiro passo para a normalização da contabilidade pública, pois era de aplicação obrigatória para todos os serviços públicos, organismos e instituições pertencentes à administração central, regional e local. (DL 232/97, de 3 de setembro – que publicou o POCP).

Só alguns anos depois começaram a surgir os planos sectoriais previstos aquando da publicação do POCP, os quais procuravam fazer a adaptação deste a sectores específicos da administração pública portuguesa. Com a publicação do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, foi formalizado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o qual previa ainda um regime simplificado para entidades que correspondessem aos requisitos para dele beneficiar. A sua introdução, contudo, só aconteceu a 1 de janeiro de 2002.

Com a aprovação do SNC-AP, por Decreto-Lei nº 192/2015, deu-se um novo passo na contabilidade pública. Quando vier a ser aplicado, num momento sucessivamente adiado, o normativo aplicar-se-á a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social e às entidades públicas reclassificadas. Continua a prever um regime simplificado para as entidades de menores dimensão e risco orçamental.

O novo normativo procura dar resposta aos problemas relacionados com a fragmentação e desatualização dos normativos em vigor, aproximando-se das regras estipuladas para as entidades privadas (regidas pelo SNC).

1.2.2.1 POCAL

Neste ponto, debruçamo-nos de modo particular sobre o POCAL, uma vez que continuava a ser o regime em vigor no período de análise que efetuamos no nosso trabalho e, em virtude dos sucessivos adiamentos da implementação do SNC-AP, é o POCAL que continua a vigorar.

Este instrumento de apoio à gestão das autarquias locais e entidades equiparadas, como refere o preâmbulo do DL que lhe deu origem, procurou permitir:

- O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, ao nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com o estabelecimento de regras para a elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais;
- A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

O POCAL obriga os municípios publicitar e remeter os documentos de prestação de contas para as entidades competentes, até 30 dias após a sua aprovação, devendo os mesmos encontrar-se disponibilizados no portal do município.

São documentos que devem ser tornados públicos pelas autarquias locais, quando aplicáveis, os consagrados no artigo 4º, do POCAL:

Plano Plurianual de Investimentos: é um documento que inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia local, explicitando a respetiva previsão de despesa. Tem um horizonte temporal móvel de quatro anos,

adequando-se no tempo à medida que vai sendo executado. Corresponde, de certa forma, a um instrumento de compromisso político, pela sua correspondência ao período de um mandato autárquico.

Orçamento: é o documento que apresenta a previsão anual de receitas e despesas, devendo obedecer aos princípios da universalidade e unidade, isto é, o orçamento é único e deverá conter todas as receitas e todas as despesas que se prevê cobrar e realizar no período financeiro considerado (coincidente com o ano civil). Como boa prática, deverá ser acompanhado do mapa das Grandes Opções do Plano.

Fluxos de caixa: o mapa de fluxos de caixa apresenta, de forma discriminada, as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, tanto no que concerne à execução orçamental como a operações de tesouraria. É igualmente evidenciado o saldo de gerência relativo à conta anterior, desagregado de acordo com a proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria). No fundo, elucida sobre a forma como a entidade gera e utiliza o dinheiro num dado período.

Balanço: mapa contabilístico que apresenta a posição financeira da entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico. Apresenta três tipos de massas patrimoniais, devidamente agrupadas e classificadas, que são os ativos, os passivos e os capitais próprios. Apresenta uma estrutura semelhante à do Plano Oficial de Contabilidade Pública, com pequenas alterações que foram introduzidas, tendo em vista a sua adaptação à natureza e atribuições das autarquias locais.

Demonstração de resultados: a demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os custos e proveitos, classificados por natureza, tendo como propósito avaliar o modo como os recursos foram aplicados. Os resultados são classificados como correntes (operacionais e financeiros), extraordinários e líquidos.

Relatório de gestão: o órgão executivo deve apresentar um relatório que proporcione uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, e que espelhe a eficiência na utilização dos meios e eficácia na concretização dos objetivos. Deve incluir uma análise da situação económica relativa ao exercício, síntese da situação financeira da autarquia, evolução das dívidas de e a terceiros, proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

De referir que não se encontra explícita a obrigação de publicitação da certificação legal de contas. Esta circunstância é aceitável, na medida em que esta ainda não era obrigatória aquando da publicação e entrada em vigor do POCAL. Todavia, a certificação legal das contas e parecer do auditor são vistos como documentos que integram a prestação de contas, devendo, com base na transparência da informação, ser igualmente tornados públicos para conhecimento dos diversos interessados. Grande parte dos municípios ainda não disponibiliza este documento nos seus portais, sendo que aqueles que disponibilizam, parte opta por colocar este documento separado e uma outra parte integra no ficheiro global do relatório de gestão ou dos documentos de prestação de contas.

1.3 Finanças Locais

1.3.1 Autonomia Financeira

A autonomia financeira é um dos princípios base da conceção das autarquias locais. Esta aceção teve avanços e recuos, como evidenciado no período do Estado Novo, que vigorou em Portugal entre 1926 e 1974. Durante o regime, *“as autarquias locais deixaram de ser concebidas como o tinham sido durante o século XIX, isto é, como administração autónoma face à administração do Estado, para serem vistas basicamente como uma especial forma de administração indireta do Estado”* (Nabais, 2007).

Com as mudanças políticas verificadas em Portugal após o 25 de Abril de 1974, e na sequência da publicação de novos documentos estruturais, esta circunstância foi alterada.

Assim, desde logo na Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976, vemos consagrado o princípio do Estado unitário e a autonomia das autarquias locais.

“O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública” (art.6º/1, CRP).

Ainda no mesmo documento estruturante da República Portuguesa, é dedicado um artigo ao património e finanças locais. Deste modo, o Artigo 238º/1 determina que *“as autarquias locais têm património e finanças próprios”*, acrescentando nos pontos 3 a 4 do mesmo artigo que o regime das finanças locais é estabelecido por lei, as receitas próprias das autarquias incluem as que provenham da gestão do seu património e as cobradas pela prestação de serviços, e as autarquias podem ainda dispor de poderes tributários (nos termos previstos na lei).

Casalta Nabais (2007), entende que o legislador, com o termo “finanças próprias”, pretendia dizer que as autarquias locais dispõem de autonomia financeira. *“Significa isto que as autarquias locais devem dispor de receitas suficientes para a realização das tarefas correspondentes à prossecução das suas atribuições e competências”* (Nabais, 2007), devendo ser acautelando que isto não implica uma autossuficiência económica no sentido de poderem decidir todas as suas fontes de financiamento.

Importa aqui fazer referência à Carta Europeia da Autonomia Local, aprovada pela Assembleia da República a 13 de julho de 1990 e ratificada pelo Presidente da República Mário Soares, sendo Aníbal Cavaco Silva Primeiro-ministro. No seu artigo 3º, define autonomia local como *“o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”* (art.3º, Carta Europeia da Autonomia Local).

O tratado internacional aberto à assinatura em Estrasburgo, a 15 de outubro de 1988, e que foi ratificado por 47 Estados membros do Conselho da Europa, estipula no seu artigo 9º/1, que *“as autarquias locais têm direito, no âmbito da política económica nacional, a recursos próprios adequados, dos quais podem dispor livremente no exercício das suas funções”*. No ponto 2 deste mesmo artigo, determina que *“os recursos financeiros das autarquias locais devem ser proporcionais às atribuições previstas pela Constituição ou por lei”*.

Não obstante ser consagrada tanto na CRP como na Carta Europeia da Autonomia Local, é através da Lei das Finanças Locais que a autonomia financeira local é materializada.

1.3.2 A(s) Lei(s) das Finanças Locais

As finanças locais têm merecido legislação própria, que se concretiza pelas seis Leis das Finanças Locais nas já mais de quatro décadas de poder local, na organização que hoje (re)conhecemos. As sucessivas LFL foram contribuindo para o reforço da capacidade de investimento das autarquias, o que representou *“um importante contributo para a afirmação e a credibilização do poder local e para a legitimação do próprio regime democrático”* (Ramalho, 2016). Daí advieram os desafios relacionados com o foco no investimento, bem como as questões referentes ao endividamento e ao equilíbrio financeiro.

Cada vez mais, a estas preocupações juntam-se a primazia da transparência, o rigor das contas e a prestação de informação financeira a todo o tempo. As políticas de descentralização de competências que têm vindo a ser seguidas, e que estão em curso, vêm aguçar esta necessidade, numa época em que as autarquias são verdadeiras “empresas” de interesse público e gerem as mais diversas áreas de necessidade dos seus municípios e fregueses.

Neste trabalho, elencamos todos estes diplomas, desenvolvendo em pormenor a primeira LFL, pela importância que teve na afirmação da autonomia financeira do poder local, e a quinta, por ter introduzido a obrigatoriedade da CLC, que é o cerne do nosso estudo.

Assim, dividiremos a nossa explanação em dois pontos. O primeiro no qual desenvolveremos os aspetos primordiais da Lei nº 1/79, de 2 de janeiro, e fazendo breves referências às leis que lhe deram seguimento. No segundo ponto, trataremos a Lei nº 2/2007, dando também algumas informações sobre a lei que a sucedeu e melhorou.

Tabela 1-4: Quadro político-legal das Leis das Finanças Locais

Fonte: elaboração própria

LFL	Diploma legal	Data publicação	Primeiro-Ministro	Presidente da República
1ª	Lei nº 1/79	2 de janeiro	Carlos Mota Pinto	Ramalho Eanes
2ª	Decreto-Lei nº 98/84	29 de março	Mário Soares	Ramalho Eanes
3ª	Lei nº 1/87	6 de janeiro	Aníbal Cavaco Silva	Mário Soares
4ª	Lei nº 42/98	6 de agosto	António Guterres	Jorge Sampaio
5ª	Lei nº 2/2007	15 de janeiro	José Sócrates	Aníbal Cavaco Silva
6ª	Lei nº 73/2013	3 de setembro	Pedro Passos Coelho	Aníbal Cavaco Silva

1.3.2.1 Primeira Lei das Finanças Locais

Com a Lei nº 1/79, de 2 de janeiro, o legislador procurou cumprir os preceitos constitucionais, no que toca às vertentes tributária, financeira e orçamental do poder local. Embora as relações financeiras entre o Estado e as autarquias locais tivessem sido reguladas pelo Decreto-Lei 701-A/76, de 29 de setembro, só com a publicação da Lei nº 1/79 tivemos um documento legislativo que verdadeiramente se pudesse apelar de Primeira Lei das Finanças Locais.

“Foi esta que primeiro sistematizou e implementou os mecanismos atinentes a obter uma melhor e mais justa distribuição dos recursos disponíveis entre os vários entes públicos, a quem incumbe a administração e gestão do território” (Ramalho, 2016).

A 1ª Lei das Finanças Locais viu a luz do dia na presidência de António Ramalho Eanes, sendo Primeiro-Ministro Carlos Alberto da Mota Pinto, num contexto político que ainda era agitado e algo complexo. A votação na generalidade aconteceu na reunião plenária nº135, de 25 de julho de 1977, tendo sido aprovada com os votos a favor de PS, PPD e CDS, as abstenções dos independentes Carmelita Pereira e António Rodrigues, e os votos contra do PCP. A versão final da lei foi votada na especialidade, em reunião da Assembleia da República de 12 de outubro de 1978.

Logo no seu artigo 1ª, vem concretizar a máxima constitucional que firma a autonomia financeira das autarquias, dispondo que *“as freguesias, municípios e regiões administrativas têm património e finanças próprias cuja gestão compete aos respetivos órgãos”*, firmando ainda, no número 2, que *“a tutela sobre a gestão patrimonial e financeira das autarquias locais só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local”*.

Neste documento são elencados os poderes das autarquias locais no âmbito da sua gestão financeira, bem como as fontes de receita, designadamente as receitas fiscais (art.5º), o proveniente do Orçamento Global do Estado (art.8º) e as receitas próprias da atividade municipal (art.3º).

“Apesar do expressivo leque de variáveis passíveis de proporcionarem a obtenção de receitas por parte dos municípios, nem todas, certamente, se revestiam de mesma importância. A cobrança de taxas municipais, os rendimentos de bens próprios, o produto de empréstimos e pontualmente a alienação de bens, constituiriam, cremos nós, as rubricas mais significativas para compor e equilibrar o orçamento municipal” (Ramalho, 2016).

No que concerne à fiscalização, isto é, o julgamento e a apreciação das contas, todos os presidentes das câmaras municipais tinham de enviar, até 31 de março, as contas respeitantes ao ano anterior, como previsto no artigo 20º da LFL. As contas, bem como o relatório que as deveria acompanhar, tinham de ser previamente aprovadas pelo órgão executivo, sendo prova dessa deliberação a ata da reunião em que tenham sido discutidas e votadas.

O Tribunal de Contas tinha como função julgar as contas e enviá-las, até 31 de outubro desse ano, para apreciação das respetivas assembleias das autarquias.

No artigo nº21 é elencada também a tutela inspetiva, que determinava que os municípios e freguesias abrangidas pela obrigatoriedade e remessa das contas ao TC, deveriam ser inspecionados pelo menos uma vez por triénio, sendo essa responsabilidade de fiscalização da legalidade da gestão patrimonial e financeira operada pela Inspeção-geral de Finanças. Além disso, perante queixas ou participações “*devidamente fundamentadas*”, o Governo podia ordenar inquéritos e sindicâncias.

Falemos ainda do artigo 25º, sobre a reforma da contabilidade, o qual vincula o Governo, após a aprovação da LOE para 1979, à publicação de um decreto-lei sobre a reforma da contabilidade autárquica, com vista à “*sua uniformização, normalização, simplificação e adequação às respetivas categorias*”.

Esta lei determinou, desde logo o prazo para a sua revisão. Aquando da aprovação na especialidade, foi introduzido um artigo, aprovado por unanimidade, que se consubstanciou na determinação de que “*a presente lei será obrigatoriamente revista até 15 de junho de 1981*”. Isto não veio a suceder.

1.3.2.2 Decreto-Lei nº 98/84, de 29 de março

Só em 1983 foi desencadeado o processo para rever a LFL, com autorização legislativa concedida pela Lei nº 19/83, de 6 de setembro, ao Governo para alterar o regime das autarquias locais.

A alteração foi concretizada com a publicação do Decreto-Lei nº98/84, de 29 de março, o qual refere, logo no seu preâmbulo, que “*mantém o espírito profundamente descentralizador da Lei das Finanças Locais*”, tal como a estrutura básica e a filosofia da lei que a antecedeu.

As alterações mais notórias prenderam-se com a inclusão de dois novos impostos locais, o imposto de mais-valias e a taxa municipal de transportes, bem como novas taxas pela realização de infraestruturas urbanísticas.

De enaltecer a introdução do princípio da contabilidade autárquica, que vem na senda da reforma da contabilidade prevista na anterior lei. No artigo 21º/1, desta segunda LFL, refere que “*o regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua*

uniformização, normalização e simplificação, de modo a construir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir a apreciação e o julgamento da execução orçamental e patrimonial”. As matérias respeitantes à contabilidade autárquica são remetidas para decreto-lei próprio.

Em termos de apreciação e julgamento das contas, verificam-se alterações nos procedimentos e prazos. Como contempla o artigo 22º, as contas das autarquias locais tinham de ser apreciadas pelo órgão deliberativo até 30 de abril do ano seguinte ao que respeitavam, ou seja, pela assembleia municipal. Apenas as autarquias locais que movimentassem anualmente mais de 5 milhões de escudos tinham a obrigação de enviar as contas para o Tribunal de Contas, com conhecimento do Ministério da Administração Interna (MAI). O TC tinha até 30 de novembro para julgar as contas e remeter o seu acórdão aos respetivos órgãos autárquicos, bem como a cópia para o MAI.

A cooperação técnica e financeira entre o Governo e as autarquias locais também passa a ser prevista, determinando no artigo 27º/1 da LFL, que esta podia existir através da aprovação de esquemas por parte do Governo *“para a prossecução de políticas e programas de desenvolvimento regional, de incentivo ao associativismo autárquico, de atuações de carácter supramunicipal, bem como para a implementação de políticas globais ou sectoriais inovatórias ou que impliquem reconversão estrutural de sectores sociais e económicos”*.

1.3.2.3 Lei nº1/87, de 6 de janeiro

A lei que se seguiu, cerca de três anos volvidos, veio densificar estes princípios de cooperação técnica e financeira entre o Governo e as autarquias locais. Esta perceção de maior robustez, defendida por Ramalho (2016), justificada com a introdução, no artigo 14º/1, da previsão de definição de princípios e regras orientadoras dos sistemas de apoio ao desenvolvimento regional e local, apontando, nas alíneas a) a d) do ponto dois, uma lista de instrumentos, nomeadamente programas integrados de desenvolvimento regional, contratos-programa, programas de reordenamento do litoral e outro tipo de programas definidos por lei ou regulamento das Comunidades Europeias.

Nesta terceira LFL, destaca-se a “queda” do imposto do turismo e a introdução da Sisa. Em matéria de apreciação e julgamento das contas, verificam-se algumas alterações, consagradas no artigo 25º. O limite a partir do qual as contas dos municípios têm de ser

enviadas ao TC passa de 5 milhões de escudos para “250 vezes o salário mínimo nacional dos trabalhadores da indústria”⁵. Quanto à cópia das contas, bem como do acórdão do TC que as julga, passa a ser enviada ao Ministério do Plano e da Administração do Território.

1.3.2.4 Lei nº42/98, de 6 de agosto

As finanças locais só tornam a ver uma alteração legislativa nos finais dos anos 90. A principal e mais importante novidade foi a alteração da base de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo “o cerne da justiça perequativa entre as autarquias locais e o poder central” (Ramalho, 2016). O cálculo, como estipula o artigo 5º, passa a ser feito com base na cobrança de IRC, IRS e IVA, afetando-se às autarquias locais o equivalente a 33% da média aritmética simples da cobrança líquida destes três impostos no penúltimo ano em relação qual o OE se refere.

Em termos de contabilidade autárquica, esta lei passa a consagrar o Plano Oficial de Contabilidade Pública como a base da contabilidade das autarquias locais, “com as necessárias adaptações”, como determina o art.6º/2.

No que respeita à cooperação técnica e financeira, é talvez das matérias que neste período tiveram mais alterações e mostra-se como sendo uma preocupação no cerne das alterações operadas. Logo no art.7º/1, manifesta-se a impossibilidade de o Estado conceder subsídios às autarquias locais. Nos pontos seguintes são explanadas as áreas específicas de possibilidade de apoio e detalhadas as exceções a esta regra.

Embora não detalhemos as suas particularidades neste estudo, importa referir a criação de dois novos fundos: Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal. A estes, acresceu o Fundo de Base Municipal, decorrente da alteração à redação do art.10º da Lei 42/98, formalizado a partir da Lei nº94/2001, de 20 de agosto.

⁵ O DL 69-A/87, de 9 fevereiro fixou o salário mínimo geral em 25.200 escudos, pelo que estaria em causa um limote de 6,3 milhões de escudos. Em 1998, por força do DL 35/98, de 18 de fevereiro, o salário mínimo era de 58.900 escudos, passando este limite para 14,725 milhões de escudos.

1.3.2.5 A obrigatoriedade da certificação das contas dos municípios

A 15 de janeiro de 2007 era publicada a quinta Lei das Finanças Locais, que veio introduzir formalmente a obrigatoriedade de auditoria externa às contas dos municípios. É notória a evolução que se deu no diploma ora apresentado, não só neste campo, mas em toda a sua estrutura.

Em termos de receitas, verificamos a existência de um conjunto de novos impostos (na denominação). *“O IMI substituiu-se à contribuição autárquica e o IMT ao imposto de SISA, o mesmo se diga do IUC, imposto único automóvel, introduzido pela Lei 22 A/2007, de 29 de junho, que veio substituir o imposto municipal sobre veículos”* (Ramalho, 2016).

Há um aspeto em que se nota claramente o reforço da participação das autarquias, com a máxima da coordenação das finanças locais com as finanças estaduais, prevendo-se, de acordo com o preceituado no artigo 5º, que as autarquias fossem ouvidas antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento do Estado.

No artigo 6º, encontramos outra novidade, que se prende com a promoção da sustentabilidade local, firmando-se, no ponto 1, que *“o regime financeiro dos municípios e das freguesias deve contribuir para a promoção do desenvolvimento económico, para a preservação do ambiente, para o ordenamento do território e para o bem-estar social”*.

Atentamos na criação do Fundo Social Municipal, que se encontra desenvolvido nos artigos 24º e 25º da LFL, definindo-se como uma transferência do OE *“consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social”*.

O aspeto crucial da nossa análise a esta lei está contemplado no título V, entre os artigos 45º e 51º, com o nome de contabilidade, prestação e auditoria externa das contas. Consideramos mesmo que constitui um salto no reforço da transparência e do rigor das contas das autarquias locais.

“Pelo reforço da auditoria externa (e interna) nos municípios, pode dizer-se que esta LFL aproximou à perspectiva privada, a prestação de contas e responsabilidades nos municípios” (Costa, 2008).

A verificação da contas anuais dos municípios com capital em fundações ou em entidades do setor empresarial local passou obrigatoriamente realizada por auditor externo, nomeado por deliberação da assembleia municipal.

Em termos contabilísticos, apesar de serem previstos outros instrumentos, fixou o POCAL como base para a contabilidade autárquica. No que concerne à publicidade e deveres de informação, há um apetrechamento dos deveres das autarquias locais nestas matérias, designadamente com um conjunto vasto de informação cuja publicidade nos sítios da internet passa a ser obrigatória, bem como os deveres de informação a entidades como o Ministro das Finanças, ministro que tutela as autarquias locais, Tribunal de Contas ou a Direcção-Geral das Autarquias Locais.

1.3.2.6 O alargamento da certificação de contas a todos os municípios

Já a Lei 73/2013, de 3 de setembro, veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Embora com uma organização formal e um arranjo diferente nas diversas matérias, na prática veio fundamentalmente introduzir legislação que abarcasse também as recém-criadas entidades intermunicipais, criar o Fundo de Regularização Municipal e aprimorar aspetos que não estavam bem resolvidos na lei anterior.

Destacamos, como não poderia deixar de ser, os pontos referentes à contabilidade, prestação de contas e auditoria (art.74º a 80º). Em termos de nomenclatura, no artigo 74º/2, passa a referir que as entidades às quais se destina devem respeitar o “*Plano de Contas em vigor para o setor local*”. A não especificação prende-se certamente com a previsão de substituição do POCAL pelo SNC-AP, a qual, volvido este tempo, ainda não se concretizou.

Em termos de CLC, veio alargar a sua obrigação a todas as autarquias locais, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, sujeitas à adoção de contabilidade patrimonial, acabando com algumas interpretações divergentes nessa matéria. O artigo 77º, é todo ele dedicado à CLC, estabelecendo aquelas que são as competências do auditor externo (na mesma redação que estava presente na lei que a antecedeu e que anteriormente transcrevemos).

Recentemente assistimos à publicação da sétima alteração a esta lei, através da lei nº51/2018, de 16 de agosto. No caso do artigo 76º/3, a alteração veio determinar que estão

obrigadas a CLC as entidades sujeitas “à adoção do regime completo de contabilidade”. Também veio reforçar os deveres de publicitação e informação.

1.4 Auditoria e revisão legal de contas nos Municípios

Considerando o poder local como o conhecemos desde 1976, podemos dizer que a auditoria aos municípios está prevista desde essa altura, embora inicialmente por força da atuação fiscalizadora de entidades como o TC ou a Inspeção-geral de Contas. A revisão legal das contas dos municípios surgiu em 2007.

1.4.1 Auditoria externa aos municípios

A entrada em vigor da Lei das Finanças Locais de 2007 constituiu um ponto fulcral no reforço da transparência das contas dos municípios, sendo, de certa forma, uma resposta para a credibilização das autarquias após diversas notícias e questões colocadas sobre a gestão dos municípios. Este é, aliás, um denominador comum quando procuramos analisar a evolução da auditoria, que merece mais atenção e cresce após situações mediáticas.

Mas falávamos nós da importância da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, que institui pela primeira vez a obrigatoriedade e verificação das contas anuais por auditor externo, em municípios e associações de municípios que detivessem capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local. As diferentes interpretações desta obrigatoriedade, fizeram com que alguns municípios que aparentemente se enquadravam, acabassem por não implementar a obrigação legal, tendo o TC aceite as justificações apresentadas.

Com a Lei 73/2013, de 3 de setembro, a situação ficou regularizada, ao determinar a obrigatoriedade da CLC a todos os municípios. No seu artigo 76º/3, a LFL estipula que os documentos de prestação de contas “*são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas*”.

Nos termos dos números 2 e 4, do artigo 77º, desta mesma lei, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas:

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

- Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
- Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

Assim, os Revisores Oficiais de Contas juntaram-se ao Tribunal de Contas e à Inspeção-geral das Finanças, como entidades que fiscalizam as contas municipais, cada um na sua devida dimensão e nível de responsabilidade, sendo explicitada a função de cada um nos pontos que se seguem.

1.4.1.1 Tribunal de Contas

“O Tribunal de Contas fiscaliza a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, aprecia a boa gestão financeira e efetiva responsabilidades por infrações financeiras” (art.1º, da lei n.º 98/97 de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas). É igualmente neste artigo que se refere que o tribunal de contas tem jurisdição e poderes de controlo financeiro no âmbito da ordem jurídica portuguesa.

Já no artigo 2º/1 alínea c), especifica que as autarquias locais, as suas associações ou federações, os seus serviços e as suas áreas metropolitanas estão sujeitos à jurisdição e aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas.

Nos artigos 53º e 54º, é feito o enquadramento particular da verificação interna e externa das entidades públicas. Segundo a artigo 54º/1, da LOPTC, a verificação externa das contas tem por objeto apreciar:

- Se as operações efetuadas são legais e regulares;
- Se os respetivos sistemas de controlo interno são fiáveis;
- Se as contas e as demonstrações financeiras elaboradas pelas entidades que as prestam refletem fidedignamente as suas receitas e despesas, bem como a sua situação financeira e patrimonial;
- Se são elaboradas de acordo com as regras contabilísticas fixadas.

O processo de verificação externa das contas é concluído com a elaboração e aprovação de um relatório, do qual é dado ao Ministério Público. Além das auditorias de verificação externa das contas, o TC pode realizar a qualquer momento, *“por iniciativa sua ou a solicitação da Assembleia da República ou do Governo, auditorias de qualquer tipo ou natureza a determinados atos, procedimentos ou aspetos da gestão financeira de uma ou mais entidades sujeitas aos seus poderes de controlo financeiro”* (art.55º, da LOPTC).

1.4.1.2 Inspeção-Geral de Finanças

A Inspeção-geral de Finanças é um serviço do Ministério das Finanças, a qual integrou a antiga IGAL – Inspeção Geral da Administração Local. Tem autonomia administrativa e funciona sob dependência do Ministro das Finanças.

A sua origem remonta a 1930, tendo sido criada pelo Decreto nº 18177, de 8 de abril, substituindo a Inspeção da Fazenda Pública e do Corpo de Fiscalização Superior das Contribuições e Impostos, em consequência da reestruturação levada a cabo na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (atual Autoridade Tributária e Aduaneira).

A sua orgânica está consagrada no Decreto-Lei nº92/2012, de 23 de Abril, definindo como missão da IGF *“assegurar o controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, atividades e programas, e também a de prestar apoio técnico especializado, abrangendo todas as entidades do setor público administrativo, incluindo autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquica”* (art.2º, DL 92/2012, de 23 de abril).

Enquanto serviço de controlo estratégico, tem como atribuições, entre outras, exercer *“no âmbito da administração financeira do Estado, a auditoria e o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira, contribuindo para a economia,*

a eficácia e a eficiência na obtenção das receitas públicas e na realização das despesas públicas, nacionais e europeias” e “realizar auditorias financeiras, de sistemas e de desempenho, inspeções, análises de natureza económico-financeira, exames fiscais e outras ações de controlo às entidades, públicas e privadas, abrangidas pela sua intervenção” (art.2º/2 alínea a), DL 92/2012, de 23 de abril).

Os relatórios produzidos pela IGF⁶ são tornados públicos no respetivo portal. Podemos verificar que no campo das auditorias temáticas a municípios, as áreas com maior expressão têm sido: contratação pública, controlo de recursos humanos, urbanismo e controlo do endividamento e situação financeira.

É também à Inspeção-Geral de Finanças que é atribuído o Serviço de Coordenação Antifraude no âmbito da União Europeia.

1.4.1.3 Revisor Oficial de Contas

O Regime Jurídico do Revisor Oficial de Contas, as funções desenvolvidas pelo auditor, como o sejam a revisão legal de contas, auditoria às contas e outros serviços relacionados, são consideradas funções de interesse público.

A figura do ROC surgiu em 1969, com a publicação do Decreto-Lei nº49381, de 15 de novembro. Mas só em 1972, com o Decreto-Lei 1/72, de 3 de janeiro, é que se reconheceu formalmente a necessidade de estruturar a profissão em moldes que a tornassem eficaz.

Entre 1979 e 1983 foram dados passos importantes com a emissão de nova regulamentação que exigiu habilitações a quem queria ser ROC e a própria auditoria passou a ter orientações específicas, sendo prevista, a partir de 1983, a emissão de CLC.

Com o Decreto-Lei nº487/99, de 16 de novembro, a Câmara dos ROC passou a Ordem dos ROC. Com o Decreto-Lei nº224/2008, de 20 de novembro, foram introduzidas novas alterações, das quais destacamos a introdução de limites ao exercício de funções nas entidades de interesse público.

A 7 de setembro de 2015 foi publicado o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), a qual determina no seu artigo 40º, os atos próprios e exclusivos dos

⁶ O mesmo era válido para o relatórios produzidos pela sua antecessora, a IGAL – Inspeção Geral das Autarquias Locais, o quais ainda podem ser consultados em: <https://www.igf.gov.pt/processos-externos/relatorios-ex-igal/pesquisa-avancada.aspx>

revisores oficiais de contas e das sociedades de revisores oficiais de contas os praticados no exercício das funções de interesse público, designadamente a auditoria às contas. São eles:

- A revisão legal das contas, exercida em cumprimento de disposição legal ou estatutária;
- A revisão voluntária de contas, exercida em cumprimento de vinculação contratual;
- Os serviços relacionados com os referidos nas alíneas anteriores, quando tenham uma finalidade ou um âmbito específicos ou limitados.

No âmbito municipal, a OROC emitiu em outubro de 2009 a DRA 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, que veio dar linhas orientadoras aos ROC sobre os trabalhos a realizar e em relação à verificação das contas individuais. Esta encontra-se em fase de revisão, mas ainda assim damos nota, nos parágrafos seguintes, de algumas das duas determinações.

De acordo com esta DRA, o auditor deve fazer um planeamento e execução adequados, com vista à obtenção de um nível aceitável de confiança na opinião, validando se as demonstrações financeiras apresentam ou não distorções materialmente relevantes. Assim, cabe-lhe verificar se:

- As operações foram devidamente autorizadas, liquidadas, ordenadas, pagas e/ou cobradas e registadas;
- As operações registadas estão em conformidade com a legislação geral e específica em vigor;
- As despesas e receitas obedecem aos princípios e regras definidos no POCAL;
- Os direitos e obrigações são apurados e geridos segundo as normas aplicáveis;
- Está a ser cumprido do limite de endividamento líquido municipal;
- As autorizações de pagamentos estão devidamente documentadas e autorizadas pela entidade competente;
- Estão a ser cumpridas as normas emitidas pelo Tribunal de Contas, Direção Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento e demais entidades competentes relativamente à prestação de informação anual tanto quanto à sua integralidade como ao prazo limite de datas.

Os procedimentos de auditoria a executar na revisão legal de contas dos municípios ao nível do planeamento, materialidade, conhecimento do negócio e compreensão da entidade, análise do risco e relato, são fundamentais para um exercício de funções rigoroso, na salvaguarda do auditor e na redução da probabilidade de erros nas opiniões emitidas.

1.4.2 Procedimentos de auditoria na revisão legal de contas dos municípios

A revisão legal de contas dos municípios obedece a um conjunto de regras e procedimentos, os quais não podem ser negligenciados pelo auditor, sob pena de não conseguir obter prova suficiente para garantir um relato fiável e que corresponda às necessidades dos interessados.

Apreciamos de seguida aqueles que consideramos ser os cinco pontos-chave dos procedimentos de auditoria na revisão legal de contas dos municípios, com base nas respetivas normas internacionais de auditoria.

1.4.2.1 Planeamento

O planeamento é uma fase crucial da atividade de auditoria, durante a qual deve ser dispensado tempo e conhecimento suficientes, com vista à definição de uma estratégia global de auditoria que garanta uma análise eficiente e eficaz das áreas mais importantes.

À luz dos normativos de auditoria, aqui em particular a ISA 300 – Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras, é exigido que o trabalho de auditoria *“seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras do município estão isentas de distorções materialmente relevantes e se foram preparadas de acordo com o POCAL”* (Moura, 2011). Deve ser assegurado que as áreas mais importantes da auditoria são devidamente analisadas, os principais problemas e riscos são identificados e resolvidos (ou mitigados) e são definidos *“os prazos para concluir os trabalhos e para apresentar os relatórios de auditoria, de maneira a tornar eficaz e eficiente o trabalho de revisão/auditoria”* (Moura, 2011).

No que concerne à ISA 300, ela demonstra bem as vantagens que o planeamento da auditoria apresenta, estabelecendo nos parágrafos 7 e 8, os aspetos que o auditor deve ter em conta no planeamento da auditoria:

- Identificar as características do trabalho que definem o seu âmbito;
- Certificar-se dos objetivos de relato do trabalho para planear a oportunidade da auditoria e a natureza das comunicações exigidas;
- Considerar os fatores que, no seu julgamento profissional, são significativos para direcionar os esforços da equipa de trabalho;
- Considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho e, quando aplicável, se é relevante o conhecimento obtido pelo sócio responsável pela execução noutros trabalhos realizados para a entidade;
- Certificar-se da natureza, oportunidade e extensão dos recursos necessários para executar o trabalho.

O plano de auditoria deverá incluir uma descrição da natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de avaliação do risco determinados, dos procedimentos adicionais planeados ao nível de asserção e de outros procedimentos cuja realização seja exigida para que o trabalho esteja em conformidade com as ISA.

O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessário, mesmo no decurso da auditoria, tal como estipula o parágrafo 9 da ISA 300.

1.4.2.2 Materialidade

A ISA 320 - A Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria, visa precisamente abordar a aplicação do conceito de materialidade por parte do auditor no planeamento e na execução de uma auditoria, considerando sempre que esta é uma matéria que carece de julgamento profissional.

No parágrafo 2 da ISA 320, explica-se o conceito de materialidade no contexto de auditoria, frisando que *“as distorções, incluindo as omissões, são consideradas materiais se se esperar que, individualmente ou em conjunto, influenciem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras”*.

É na fase de planeamento que o auditor começa por determinar a materialidade para as demonstrações financeiras em termos globais, podendo também determinar níveis de materialidade específicos para classes particulares de transações. A materialidade pode (e deve, se assim se exigir) ser revista durante a execução da auditoria. Por norma, o cálculo

da materialidade é realizado tendo em conta o valor do ativo, e dos proveitos da entidade municipal, estabelecendo-se parâmetros máximos e mínimos.

Neste contexto, tendo em conta as características das entidades auditadas é plausível referir que *“o nível de materialidade a determinar deverá ser mais baixo do que numa auditoria normal devido aos regulamentos existentes, ao grau de visibilidade e sensibilidade de programas, as expetativas do público, entre outras”* (Moura, 2011).

1.4.2.3 Conhecimento do negócio e compreensão da entidade

É essencial que o auditor conheça a atividade do município para poder realizar um bom trabalho de auditoria. Em relação a esta matéria, devemos seguir a ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente.

No seu artigo, Moura (2011) atenta que o auditor deve ter em atenção algumas particularidades dos Municípios:

- Certas decisões são impostas no âmbito legislativo do Governo, através de leis e regulamentos específicos para este setor de atividade;
- É importante conhecer os programas e atividades, bem como a sua mensuração;
- O conceito de direito de propriedade de bens não é igual ao do setor privado (designadamente no caso dos bens de domínio público);
- A estrutura organizativa é fortemente influenciada por leis e regulamentos;
- A questão da continuidade não se coloca, não sendo, por isso, relevante.

Além de conhecer a entidade e a sua envolvente, a ISA 315 determina a importância de proceder à análise do controlo interno da entidade (com identificação e verificação dos vários procedimentos operacionais, que terão influência na natureza e extensão dos procedimentos a executar) e de fazer a avaliação do risco.

1.4.2.4 Análise do Risco

Outro ponto chave passa pela análise do risco da entidade, também ele contemplado na ISA 315 clarificada. Toda a auditoria tem um risco inerente, que se prende com a possibilidade de o revisor emitir uma opinião inapropriada, mesmo quando as demonstrações financeiras apresentam distorções materialmente relevantes com origem em fraudes ou erros.

O auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção material ao nível das demonstrações financeiras e ao nível de asserção para as classes de transações, saldos de contas e divulgações, como definido no parágrafo 25 da norma, com vista à obtenção de uma base para a conceção e execução de procedimentos de auditoria adicionais.

No seio da ISA 315, entende-se que o auditor deve proceder a avaliação do risco da entidade através de procedimentos de indagação (junto dos órgãos executivos e dirigentes intermédios), analíticos, e ainda observação e inspeção.

Concretamente no que respeita aos municípios, há um conjunto de riscos genéricos para os quais os auditores deverão estar naturalmente despostos.

Tabela 1-5: Riscos genéricos a considerar nas auditorias aos municípios.

Fonte: Artigo de Moura (2011) publicado no nº52 da revista *Revisores e Auditores*.

Tipo de risco	Nível	Justificação	Resposta
Inerente	Alto	<ul style="list-style-type: none">- Dependência política- Limites de endividamento municipal apertados- Especial atenção a ter em anos de eleições autárquicas- Bens de domínio público significativos	- N/A (Não controlável pelo ROC)
Negócio	N/A ⁷	O município tem por missão satisfazer as necessidades dos munícipes e, embora tenha outras fontes de financiamento, depende muito das verbas transferidas pelo Orçamento do Estado.	- N/A
Fraude	Médio	<ul style="list-style-type: none">- Verificar se existem muitas obras em execução com trabalhos a mais- Controlos apertados por parte de diversas entidades fiscalizadoras- Especial atenção a ter em anos de eleições autárquicas	<ul style="list-style-type: none">- Indagações ao Órgão Executivo e junto dos Departamentos sobre o conhecimento de situações de fraude· Análise pormenorizada dos contratos/obras mais importantes (aspetos legais, justificação para trabalhos a mais, desvios, ...)· Analisar o relatório anual de sobre a execução do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas
Controlo	Baixo	<ul style="list-style-type: none">- Obrigatoriedade de implementação de Norma de Controlo Interno (NCI)- Avaliar o Sistema de Controlo Interno implementado- Por norma, temos um ambiente de controlo favorável, com eventuais limitações a nível da área do imobilizado	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar os procedimentos de acordo com o NCI e atualizações· Efetuar testes de controlo nas áreas em que se justificar· Verificar a implementação das recomendações sugeridas

⁷ N/A – Não Aplicável

1.4.2.5 Relato

O grande objetivo do auditor passa por expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras, verificando se estas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada. A concretização deste propósito é formalizada pela emissão de um relatório, o qual, nos casos em que resulta de imposição legal, apresenta a denominação de CLC.

“A CLC fornece uma segurança razoável, sendo a opinião expressa de forma positiva”, (Almeida, 2017). Assim, podemos ter um relatório limpo, em que se assegura que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada, sem qualquer reserva ou ênfase, ou então um relatório modificado, quando são acrescentadas ênfases ou reservas.

A ISA 700 (clarificada) - Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras, aborda a responsabilidade do auditor para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, bem como a forma e conteúdo do relatório do auditor.

Desde logo, determina que o relatório do auditor terá de ser feito por escrito (parágrafo 20 e, quanto à opinião, *“o auditor deve expressar uma opinião não modificada quando concluir que as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável”* (parágrafo 16).

Em termos formais, a CLC de entidades de interesse público apresenta na sua estrutura base dois grupos, que se sintetizam no quadro seguinte:

Tabela 1-6: Estrutura da CLC de entidades de interesse público
Fonte: Guia de Aplicação Técnica nº1 da OROC

CLC não modificada
Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras <ul style="list-style-type: none">- Opinião- Bases para a opinião- Incerteza material relacionada com a continuidade- Ênfase(s)- Matérias relevantes de auditoria- Outras matérias- Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras- Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares <ul style="list-style-type: none">- Sobre o relatório de gestão- Sobre os elementos adicionais previstos no Artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Neste ponto, devemos conjugar com a ISA 705 (clarificada) - Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente, que nos apresenta os três tipos de opiniões modificadas que se encontram previstas: opinião com reservas, opinião adversa e escusa de opinião.

De referir que a inclusão de ênfases não determina uma modificação na opinião, pois correspondem a uma necessidade de o auditor *“destacar no seu relatório certas matérias que afetam as demonstrações financeiras, mas que não afetam a sua opinião, porque o respetivo tratamento e divulgação no anexo merecem a sua concordância”* (Almeida, 2017).

A opinião com reservas deve ser aplicada (parágrafo 7, da ISA705c), quando o auditor concluir que as distorções das demonstrações financeiras são materiais, mas não profundas, ou quando não for capaz de obter prova suficiente e apropriada, mas conseguir concluir que os possíveis efeitos das distorções por detetar podem ser materiais, mas não profundas.

A opinião adversa deve ser aplicada (parágrafo 8, da ISA705c), quando o auditor concluir que as distorções das demonstrações financeiras são materiais e, sobretudo, profundas.

O auditor deve emitir uma escusa de opinião (parágrafos 9 e 10, da ISA705c), quando não for capaz de obter prova suficiente e apropriada, e concluir que os possíveis efeitos das distorções por detetar podem ser profundas, ou então quando, mesmo tendo obtido prova suficiente e apropriada, não seja, ainda assim, possível formar uma opinião, em virtude de circunstâncias extremamente raras e que envolvam múltiplas incertezas.

Apresentamos a tabela sintetizada na ISA 705c, e que ilustra a forma como o julgamento do auditor e o tipo de modificações impacta a opinião expressa.

Tabela 1-7: Julgamento do auditor e opinião expressa
Fonte: ISA 705c

Natureza da matéria que dá origem à modificação	Julgamento do auditor sobre a profundidade dos efeitos (ou possíveis efeitos) nas demonstrações financeiras	
	Material, mas não profunda	Material e profunda
As demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas	Opinião com reservas	Opinião adversa
Incapacidade de obter prova de auditoria suficiente e apropriada	Opinião com reservas	Escusa de opinião

1.4.3 A contratação do auditor de contas municipais

A nomeação do auditor externo é feita por “*deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas*” (art.77º/1, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

Ou seja, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do auditor externo, responsável pela emissão da CLC e outras obrigações decorrentes do exercício desta função fiscalizadora, o qual é proposto pela Câmara Municipal.

De um modo geral, segundo os dados publicados no portal Base.gov, os Municípios Portugueses recorreram ao procedimento de Ajuste Direto para contratação dos auditores, ao abrigo do artigo 20º/1, do anterior Código dos Contratos Públicos (CCP). Com a entrada em vigor do novo CCP, e alteração dos limites, passou a verificar-se de modo comum, não só o recurso a ajuste direto, mas também a consulta prévia.

No caso do procedimento por consulta prévia, o município convida diretamente pelo menos três revisores ou sociedades de revisores oficiais de contas a apresentar proposta, escolhendo de acordo com os critérios definidos. Em regra, nesta matéria, será o critério do mais baixo preço.

No caso do procedimento por ajuste direto, o município convida diretamente um revisor ou sociedade de revisores oficiais de contas à sua escolha para apresentar proposta. Quando o valor base de concurso ultrapassa os 75000 euros, e a escolha do tipo de procedimento é em função do critério de valor de contrato, passa a ser obrigatório o recurso a concurso público, que é publicitado em Diário da República e aberto ao mercado.

2 ESTUDO EMPÍRICO

2.1 Revisão de literatura

O foco do nosso estudo prende-se com a perceção das características que determinam a opinião do auditor relativamente às contas municipais. Acontece que, uma vez esta é uma matéria inovadora no seu estudo, vimos dificuldade em encontrar literatura prévia na qual pudéssemos encontrar as raízes modeladoras do nosso estudo.

Como tal, inspirámo-nos nos trabalhos realizados com o mesmo propósito, mas no âmbito empresarial. Embora com fins diferentes, estamos conscientes que muitos dos indicadores podem ser replicados e adaptados aos municípios, pelo que nos cabe fazer esse ajustamento.

Só por volta dos anos 60 tiveram início alguns estudos que tentaram estabelecer a relação entre as características das empresas e as opiniões de auditoria, mas numa ótica que se prendia essencialmente com a influência do relato na vida da empresa. Nos anos 2000 surgiram estudos mais robustos na procura de uma explicação para a decisão de auditoria, sendo um dos mais citados, e que tem servido de base a trabalhos mais recentes, o de Segura & Molina (2001). Estes investigadores analisaram as empresas espanholas, com o objetivo de aferir a propensão das empresas em receber qualificações e a existência de relação entre estas e determinadas características corporativas. Concluíram que as perdas eram, de longe, o fator mais importante na explicação da existência de qualificações, mas que também existia uma relação entre o tamanho, o setor de atividade, o auditor, resultados líquidos negativos e as perdas, com a probabilidade de ter um relatório qualificado. Pelo contrário, evidenciaram que não existia qualquer relação entre este e a rendibilidade, o facto de a empresa ser cotada ou mesmo o nível de endividamento.

No seu seguimento, Ballesta & Garcia-Meca (2005) também fizeram uma análise a empresas espanholas, verificando a presença ou ausência de qualificações como resultado do processo de decisão em auditoria, mas tendo obtido algumas conclusões diferentes das dos seus antecessores. A grande conclusão de que *“os problemas financeiros são uma das principais fontes de opiniões qualificadas”* (Ballesta & Garcia-Meca, 2005), é evidenciada com as observações que as empresas que recebiam qualificações de auditoria, tinham dívidas de longo prazo significativamente mais elevadas, menor rentabilidade e menor liquidez.

Em termos de gestão da empresa, evidenciaram que também existia alguma relação. Quando os gerentes são os proprietários, agem no interesse da empresa, e têm menor probabilidade de ter auditorias qualificadas. Ou seja, não se coloca aqui o problema da agência. Por outro lado, a presença de familiares no Conselho de Administração aumentava a probabilidade de atrair qualificações nos relatórios de auditoria, facto que foi explicado pelos níveis mais baixos de independência e a percepção de que os custos associados a uma opinião adversa ou modificada eram mais baixos nestes casos.

Ainda com enfoque nas empresas espanholas, o estudo de Gallizo & Saladrigues (2016), evidenciou que ter perdas e ser auditado por uma empresa de auditoria pequena, faz com que haja maior probabilidade de ter um relatório de auditoria qualificado, tal como acontece, mas em menor grau, quando o tamanho relativo do cliente é pequeno. Por sua vez, quanto mais rentável é a empresa, menor a probabilidade de ter um relatório de auditoria qualificado.

Também na Grécia foi feito um estudo com o propósito de avaliar até que ponto as combinações entre informações financeiras e não financeiras podem ser usadas para testar a opção por um relatório de auditoria qualificado ou limpo. Spathis (2003) apresentou como síntese que as empresas com maiores dificuldades financeiras, mais concretamente prejuízos correntes, baixa liquidez e processos judiciais, tinha maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado.

Yasar, A., Yakut, E., & Gutnu, M. M. (2015), procuraram prever opiniões qualificadas de auditoria em empresas da bolsa de valores Istambul (Turquia), usando três métodos e doze rácios financeiros. A Turquia é um mercado emergente, com um ambiente diferente do que é vivido nos países desenvolvidos, motivo pelo qual este trabalho assumiu particular relevo. Sinteticamente, destacamos a conclusão de que empresas com maior liquidez, rentabilidade e alavancagem financeira, tinham menor probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas.

Um ano depois, vinha à luz do dia outro estudo realizado na Turquia, desta feita por Özcan (2016). Da sua análise a 180 empresa, cobrindo o período entre 2005 e 2014, concretizou que empresas com maior liquidez, rentabilidade, eficiência operacional, percentagem de membros externos na administração, crescimento e baixa dívida em relação ao total do ativo, tinham maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria limpa.

Em Portugal, temos a evidenciar o estudo de Santos, M. M., Inácio, H. C., & Vieira, E. F. S. (2015) sobre o governo das sociedades e a opinião do auditor. Os resultados deste trabalho sugerem que *“a concentração de propriedade, a independência do conselho de administração, a presença de um comité de auditoria e um rácio de liquidez elevado são indicadores positivos na opinião de auditoria e, por conseguinte, promovem uma informação financeira mais fiável”* (Santos et al., 2015).

No que respeita concretamente à auditoria municipal, são vários os trabalhos identificados em Portugal, mas a sua maioria dá enfoque à temática específica da auditoria interna. Ainda assim, numa ótica de auditoria externa, Rei (2015) analisou a influência da Auditoria Externa na Qualidade da Informação Financeira nos Municípios Portugueses concluindo que *“apesar da existência em quase todos os municípios de ênfases e reservas, verificou-se que houve uma evolução positiva nesse número, o que demonstra uma preocupação destas entidades, em apresentar uma imagem cada vez mais verdadeira e apropriada, transparente e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas entidades competentes e pelos regulamentos respetivos”* (Rei, 2015).

No seu trabalho, apresentou outras conclusões que interessa aqui relevar, como o facto de a dimensão dos municípios não ser um fator diferenciador na qualidade da informação financeira, ter verificado que muitos municípios não disponibilizavam a CLC nos seus portais, a inexistência de qualquer recusa por parte do revisor em certificar as contas e a circunstância de as limitações de âmbito e incertezas fundamentais não se prenderem, de um modo geral, com situações graves.

Quanto ao Relatório de Gestão, que também é alvo de pronúncia por parte do auditor na CLC, concluiu que *“muitos municípios têm conseguido desenvolver ao longo dos três últimos exercícios relatórios cada vez mais completos, mas ainda assim com alguns problemas, como é o caso da não apresentação dos vários indicadores financeiros fundamentais, para uma interpretação e análise à gestão autárquica”* (Rei, 2015). Neste campo, verificou que, não obstante algumas exceções positivas, existe uma relação entre a dimensão do município e o nível de evolução e detalhe do relatório de gestão.

Deixamos para o fim desta revisão de literatura, aquele que é o estudo que mais se aproxima dos nossos propósitos. Foi realizado na Finlândia, por Paananen (2016), um estudo que explorou as determinantes dos relatórios de auditoria modificados num tipo específico de entidades municipais finlandesas, as *Joint Municipal Authorities* (JMA's).

Dada a inexistência de estudos anteriores sobre as determinantes dos relatórios modificados na administração municipal, baseou-se nas pesquisas existentes quanto ao sector privado, concluindo que algumas determinantes identificadas nas empresas também parecem aplicar-se aos JMA's, mas outros não tiveram os resultados esperados.

A primeira grande conclusão prendeu-se com o pouco impacto dos índices financeiros nas modificações, apresentando como possível justificação a diferença de fins entre as entidades públicas municipais e as entidades privadas. Concluiu que um longo atraso no relatório de auditoria, a maior dimensão da empresa de auditoria e a maior dimensão da entidade, aumentaram a probabilidade de apresentar um relatório de auditoria qualificado. Por outro lado, uma elevada alavancagem, maior dimensão da entidade e o sexo masculino do auditor principal aumentaram a probabilidade de obter relatórios de auditoria com ênfases.

Este estudo vai ao encontro dos objetivos do nosso trabalho, e nas suas indicações para pesquisas futuras apresenta precisamente a necessidade de expandir esta investigação também para os municípios e, principalmente, de realizar pesquisa desta natureza noutros países. Deste modo, será um suporte ao nosso trabalho e alguns dos aspetos mais intrínsecos a este estudo de Paananen (2016), serão dissecados também nas opções em termos de variáveis para o nosso trabalho.

2.2 Metodologia

2.2.1 Amostra e recolha de informação

Tendo em vista a realização do presente estudo, procedeu-se à recolha das certificações legais de contas e dos documentos de balanço dos municípios portugueses relativos aos exercícios de 2014, 2015 e 2016. Há que referir que estes três anos de análise estão inseridos num período de atividade normal dos municípios, entre os momentos eleitorais autárquicos (2013 e 2017).

Para obter os documentos a analisar, recorreremos aos portais dos 308⁸ municípios, os quais foram consultados durante o mês de janeiro de 2018. A nossa expectativa era de aqui

⁸ Atualmente existem 308 municípios, depois de uma redução de concelhos que veio a acontecer desde 1835/1836. Nestes dois anos houve uma forte diminuição de concelhos em Portugal, que passaram de 856

encontrar toda a informação da qual necessitávamos para o nosso estudo, uma vez que as autarquias locais são obrigadas a divulgar no seu sítio eletrónico os documentos previsionais e de prestação de contas dos últimos dois anos (nos termos do art.79º/2, alínea c), da Lei nº73/2013, de 3 de setembro)⁹.

Rapidamente concluímos que a quase totalidade dos municípios disponibilizava a informação financeira, mas o mesmo não acontecia em relação à certificação legal das contas, pelo que avançamos, na primeira semana de fevereiro, com o pedido direto via email a todos os que não disponibilizavam esse documento. Uma vez que a percentagem de respostas foi reduzida, procedemos a um segundo pedido de documentação já em meados de junho do mesmo ano, o qual foi ainda reforçado, em setembro de 2018.

Após este trabalho de pesquisa e tentativa de obtenção dos documentos, concluímos a nossa investigação com 215 municípios, correspondendo a 70% dos municípios portugueses, relativamente aos quais tínhamos as CLC dos três anos em estudo.

Todos os documentos foram analisados e retirados os dados objetivos considerados essenciais ao nosso estudo, quer no que concerne à opinião de auditoria, quer no respeitante aos dados financeiros em apreço.

Posteriormente, foram introduzidas as variáveis de gestão, pelo que foi feito o levantamento, através dos dados disponibilizados no portal da Comissão Nacional de Eleições, das maiorias em termos de Câmara e Assembleia Municipal.

2.3 Variáveis em estudo

2.3.1 Variáveis dependentes

Tendo como base os estudos anteriores com recurso a regressão logística, mais em concreto o que foi aplicado aos JMAs (Paananen, 2016), seguimos a mesma linha, com os devidos ajustamentos, e identificámos duas tipologias de variáveis dependentes.

para 383. Esta curiosidade autárquica é referida por Magalhães, Rui (2009), no “Manual de procedimento administrativo para freguesias”.

⁹ O art.4º do POCAL estipula igualmente a obrigatoriedade de publicitação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão,

2.3.1.1 *Opinião de Auditoria Qualificada*

A primeira variável dependente prende-se diretamente com a opinião de auditoria e a existência ou não de reservas. Temos de notar que afastámos desde logo a escusa de opinião e a opinião adversa, uma vez que não foi verificada qualquer situação deste tipo nos municípios-ano analisados.

Assim, para os casos em que a CLC obteve opinião limpa, a variável recebeu o valor 1. Nos casos em que a CLC tinha opinião com reservas, a variável recebeu o valor 0, e foi adjetivada como **Qualificada**.

2.3.1.2 *Relatório de Auditoria Modificado*

A segunda variável dependente prende-se com o relatório propriamente dito, mais concretamente na existência ou não de ênfases – aspetos relevantes que, ainda assim, não influenciam a opinião do auditor.

Assim, para os casos em que a CLC não continha ênfases, a variável recebeu o valor 1. Nos casos em que a CLC tinha ênfases, a variável recebeu o valor 0, e foi adjetivada como **Modificada**.

2.3.2 Variáveis independentes

2.3.2.1 *Não financeiras*

Dimensão do município

Nos diversos estudos antecedentes, foi evidenciado que o tamanho da entidade pode ser uma das determinantes de opiniões de auditoria com qualificações. As conclusões apresentam que entidades maiores têm maior probabilidade de obter opiniões modificadas (Segura & Molina, 2001; Paananen, 2016), mas também há quem tenha concluído que uma entidade pequena tinha maior probabilidade de opinião qualificada (Gallizo & Saladríguez, 2016). No que concerne aos municípios portugueses, embora não especificamente quanto à opinião de auditoria, Rei (2015) apreciou no seu estudo que a dimensão do município não era um fator diferenciador na qualidade da informação financeira.

Em virtude do exposto, formulamos as seguintes hipóteses para o nosso estudo:

H1a) Municípios de menor dimensão apresentam maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?

H1b) Municípios de menor dimensão apresentam maior probabilidade de obter relatórios de auditoria modificados?

A literatura recente tem aplicado como critério de qualificação dos municípios em termos de dimensão (pequenos, médios, grandes), usado pela Ordem dos Contabilistas Certificados na elaboração do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que tem como base o número de habitantes e se concretiza da seguinte forma:

Tabela 2-1: Dimensão dos Municípios Portugueses
Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Dimensão	Habitantes	N.º Municípios
Pequenos	≤ 20000	185
Médios	$> 20000 \wedge \leq 100000$	99
Grandes	> 100000	24

Tamanho da empresa de auditoria

Um dos critérios regularmente estudado no âmbito das investigações em auditoria prende-se o tamanho da empresa de auditoria, sendo que os resultados têm sido diferenciados. Atentamos nos estudos mais recentes, em que Gallizo & Saladrigues (2016) concluíram que as entidades auditadas por empresas mais pequenas tinham maior probabilidade de obter qualificações de auditoria, enquanto Paananen (2016) concluiu que, sendo maior a empresa de auditoria, maior a probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada.

Por essa ordem de motivos, Berglund, Eshleman, & Guo (2018), procederam a um trabalho de investigação precisamente sobre a relação entre o tamanho da empresa de auditoria e a opinião do auditor, baseando-se na premissa de mudança desta relação ao longo do tempo. De facto, concluíram que o efeito do tamanho do auditor na propensão de emitir relatórios modificados aumentou com o tempo, sendo que as suas evidências “mostram que as Big4 ainda exibem um maior conservadorismo de relato para os clientes que mantêm”, Berglund et al. (2018).

Apesar de ser uma variável várias vezes estudada, o certo é que estes estudos não são conclusivos num ou noutro sentido. Para nós, é importante perceber se no caso das auditorias às contas dos municípios portugueses há evidências que comprovem a relação entre o tamanho da entidade auditora e a tipologia de relato emitido.

Se é verdade que em muitos estudos geralmente se verifica a comparação entre as denominadas *Big4*¹⁰ e as restantes, no caso concreto do nosso estudo não seria viável fazê-la, uma vez que não existe amostra suficiente para operar essa comparação. Bastará para esse efeito dar nota que, na amostra recolhida, apenas um dos municípios¹¹ é auditado por uma das *Big4*.

Assim, optámos por seguir um critério de dimensão que nos permitisse determinar um grupo que contém as dez maiores empresas de auditoria a operar em Portugal e um outro grupo com as empresas de dimensão inferior e revisores oficiais de contas a exercer na qualidade de profissionais liberais.

Deste modo, para estabelecer estas dez maiores empresas, usámos como referência o trabalho sobre o mercado de auditoria português (Almeida & Silva, 2015), no qual identificaram as dez maiores empresas de auditoria a operar em Portugal, considerando o volume de negócios de 2012. São elas: Deloitte, E&Y, KPMG, PwC, BDO, Mazars, PKF, Oliveira Reis, Fernando Peixinho, Armindo Costa.

Apesar de o ROC poder ser um profissional liberal não integrado em SROC, para efeitos do nosso estudo, fizemos apenas a distinção entre empresas de menor dimensão (que incluem ROC individual ou SROC) e as dez maiores empresas de auditoria.

Hipóteses que pretendemos comprovar:

H2a) Municípios auditados por empresas de auditoria de maior dimensão apresentam maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?

H2b) Municípios auditados por empresas de auditoria de maior dimensão apresentam maior probabilidade de obter relatórios de auditoria modificados?

¹⁰ São denominadas *Big Four* as quatro grandes empresas mundiais de auditoria: *Delloite*, *PriceWaterhouseCoopers* (PWC), *Ernst & Young* (EY) e KPMG.

¹¹ Falamos do Município do Porto, que no período em análise foi auditado por uma das *Big4*, a KPMG.

Prazo de emissão da CLC

No que concerne ao prazo de emissão da CLC, esta é uma variável que introduzimos tendo como base o estudo recente realizado por Paananen (2016), o qual concluiu que quanto maior o número de dias para emissão da CLC, maior a probabilidade de obter uma opinião qualificada.

Atente-se que a contagem é feita tendo em conta o número de dias desde 31 de dezembro do ano a que respeita a certificação, até à data em que a certificação foi emitida.

O nosso propósito passa por verificar se existe um resultado semelhante ao alcançado nos JMAs finlandeses, verificando-se efetivamente uma relação entre o prazo de emissão da CLC e a sua qualificação. Para recolher esses dados, recorreremos à informação constante nas certificações de contas analisadas.

H3a) Quanto mais tempo os auditores demoram a emitir a CLC, maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H3b) Quanto mais tempo os auditores demoram a emitir a CLC, maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

2.3.2.2 Políticas/gestão

As investigações que são feitas no domínio privado, apresentam quase sempre também uma dimensão relacionada com a gestão.

Sucedem que quando falamos de autarquias locais, a gestão encontra-se associada a questões diferentes do que sucede no privado, o que se materializa por uma dimensão política da gestão.

Os órgãos de gestão e fiscalização são sujeitos a sufrágio, sendo eles, nos municípios, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respetivamente. Nesta medida, interessa-nos verificar se esta dimensão da gestão política tem alguma relação com as CLC com reservas e/ou ênfases.

A Câmara Municipal é o órgão de gestão do Município, competindo-lhe, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, “*elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à*

apreciação e votação da assembleia municipal” (art.33º/1, alínea i) e *“enviar ao Tribunal de Contas as contas do município”* (art.33º/1, alínea ww).

A Assembleia Municipal é o órgão de apreciação e fiscalização, a quem compete, entre outras, *“apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”* (art.25º/1, alínea l), da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

Reforçamos que é também à Assembleia Municipal que compete nomear o auditor externo, sob proposta da Câmara Municipal (art.77º/1, da Lei nº73/2013, de 3 de setembro), pelo que tem aqui um papel muito forte na decisão de contratar o auditor.

Começamos por chamar aqui a dimensão privada, na qual nos temos ancorado de forma comparativa e como um “mapa” para o nosso estudo, trazendo novamente as conclusões do estudo de Ballesta & Garcia-Meca (2005). Verificaram que presença de familiares no Conselho de Administração aumentava a probabilidade de atrair qualificações nos relatórios de auditoria, algo que pode ser sugerido pelos mais baixos níveis de independência, mas também pelas menores pressões junto do auditor para emitir um relatório limpo, já que os custos de receber uma opinião qualificada também são mais baixos. Ou seja, quando a gestão é “familiar”, as consequências para a empresa de um relato qualificado são menores ou mesmo inexpressivas.

Aqui, o que nos interessa perceber é se, nos municípios, uma gestão feita pela mesma “família política” é determinante ou não na obtenção de certificações legais de contas qualificadas. Neste campo, impera avaliar a componente da gestão da Câmara Municipal (órgão executivo), mas também a composição da Assembleia Municipal (órgão fiscalizador).

H4a) Câmaras Municipais com maioria absoluta têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H4b) Câmaras Municipais com maioria absoluta têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

H5a) Municípios com maioria absoluta na Câmara e na Assembleia Municipal têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H5b) Municípios com maioria absoluta na Câmara e na Assembleia Municipal têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

H6a) Com alinhamento entre a Câmara e a Assembleia Municipal, há maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H6b) Com alinhamento entre a Câmara e a Assembleia Municipal, há maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

2.3.2.3 Financeiras

A gestão pública apresenta particularidades, nomeadamente no que respeita aos seus fins, que complexificam a determinação daqueles que são os indicadores financeiros e de gestão. Esta é uma realidade que, naturalmente, afeta também a análise financeira das contas municipais, pelo que esta não pode nem deve ser vista como se de uma empresa se tratasse.

Nas investigações realizadas, as variáveis financeiras têm assumido um papel importante, estabelecendo-se algumas relações entre estas e a opinião de auditoria. Não obstante a conclusão emitida por Paananen (2016), assumindo a posição de as variáveis financeiras não serem determinantes no caso das entidades municipais, propomo-nos a aferir sobre a validade desta circunstância quando aplicada aos municípios portugueses.

Alavancagem

Estudos anteriores direcionados para as empresas, nomeadamente o que foi feito junto de empresas turcas (Yasar *et al.*, 2015), verificaram que para uma menor alavancagem financeira existia uma maior probabilidade de qualificações. Já nos estudos de Paananen (2016), embora não tenha encontrado evidência quanto à opinião de auditoria, concluiu que nos casos de entidades com baixa alavancagem, existia maior probabilidade de obter um relatório modificado (no caso português, o equiparável a ter ênfases).

H7a) Municípios com baixa alavancagem têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H7b) Municípios com baixa alavancagem têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

Liquidez

A liquidez é, porventura, a variável mais estudada neste tipo de análises. A liquidez é o indicador que nos permite avaliar a capacidade de o município solver os seus compromissos de curto prazo. No fundo, considera a facilidade com que um ativo pode ser convertido em meio de troca.

No que respeita às empresas, os dados são consistentes quanto à relação entre uma baixa liquidez e a obtenção de opiniões de auditoria qualificadas (Ballesta & García-Meca, 2005; Spathis, 2003; Gallizo & Saladríguez, 2016; Santos *et al.*, 2015; Yasar *et al.*, 2015; Özcan, 2016).

Se a liquidez nos dá indicações sobre a capacidade de a entidade responder aos compromissos de curto-prazo, evidentemente que uma liquidez baixa é um indicador de risco da entidade quanto à resposta às suas responsabilidades. O auditor, estando atento a estas questões, fará o devido apontamento nesse sentido em sede de certificação de contas (pelas ênfases e/ou reservas). Este indicador também foi contemplado nos estudos de Paananen (2016), mas não foi encontrada uma relação com as duas variáveis consideradas.

Entendemos ser importante perceber se esta realidade também se aplica aos municípios.

H8a) Municípios com baixa liquidez têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H8b) Municípios com baixa liquidez têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

Endividamento

O endividamento apresenta-nos a situação da entidade face à dependência de capitais alheios, pelo que também tem sido estudada no que concerne às empresas. O primeiro estudo, realizado na década passada, apresentou uma não existência de relação entre o endividamento e as qualificações de auditoria (Segura & Molina, 2001), num resultado que, pela importância do indicador, poderia ser considerado com alguma surpresa.

A verdade é que os estudos seguintes já concluíram que nos casos de maiores dívidas de longo prazo (Ballesta & García-Meca, 2005) e, de forma geral, maior endividamento da

empresa (Özcan, 2016), existia uma maior probabilidade de obter qualificações de auditoria.

H9a) Quanto maior o endividamento, maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H9b) Quanto maior o endividamento, maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

Rendibilidade

Rendibilidade, rentabilidade ou eficiência financeira, é um indicador que nos permite avaliar a performance operacional do município, pelo que assume uma particular relevância quando pensamos que no que poderá ser uma eficiente utilização dos recursos.

No caso das empresas, este indicador também é aplicado. Nos primeiros estudos, entendeu-se que não haveria relação entre a rendibilidade e as qualificações na opinião de auditoria (Segura & Molina, 2001). Mas estudos subsequentes vieram apresentar resultados diferentes, com evidência de uma relação entre baixa rendibilidade e a obtenção de relato de auditoria qualificado (Ballesta & García-Meca, 2005; Yasar *et al.*, 2015; Özcan, 2016).

H10a) Os municípios com menor rendibilidade têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H10b) Os municípios com menor rendibilidade têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

Resultado líquido

Os trabalhos realizados com base nas empresas têm indicado que existe uma relação entre os prejuízos e a obtenção de opiniões de auditoria qualificadas (Segura & Molina, 2001; Spathis, 2003; Gallizo & Saladríguez, 2016).

Estamos cientes das grandes diferenças que este indicador nos apresenta para entidades do setor privado e do setor público, uma vez que no primeiro caso estamos perante entidades que têm como objetivo o lucro e no segundo entidades que não visam o lucro.

Ainda assim, uma vez que não existem registos divulgados da realização do teste à aplicação desta relação aos municípios, entendemos ser do interesse verificar se, não

obstante os diferentes objetivos, existe igualmente uma tendência de maior probabilidade de opiniões qualificadas no caso dos municípios que apresentam prejuízos.

Nos casos em que os municípios apresentavam resultados líquidos negativos, a variável recebeu o valor 0, enquanto nos positivos recebeu o valor 1.

H11a) Os Municípios com resultados líquidos negativos têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada?

H11b) Os Municípios com resultados líquidos negativos têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

Tabela 2-2: Variáveis em Estudo

Fonte: Elaboração própria

Variáveis		Fórmulas/valor
Dependentes	Opinião qualificada	Valor 0, se opinião com reservas Valor 1, se opinião limpa
	Relatório modificado	Valor 0, se opinião com ênfases Valor 1, se opinião sem ênfases
Independentes	Dimensão do Município	Valor 0, para municípios pequenos Valor 1, para municípios médios e grandes
	Tamanho empresa auditoria	Valor 0, para auditores de pequena dimensão Valor 1, para as dez maiores empresas de auditoria
	Prazo de emissão CLC	Calculado em número de dias, contabilizados entre 31 de dezembro do ano anterior e a data da CLC
	Maioria absoluta órgão executivo	Valor 0, se Câmara Municipal sem maioria absoluta Valor 1, se Câmara Municipal com maioria absoluta
	Maioria absoluta órgão fiscalizador	Valor 0, se Assembleia Municipal sem maioria absoluta Valor 1, se Assembleia Municipal com maioria absoluta
	Alinhamento órgãos político e fiscalizador	Valor 1, se existir alinhamento entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal
	Resultados líquidos	Valor 0, se negativos Valor 1, se positivos
	Alavancagem	$\text{Grau Alavanca Financeira} = \frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Resultados Correntes}}$
	Liquidez	$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$
	Endividamento	$\frac{\text{Capitais Alheios}}{\text{Capital Próprio} + \text{Capitais Alheios}} \times 100$
	Rendibilidade	$\frac{\text{Resultados Líquidos Exercício}}{\text{Fundos Próprios}} \times 100$

2.4 Objetivos e hipóteses

Partindo de investigações anteriores realizadas com foco nas empresas e um trabalho específico relacionado com entidades municipais finlandesas, pretendemos verificar quais as características financeiras e não financeiras que determinam a opinião do auditor nas certificações de contas dos municípios portugueses.

Tendo em consideração as explanações do ponto anterior, sintetizamos de seguida as hipóteses que estarão em estudo.

Tabela 2-3: Hipóteses de investigação

Fonte: elaboração própria.

Dimensão do Município	H1a) Municípios de menor dimensão apresentam maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H1b) Municípios de menor dimensão apresentam maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Tamanho da empresa de auditoria	H2a) Municípios auditados por empresas de auditoria de maior dimensão apresentam maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H2b) Municípios auditados por empresas de auditoria de maior dimensão apresentam maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Prazo de emissão de CLC	H3a) Quanto mais tempo os auditores demoram a emitir a CLC, maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H3b) Quanto mais tempo os auditores demoram a emitir a CLC, maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Maioria absoluta no órgão executivo	H4a) Câmaras Municipais com maioria absoluta têm maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H4b) Câmaras Municipais com maioria absoluta têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Maioria absoluta no órgão fiscalizador	H5a) Municípios com maioria absoluta na Assembleia Municipal têm maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H5b) Municípios com maioria absoluta na Assembleia Municipal têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Alinhamento político entre os órgãos executivo e fiscalizador	H6a) Com alinhamento entre a Câmara e a Assembleia Municipal, há maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H6b) Com alinhamento entre a Câmara e a Assembleia Municipal, há maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

Alavancagem	H7a) Municípios com baixa alavancagem têm maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H7b) Municípios com baixa alavancagem têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Liquidez	H8a) Municípios com baixa liquidez têm maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H8b) Municípios com baixa liquidez têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Endividamento	H9a) Quanto maior o endividamento, maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H9b) Quanto maior o endividamento, maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Rendibilidade	H10a) Os municípios com menor rendibilidade têm maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H10b) Os municípios com menor rendibilidade têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?
Resultados Líquidos	H11a) Os Municípios com resultados líquidos negativos têm maior probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas?
	H11b) Os Municípios com resultados líquidos negativos têm maior probabilidade de obter um relatório de auditoria modificado?

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Síntese

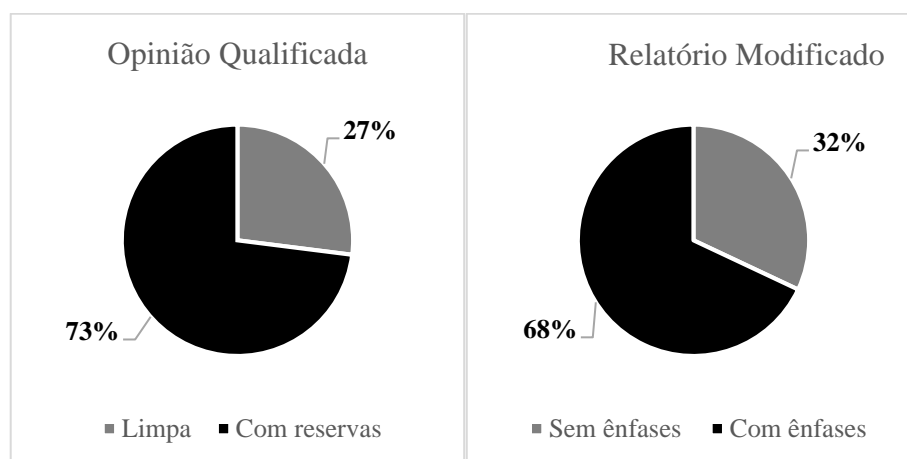
Tal como já havíamos indicado, no nosso estudo foi feita a análise de 215 municípios, no que concerne aos anos de 2014, 2015 e 2016, o que totaliza uma amostra de 645. Seguimos a mesma base de análise de regressão logística usada em estudos anteriores, como é o caso do trabalho desenvolvido por Paananen (2016).

Como resultado das análises efetuadas, são apresentadas tabelas com a estatística descritiva das variáveis utilizadas nos modelos de regressão e com a matriz de correlação entre essas mesmas variáveis.

A análise de regressão “é uma metodologia estatística que utiliza a relação entre duas ou mais variáveis quantitativas (ou qualitativas) de tal forma que uma variável pode ser predita a partir de outra (ou outras)”, (Silva, 2015), enquanto a correlação parte de uma distribuição de probabilidades com função densidade de probabilidade $f(x,y)$.

Começamos, ainda assim, por fazer uma apresentação estatística dos nossos dados. “A estatística descritiva é definida como o conjunto de métodos estatísticos que visam sumariar e descrever os atributos mais pertinentes dos dados, isto é, reduzir e exprimir a informação relevante contida numa grande quantidade de dados através de um número muito menor de valores ou medidas, encontrando padrões ou tendências”, (Silva, 2015).

Foram realizadas 645 observações, sendo que os principais dados a obter prenderam-se com a opinião do auditor. Assim, das certificações legais de contas analisadas foram tidas em consideração a existência ou não de reservas, bem como de ênfases.



Figuras 1 e 2: Opiniões de auditoria qualificadas e relatórios modificados na amostra.

Fonte: elaboração própria.

Mostra-se que 73 % dos municípios obtiveram opinião de auditoria qualificada, enquanto 68% receberam ênfases, isto é, relatório de auditoria modificado. Acrescentamos a estes dados que 81% dos Municípios com opinião qualificada tiveram também ênfases na CLC.

Tabela 3-1: Estatística descritiva das variáveis introduzidas.

Fonte: elaboração própria.

	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Var.	Amp.	Min.	Max.	Percentis		
									25	50	75
Tamanho	645	0,47	0,00	0,500	0,250	1	0	1	0,00	0,00	1,00
Ano	645	2015	2015	1	1	2	2014	2016	2014	2015	2016
Resultado líquido	645	0,64	1,00	0,480	0,231	1	0	1	0,00	1,00	1,00
Opinião qualificada	645	0,27	0,00	0,443	0,196	1	0	1	0,00	0,00	1,00
Relatório modificado	645	0,32	0,00	0,467	0,218	1	0	1	0,00	0,00	1,00
Dias	645	103,16	105,00	13,690	187,42	153	33	186	98,00	105,00	111,00
Auditor	645	0,14	0,00	0,345	0,119	1	0	1	0,00	0,00	0,00
Grau Alavanca Financeira	645	0,26	1,00	15,64	244,63	406,05	-379,35	26,70	0,72	1,00	1,23
Endividamento	645	0,19	0,15	0,17	0,03	1,68	0,01	1,69	0,08	0,15	0,23
RCP	645	0,01	0,01	0,07	0,01	1,73	-0,93	0,80	-0,02	0,01	0,03
Liquidez	645	3,33	1,45	8,29	68,80	157,61	0,03	157,64	0,68	1,45	3,36
C-Maioria	645	0,83	1,00	0,374	0,140	1	0	1	1,00	1,00	1,00
A-Maioria	645	0,59	1,00	0,492	0,242	1	0	1	0,00	1,00	1,00
C=A	645	0,93	1,00	0,247	0,061	1	0	1	1,00	1,00	1,00

Em termos de dimensão, 47% dos Municípios analisados são de média e grande dimensão (38% médios e 9% grandes).

Nas observações realizadas, em 64% dos casos os resultados líquidos do exercício foram positivos, o que corresponde à maioria dos municípios. É de salientar que na administração pública o objetivo não é obter lucros, mas um bom princípio de gestão pública é o de também não ter prejuízos, o que significa que se pretende que os recursos sejam usados do modo mais eficiente possível com vista à satisfação das necessidades das populações e salvaguarda do interesse público.

A emissão de CLC foi de 103.53 dias, em média, a partir de 31 de dezembro do ano a que esta respeita. Significa que, em média, as CLC foram emitidas em meados de abril.

Quanto aos resultados do ponto de vista financeiro, as médias são de um grau de alavanca financeira de 0.26, grau de endividamento de 0.19, rendibilidade dos capitais próprios de

0.01 e liquidez geral de 3.33. Verificamos que, em média, os municípios portugueses apresentam um baixo desempenho financeiro. Em termos de liquidez, que é a medida da capacidade de solver os compromissos de curto prazo, esta é globalmente superior a 1, o que significa que os municípios se apresentam de forma positiva neste aspeto.

Na componente da gestão, em 83% dos casos há maioria absoluta na Câmara Municipal (C-maioria) e em 59% maioria absoluta na Assembleia Municipal (A-maioria). Na expressa maioria dos casos (93%), a força política com maioria na Câmara Municipal é a mesma que tem maioria na Assembleia Municipal (C=A).

3.1.1. Opinião qualificada

Na análise através de regressão logística, considerámos primeiramente a variável opinião qualificada (que contempla assim a existência ou não de reservas), definindo como 0,1 como nível de significância.

Os quadros seguintes apresentam o resultado desta análise, bem como as respetivas tabelas de correlação, dissecando os resultados relevantes para a nossa investigação.

Tabela 3-2: Análise de regressão logística - Opinião qualificada.

Fonte: elaboração própria.

Variáveis na equação						
	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)
Dimensão(1)	-0,023	0,216	0,011	1	0,916	0,977
Resultado Líquido(1)	-0,284	0,245	1,338	1	0,247	0,753
Relatório Modificado(1)	-0,850	0,193	19,326	1	0,000	0,427
Dias	-0,003	0,007	0,133	1	0,715	0,997
SROC(1)	1,646	0,417	15,561	1	0,000	5,186
Grau Alavanca Financeira	-0,008	0,006	1,754	1	0,185	0,992
Grau de Endividamento	-3,085	0,923	11,174	1	0,001	0,046
RCP	0,016	2,105	0,000	1	0,994	1,016
Liquidez Geral	-0,006	0,011	0,290	1	0,590	0,994
C-Maioria(1)	0,004	0,320	0,000	1	0,991	1,004
A-Maioria(1)	-0,498	0,258	3,740	1	0,053	0,608
C=A(1)	0,486	0,393	1,529	1	0,216	1,625
Constante	-0,891	0,819	1,185	1	0,276	0,410
a. Variável(is) inserida(s): Dimensão, Resultado Líquido, Relatório Modificado, Dias, SROC, Grau Alavanca Financeira, Grau de Endividamento, RCP, Liquidez Geral, C-Maioria, A-Maioria, C=A.						

Nas variáveis apresentadas, são vistas como significativas o tamanho da SROC e o grau de endividamento, havendo também significância na relação com os relatórios modificados. Ou seja, havendo uma opinião qualificada há também uma forte probabilidade de a esta vir associada também um relatório modificado.

Em virtude do exposto, encontramos evidência para contrariar a hipótese 1a, pois os resultados da nossa análise dizem-nos precisamente que os municípios de maior dimensão apresentam maior probabilidade de ter opiniões de auditoria qualificadas. Ora, se olharmos para os estudos relacionados com as empresas, este resultado não nos surpreende, na medida em que há evidência de existência de relação entre a dimensão da empresa e o relato da auditoria. Já no que concerne especificamente aos municípios, contrariamos aqui a tese de não existência de relação entre a dimensão e o relato de auditoria, que nos fora materializada pelas investigações de Rei (2015).

A hipótese quanto à influência da dimensão da empresa de auditoria na opinião do auditor (H2a), foi apoiada pelos resultados do nosso estudo. É preciso referir que na variável dimensão da empresa de auditoria, verificamos que grande parte dos municípios são auditado por empresas de menor dimensão. Neste caso, não foi possível fazer um estudo usando como critério as denominadas Big4 (usadas em estudos homólogos), pois não existia amostra para tal, mas ainda assim conseguimos fazer uma diferenciação em termos de dimensão. Os estudos anteriores apresentaram resultados contraditórios, mas no caso das auditorias às contas dos municípios portugueses há agora evidências que comprovam a relação entre o tamanho da entidade auditora e a tipologia de relato emitido.

A hipótese relacionada com prazo de emissão da CLC (H3a), não encontrou neste estudo significância na sua relação com a qualificação das opiniões de auditoria. Em termos de prazo para emissão da CLC, uma vez que os municípios são obrigados a ver aprovados os documentos financeiros e enviá-los para as entidades competentes dentro dos prazos legais, os quais, pelos dados que extraímos, são geralmente cumpridos pelos auditores. A janela de emissão da CLC encontra-se entre finais de março e abril.

Temos também dados que apoiam fortemente a hipótese 6a, sendo que quanto maior o endividamento do município, maior a probabilidade de obter um relatório de auditoria qualificado. Estudos recentes na ótica das empresas apresentam resultados similares, algo que não acontece no caso do trabalho de investigação dos JMAs (Paananen, 2016). Neste trabalho, a conclusão foi no sentido de não existir qualquer relação entre as variáveis

financeiras e a qualificação do relato de auditoria, facto que, contudo, também é apoiado pelo nosso estudo para o grau de alavanca financeira, liquidez geral, rendibilidade dos capitais próprios e resultado líquido. Rejeitamos, respetivamente, as hipóteses 7a, 8a, 10a e 11a.

Quanto à variável maioria na Assembleia Municipal, temos um nível de significância inferior a 0,1 (mais concretamente 0,053), pelo que estamos em condições de apoiar a hipótese 5a, assinalando que Municípios com maioria absoluta na Assembleia Municipal têm maior probabilidade de obter uma opinião de auditoria qualificada. Esta é a grande novidade no nosso estudo, apresentando resultados que demonstram a importância que a existência de maioria na Assembleia Municipal pode ter na opinião do auditor, na medida em que este é o órgão de fiscalização da Câmara Municipal e é neste que a CLC é passível de escrutínio político e maior exposição pública. A competência da Assembleia Municipal para nomear o auditor pode ter aqui uma explicação relevante, na medida em que é neste órgão em que o trabalho do auditor e a opinião materializada na CLC emitida tem a sua maior avaliação e possibilidade de disseminação.

Previsivelmente, numa Assembleia Municipal com maioria, o relatório, contas e CLC, terão um resultado condizente com essa maioria, sendo alvo de menor discussão. Contudo, quando analisamos os resultados perante alinhamento político entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, estes não apresentam uma relação significativa.

As restantes variáveis de gestão, apresentam resultados que não nos permitem afirmar que as Câmaras Municipais com maioria absoluta (H4a), ou os casos em que existe alinhamento político entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal (H6a), tenham uma relação com o aumento de probabilidade de obter opiniões de auditoria qualificadas.

Em matéria de correlação (ver apêndice 1), os valores dos coeficientes calculados não nos dão resultados de correlação positiva ou negativa perfeita em qualquer das variáveis. Ainda assim, podemos atentar que existe uma correlação positiva substancial entre a rendibilidade dos capitais próprios e o resultado líquido, e negativa substancial entre a maioria absoluta na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Já no que respeita à constante, apenas é de realçar a correlação negativa muito forte com o prazo de emissão da CLC e moderada no que concerne ao tamanho da empresa de auditoria.

3.1.2. Relatório modificado

Numa segunda componente da análise de regressão linear, considerámos a variável relatório modificado, ou seja, com ênfases, definindo igualmente 0,1 como nível de significância. Apresentamos nos quadros seguintes o resultado desta análise.

Tabela 3-3: Análise de regressão logística – Relatório modificado.

Fonte: elaboração própria.

Variáveis na equação						
	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)
Dimensão (1)	-0,097	0,200	0,234	1	0,629	0,908
Resultado Líquido (1)	-0,310	0,221	1,967	1	0,161	0,733
Dias	-0,004	0,007	0,287	1	0,592	0,996
SROC (1)	-0,015	0,261	0,003	1	0,954	0,985
Grau Alavanca Financeira	0,012	0,018	0,462	1	0,497	1,012
Grau de Endividamento	-0,489	0,629	0,605	1	0,437	0,613
RCP	1,069	1,600	0,446	1	0,504	2,912
Liquidez Geral	-0,002	0,011	0,052	1	0,820	0,998
C-Maioria (1)	-0,240	0,286	0,706	1	0,401	0,786
A-Maioria (1)	-0,105	0,228	0,212	1	0,645	0,900
C=A (1)	0,044	0,388	0,013	1	0,910	1,045
Opinião Qualificada (1)	-0,837	0,193	18,863	1	0,000	0,433
Constante	0,524	0,729	0,516	1	0,472	1,689
a. Variável(is) inserida(s) no passo 1: Dimensão, Resultado Líquido, Dias, SROC, Grau Alavanca Financeira, Grau de Endividamento, RCP, Liquidez Geral, C-Maioria, A-Maioria, C=A, Opinião Qualificada.						

Os resultados demonstram diferenças significativas naquilo que são os determinantes dos relatórios de auditoria modificados e as opiniões qualificadas. No caso das opiniões qualificadas, não encontramos suporte para nenhuma das hipóteses colocadas, pelo que, nas variáveis colocadas em estudo, não existe qualquer relação entre elas a existência de opiniões qualificadas.

Aqui, corrobora-se somente a relação que existe na determinação entre os relatórios modificados e as opiniões qualificadas.

Devemos referir que a única variável que se apresenta mais próxima do nosso nível de significância é a respeitante aos resultados líquidos ($p=0.161$). Ainda assim, sem um nível

que nos permita afirmar a sua importância enquanto determinante de relatórios modificados.

Em matéria de correlação (ver apêndice 1), também neste caso é evidenciada uma correlação negativa muito forte da constante com o prazo de emissão da CLC e moderada com o tamanho da empresa de auditoria. Por outro lado, há uma correlação negativa moderada entre as variáveis de maioria na Assembleia Municipal e maioria na Câmara Municipal

3.2 Contribuições do estudo

Este estudo vem trazer um contributo que consideramos fundamental, na medida em que procede a uma análise direcionada para os municípios. Esta é uma área em que a investigação tem sido diminuta, sendo que no caso específico da relação existente entre as características da entidade e a opinião do auditor, a investigação tem sido especialmente direcionada para as empresas. Mesmo no estudo a que recorremos como exemplar deste tipo de preocupação, a análise foi efetuada a entidades que, embora tenham um pendor municipal, não são qualificados como municípios.

Vem confirmar que os dados financeiros, no caso dos municípios, não são determinantes na opinião do auditor, tanto no que respeita à emissão de CLC com ênfases e/ou reservas. Esta informação é extremamente relevante naquele que é o planeamento do trabalho do auditor para análise da entidade, sabendo de antemão que, num município, tendencialmente não terá de investir tanto tempo e recursos nas análises de carácter financeiro.

Seguindo a linha de investigação de Paananen (2016), este estudo também vem dar resposta aquelas que foram as limitações e linhas de investigação traçadas para o futuro. O nosso trabalho alargou o período de análise, contemplando três anos, e contém uma amostra diversificada, correspondente a 70% dos municípios portugueses. A dimensão da amostra e o facto de ter dados de vários anos, veio fortalecer os resultados alcançados.

Além de explorar os índices financeiros e as dimensões mais tradicionais, introduz a componente da gestão (que no caso dos municípios está naturalmente aliada à vertente política), que se veio a verificar ser determinante no caso da existência de maioria na assembleia municipal.

Outro contributo que nos honra, passa por disponibilizar uma análise dos municípios portugueses, contribuindo para análises futuras e comparações com outros países.

3.3 Limitações

Este trabalho apresentou algumas limitações, que se prenderam com a dificuldade de obtenção das certificações legais de contas e, principalmente dos relatórios do auditor. Só em alguns casos foi possível obter o relatório do auditor.

Também não se avançou por uma investigação que contemplasse os aspetos relacionados com a própria organização interna dos municípios (recursos humanos qualificados nas áreas de auditoria, existência e nível de maturidade de uma estrutura autónoma de auditoria interna, sistema de controlo interno).

O estudo que apresentamos apenas considerou a existência ou não de reservas ou ênfases, não especificando quanto ao número e tipologia destas qualificações e modificações.

No respeitante ao tamanho da empresa de auditoria, deparámo-nos com a limitação de não termos observações de CLC emitidas pelas Big4, nas quais assenta grande parte dos estudos que têm em consideração o tamanho da empresa de auditoria.

Estes dados são válidos apenas para Portugal, país que tem um forte pendor autárquico (cuja complexidade e competências tem vindo a aumentar) e uma organização muito própria, que contempla os municípios, mas também as freguesias.

A maior limitação prendeu-se com a escassez de estudos sobre esta matéria no âmbito municipal, pelo que nos vimos obrigados a partir de trabalhos relacionados com as empresas.

3.4 Linhas de investigação

Como temos vindo a sublinhar desde o início da nossa investigação, são poucos os estudos sobre a opinião do auditor e os municípios, pelo que há um enorme manancial de trabalho a desenvolver nesta área.

No caso concreto das características determinantes na opinião do auditor, seria uma mais-valia alargar o espectro de análise. Desde logo, considerar e comparar os resultados no que respeita a anos eleitorais. Introduzir novas variáveis pode ser relevante, nomeadamente para possibilitar a identificação de determinantes no relatório modificado ou reforçar os

resultados que no nosso estudo indiciam não existir qualquer relação. Por exemplo, em termos financeiros, a existência de provisões e o seu peso nas contas do município poderá vir a ser explorada, mas também o prazo médio de pagamentos.

As investigações futuras poderão considerar a própria organização interna dos municípios, nomeadamente a existência de especialistas na área de auditoria, sistema de controlo interno e auditoria interna. Também poderão acrescentar na análise o número de ênfases e reservas que são apresentadas na CLC, bem como a sua tipologia e grau de relevância na atividade do município.

Embora a CLC apresente um padrão normalizado em termos estruturais, a forma como os diferentes ROC e SROC trabalham o seu conteúdo é feita de modo diferenciado, pelo que estudos futuros poderão dissecar estas diferenças e relacionar a tipologia de ênfases e reservas com o auditor.

É importante perceber quais os impactos que uma CLC com reservas e/ou ênfases tem na administração municipal e na melhoria dos procedimentos, bem como o impacto e importância política dada a estas opiniões de auditoria.

Esta pesquisa contempla apenas o universo português, pelo que é prioritário avançar com pesquisa homóloga noutros países e realizar estudos comparativos.

CONCLUSÕES

O nosso estudo apresentou uma amostra representativa dos municípios portugueses, analisando diferentes categorias de variáveis: relacionadas com a entidade, relativas ao auditor, financeiras e de gestão.

Confirmamos aquela que era a nossa perceção da reduzida investigação sobre as determinantes da opinião do auditor nos municípios.

Em primeiro lugar, confirma-se que as variáveis financeiras não são determinantes na opinião do auditor, quando se trata de municípios. Claramente, uma vez que são pessoas coletivas públicas, não têm como finalidade obter lucro, mas prestar um serviço público.

Não encontramos qualquer variável significativa na emissão de relatório modificado. A grande novidade desta nossa investigação, prende-se com a relação encontrada entre a existência de maioria na Assembleia Municipal e a qualificação na opinião do auditor. Conclui-se, deste modo, que a composição do órgão fiscalizador pode ter impacto na CLC, que é apresentada, discutida e votada por este órgão, não de modo individualizado, mas numa ótica de aprovação (ou não) do relatório e contas.

No que respeita à opinião do auditor, o tamanho do município não apresenta uma característica determinante, uma vez que não foi encontrada relação. Independentemente da dimensão da autarquia, estamos perante entidades da mesma tipologia, sujeitas a regras comuns e cada vez mais próximas em termos de responsabilidades.

Mas o tamanho da empresa de auditoria apresenta evidência de ter uma relação com o tipo de opinião. Maiores empresas de auditoria, tendencialmente apresentam mais opiniões qualificadas. Não foi evidenciada correlação entre o tamanho da empresa de auditoria e a dimensão do município.

Por outro lado, numa análise que tem condições para vir a ser aprofundada, vemos os auditores a seguir relatórios padronizados, dando especial enfoque a algumas áreas de cariz financeiro. Mas o nosso estudo vem provar que os indicadores financeiros, embora sendo o principal foco do auditor na análise da entidade e das suas contas, acabam por não ser determinantes da opinião de auditoria qualificada ou relatório modificado.

ⁱEm suma, estamos a dar os primeiros passos num trabalho que valoriza a auditoria aos municípios e que merece ser explorado e robustecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Bruno José Machado de (2017). *Manual de Auditoria Financeira: uma análise integrada baseada no risco*. 2ª ed. Coimbra: Escolar Editora.

Almeida, Bruno José Machado de & Silva, Alexandre Gomes (2015). *Análise empírica do mercado de auditoria português*. Artigo Congresso do TOC. Disponível em: <https://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/pdf/13.pdf>

Attie, William (1998). *Auditoria: conceitos e aplicações*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.

Ballesta, J. P. S., & García-Meca, E. (2005). *Audit qualifications and corporate governance in Spanish listed firms*. *Managerial Auditing Journal*, 20(7), 725–738. <https://doi.org/10.1108/02686900510611258>

Barros, Henrique da Gama (1945). *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Berglund, N. R., Eshleman, J. D., & Guo, P. (2018). *Auditor Size and Going Concern Reporting*. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(2), 1–25. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51786>

Carvalho, João Baptista C., Maria José Fernandes e Ana Teixeira (2006). *Pocal Comentado: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais*. 2ª ed. Lisboa: Rei dos Livros.

Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S. (2017) “*Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016*”, patrocinado pelo Tribunal de Contas e Ordem dos Contabilistas Certificados. Também disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00032498187010f6511e1?authid=cUGD1BYm9Iby>

Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S. (2016) “*Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2015*”, patrocinado pelo Tribunal de Contas e Ordem dos Contabilistas Certificados. Também disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000324981f43166e424bc>.

Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S. (2015) “*Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2014*”, patrocinado pelo Tribunal de Contas e Ordem dos Contabilistas Certificados. Julho (2015). Também disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00032498129f77e60df63>.

Catarino, João Ricardo (2016). *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. 3ª ed. Coimbra: Almedina.

Costa, Anabela Maria Carreira da (2008). *A auditoria interna nos municípios portugueses*. FEUC – Mestrado em Contabilidade e Finanças. Monografia.

Costa, Carlos Baptista (2014). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática*. 10ª ed. Lisboa: Rei dos Livros.

Costa, Mário Júlio de Almeida. (2010). *História do Direito Português*. 4ª ed. Coimbra: Almedina.

Gallizo, J., & Saladríguez, R. (2016). *An analysis of determinants of going concern audit opinion: Evidence from Spain stock exchange*. *Intangible Capital*, 12(1), 1–16. <https://doi.org/10.3926/ic.683>

Gonçalves, M., Lira, M., & Marques, M. C. (2017). *Síntese cronológica sobre a contabilidade pública em Portugal, seu passado, presente e futuro (1222-2016): revisão da literatura*. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, (mai/ago 2017), pp. 121-143. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. doi: <http://dx.doi.org/10.18405/20170208>.

International Federation of Accountants (IFAC), ISA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

International Federation of Accountants (IFAC), ISA 300 – Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeira.

International Federation of Accountants (IFAC), ISA 315 e 315c – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente.

International Federation of Accountants (IFAC), ISA 320 – A Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria.

International Federation of Accountants (IFAC), ISA 700 – Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras.

International Federation of Accountants (IFAC), ISA 705c – Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente.

IPAI. (2009). Enquadramento internacional de práticas profissionais de Auditoria Interna. Acedido a 15 de Julho de 2018, disponível em: http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf

Marques, M. & Almeida, J. (2004), Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública, *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, No 35, p. 84 – 95.

Moura, N. J. (2011). *Procedimentos de Auditoria a adoptar na Revisão Legal das Contas dos Municípios: Enquadramento teórico e aplicação prática*. Revisores e Auditores, (No 52), 22–34. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/52/Auditoria2.pdf>

Nabais, José Casalta (2007). *A Autonomia Financeira das Autarquias Locais*. 1ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Neves, Maria José L. Castanheira (2004). *Governo e Administração Local*. 1ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Oliveira, António Cândido (2013). *Direito das Autarquias Locais*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), Directriz de Revisão/Auditoria 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas.

Özcan, A. (2016). *Determining Factors Affecting Audit Opinion: Evidence from Turkey*. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, 6(2), 45. Disponível em: <http://www.macrothink.org/journal/index.php/ijafr/article/view/9775/7992>. doi: <https://doi.org/10.5296/ijafr.v6i2.9775>

Paananen, M. (2016). *Modified Audit Reports in the Case of Joint Municipal Authorities: Empirical Evidence from Finland*. *International Journal of Auditing*, 20(2), 149–157. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2788288>. doi: <http://doi.org/10.1111/ijau.12062>.

Pedrosa, Nelson (2016). *Para a História de Pombal no Século XVIII*. 1ª ed. Pombal: Rotary Club de Pombal.

Ramalho, António Antunes (2016). *A perequação financeira com referência aos municípios: Dos Alvores da Nacionalidade à Atual Lei das Finanças Locais*. Universidade do Minho – Mestrado em Direito Tributário e Fiscal.

Rei, Ricardo Machado Mendes Ruivo (2015). *A Influência da Auditoria Externa na Qualidade da Informação Financeira dos Municípios Portugueses*. ISACL – dissertação de mestrado em auditoria. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio.ipl.pt:10400.21/6544>

Ribeiro, Maria Margarida Guerreiro (2018), *Auditoria*, Revista nº83 OROC Out-Dez 2018, pp 28-41.

Ricardo, J. F. (2013). *Manual do autarca: o poder local e os seus eleitos*. 1ª ed. Porto: Vida Económica.

Santos, M. M., Inácio, H. C., & Vieira, E. F. S. (2015). *Governo das Sociedades e a Opinião do Auditor: Evidência Portuguesa (2008-2011)*. <https://doi.org/10.4270/ruc.2015326>

Segura, A. S. & Molina, G. S. (2001). *El informe de auditoria y su relación con las características corporativas*. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*- 108, 349-391. Disponível em: https://www.aeca.es/old/refc_1972-2013/2001/108-2.pdf

Silva, Alexandre Gomes da (2015). *Técnicas Estatísticas em Auditoria*. 1ª ed. Lisboa: Escolar Editora.

Spathis, C. T. (2003). *Audit Qualification, Firm Litigation, and Financial Information: an Empirical Analysis in Greece*. *International Journal of Auditing*, 7(2003), 71–85. <https://doi.org/10.1111/1099-1123.00006>

Taborda, Daniel Martins Geraldo (2015). *Auditoria: Revisão Legal das Contas e outras funções do Revisor Oficial de Contas*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Tribunal de Contas. (2016). Manual de Auditoria – Procedimentos Fundamentais. Acedido a 15 de Julho de 2018, disponível em: https://www.tcontas.pt/pt/publicacoes/manuais/mapf/mapf_20161107.pdf

Tribunal de Contas. (2016). Manual de Auditoria – Procedimentos Fundamentais. Acedido a 15 de Julho de 2018, disponível em: https://www.tcontas.pt/pt/publicacoes/manuais/mapf/mapf_20161107.pdf

Tribunal de Contas Europeu. (2017). Manual da auditoria de resultados. (direção do controlo da qualidade da auditoria). Acedido a 15 de Julho de 2018, disponível em: https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF

Yasar, A., Yakut, E., & Gutnu, M. M. (2015). *Predicting Qualified Audit Opinions Using Financial Ratios: Evidence from the Istanbul Stock Exchange*. International Journal of Business and Social Science, 6(8), 57–67. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283496880_Predicting_Qualified_Audit_Opinions_Using_Financial_Ratios_Evidence_from_the_Istanbul_Stock_Exchange

Legislação:

Constituição da República Portuguesa. Disponível em: <https://dre.pt/constituicao-da-republica-portuguesa>

Carta Europeia da Autonomia Local. Disponível em https://dre.pt/pesquisa/-/search/565414/details/normal?p_auth=t9Ky9OYD

Decreto-Lei nº49381, de 15 de novembro de 1969 – Regime jurídico de fiscalização das sociedades anónimas

Decreto-Lei nº1/72, de 3 de janeiro – Regulamenta a atividade de ROC e SROC

Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL

Decreto-Lei nº487/99, de 16 de novembro – Estatuto da OROC

Decreto-Lei nº224/2008, de 20 de novembro – Altera estatuto da OROC

Decreto-Lei nº92/2012, de 23 de abril – Orgânica da IGF

Lei nº1/79, de 12 de janeiro. 1ª LFL.

Lei nº98/84, de 29 de março. 2ª LFL.

Lei nº1/87, de 6 de janeiro. 3ª LFL.

Lei nº98/97, de 26 de agosto. Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Lei nº42/98, de 6 de agosto. 4ª LFL.

Lei nº2/2007, de 15 de janeiro. 5ª LFL

Lei nº73/2013, de 3 de setembro. 6ª LFL.

Lei nº75/2013, de 12 de setembro. Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro. Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Mapa oficial n.º1-A/2013, da Comissão Nacional de Eleições. Disponível em:
http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/al_2013_mapa_resultados.pdf

12

¹² Foram consultados os portais oficiais de todos os municípios portugueses, com vista à obtenção dos documentos financeiros dos anos analisados, CLC e relatório do auditor.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES

A) Opinião qualificada

Matriz de correlações

	Constante	Dimensão (1)	Resultado Líquido (1)	Opinião Modificada(1)	Dias	SROC(1)	Grau Alavanca Financeira	Grau de Endividamento	RCP	Liquidez Geral	C-Maioria (1)	A-Maioria (1)	C=A(1)
Constante	1,000	-0,088	-0,080	-0,089	-0,815	-0,442	-0,044	-0,011	-0,092	-0,073	0,030	-0,154	0,074
Dimensão (1)	-0,088	1,000	-0,097	-0,013	-0,138	0,087	-0,014	0,055	0,117	-0,050	0,026	0,289	-0,209
Resultado Líquido (1)	-0,080	-0,097	1,000	-0,019	-0,006	-0,031	-0,058	-0,003	0,524	0,039	0,029	-0,003	-0,092
Opinião Modificada (1)	-0,089	-0,013	-0,019	1,000	-0,029	-0,043	0,036	-0,020	0,049	-0,014	-0,019	0,005	-0,002
Dias	-0,815	-0,138	-0,006	-0,029	1,000	-0,040	0,031	-0,170	0,007	0,018	-0,022	0,044	-0,020
SROC (1)	-0,442	0,087	-0,031	-0,043	-0,040	1,000	0,010	-0,034	0,045	-0,047	-0,047	0,026	-0,033
Grau Alavanca Financeira	-0,044	-0,014	-0,058	0,036	0,031	0,010	1,000	0,045	-0,033	0,000	-0,073	0,079	0,016
Grau de Endividamento	-0,011	0,055	-0,003	-0,020	-0,170	-0,034	0,045	1,000	-0,206	0,210	0,048	-0,079	-0,016
RCP	-0,092	0,117	0,524	0,049	0,007	0,045	-0,033	-0,206	1,000	-0,053	-0,028	-0,001	0,034
Liquidez Geral	-0,073	-0,050	0,039	-0,014	0,018	-0,047	0,000	0,210	-0,053	1,000	0,008	0,011	0,001
C-Maioria (1)	0,030	0,026	0,029	-0,019	-0,022	-0,047	-0,073	0,048	-0,028	0,008	1,000	-0,504	-0,051
A-Maioria (1)	-0,154	0,289	-0,003	0,005	0,044	0,026	0,079	-0,079	-0,001	0,011	-0,504	1,000	-0,273
C=A (1)	0,074	-0,209	-0,092	-0,002	-0,020	-0,033	0,016	-0,016	0,034	0,001	-0,051	-0,273	1,000

B) Opinião modificada

Matriz de correlações

	Constante	Dimensão(1)	Resultado Líquido(1)	Opinião Qualificada(1)	Dias	SROC(1)	Grau Alavanca Financeira	Grau de Endividamento	RCP	Liquidez Geral	C-Maioria (1)	A-Maioria (1)	C=A(1)
Constante	1,000	-0,087	-0,067	-0,192	-0,876	-0,302	-0,057	0,024	-0,067	-0,085	0,038	-0,157	0,052
Dimensão (1)	-0,087	1,000	-0,131	-0,006	-0,126	0,086	0,011	0,112	0,098	-0,049	-0,002	0,319	-0,210
Resultado Líquido (1)	-0,067	-0,131	1,000	-0,034	0,006	-0,051	-0,064	-0,070	0,481	0,022	0,052	-0,006	-0,104
Dias	-0,876	-0,126	0,006	-0,013	1,000	-0,053	0,024	-0,181	0,019	0,030	-0,016	0,026	-0,009
SROC (1)	-0,302	0,086	-0,051	0,180	-0,053	1,000	0,022	0,019	-0,010	-0,049	-0,075	0,050	-0,047
Grau Alavanca Financeira	-0,057	0,011	-0,064	0,028	0,024	0,022	1,000	-0,004	-0,022	0,002	-0,039	0,048	0,051
Grau de Endividamento	0,024	0,112	-0,070	-0,131	-0,181	0,019	-0,004	1,000	-0,231	0,178	-0,034	0,007	0,000
RCP	-0,067	0,098	0,481	-0,010	0,019	-0,010	-0,022	-0,231	1,000	-0,041	0,013	-0,020	0,018
Liquidez Geral	-0,085	-0,049	0,022	-0,013	0,030	-0,049	0,002	0,178	-0,041	1,000	-0,008	0,023	0,002
C-Maioria (1)	0,038	-0,002	0,052	0,010	-0,016	-0,075	-0,039	-0,034	0,013	-0,008	1,000	-0,482	-0,035
A-Maioria (1)	-0,157	0,319	-0,006	-0,081	0,026	0,050	0,048	0,007	-0,020	0,023	-0,482	1,000	-0,249
C=A (1)	0,052	-0,210	-0,104	0,052	-0,009	-0,047	0,051	0,000	0,018	0,002	-0,035	-0,249	1,000
Opinião Qualificada (1)	-0,192	-0,006	-0,034	1,000	-0,013	0,180	0,028	-0,131	-0,010	-0,013	0,010	-0,081	0,052

Valores de Correlação		
Coefficientes calculados	Descrição	
1,00	(+) Correlação positiva perfeita	(-) Correlação negativa perfeita
0.70 a 0.99	(+) Correlação positiva muito forte	(-) Correlação negativa muito forte
0.50 a 0.69	(+) Correlação positiva substancial	(-) Correlação negativa substancial
0.30 a 0.49	(+) Correlação positiva moderada	(-) Correlação negativa moderada
0.01 a 0.29	(+) Correlação positiva baixa/ínfima	(-) Correlação negativa baixa/ínfima
0.00	Nenhuma correlação	

APÊNDICE 2 – MUNICÍPIOS ANALISADOS

Município	Dim.	Ano	Opinião	Ênfases	Dias CLC	Resultado	Índice dívida	Alav. Fin.	Grau End.	AF	RCP	Liq. Geral	CMP	AM	C=A
Abrantes	M	2014	"Limpa"	"Não"	97	"Positivo"	47,4%	-3,01	0,08	0,83	0,01	2,16	Maioria	Maioria	Sim
Águeda	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	26,1%	1,21	0,11	0,64	0,00	3,93	Maioria	Maioria	Sim
Aguiar da Beira	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Negativo"	50,7%	1,15	0,07	0,81	-0,03	6,48	Maioria	Maioria	Sim
Albergaria a Velha	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	33,0%	1,50	0,10	0,70	-0,03	2,05	Maioria	Minoria	Sim
Albufeira	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Positivo"	25,2%	1,12	0,14	0,77	0,13	12,73	Minoria	Minoria	Sim
Alcácer do Sal	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	12,5%	1,25	0,06	0,77	-0,06	1,03	Maioria	Maioria	Sim
Alcanena	P	2014	"Limpa"	"Sim"	96	"Positivo"	95,2%	1,25	0,32	0,56	0,09	1,94	Maioria	Minoria	Sim
Alcobaça	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	31,3%	0,63	0,18	0,56	0,10	1,37	Minoria	Minoria	Sim
Alcútem	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	16,3%	0,85	0,08	0,54	-0,01	5,82	Maioria	Maioria	Sim
Alenquer	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	99	"Positivo"	40,7%	1,92	0,21	0,55	0,08	0,53	Maioria	Minoria	Sim
Alfândega da Fé	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	249,1%	-4,28	0,57	0,36	-0,04	3,87	Maioria	Maioria	Sim
Alijó	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	176,4%	1,44	0,49	0,41	0,08	1,82	Minoria	Minoria	Sim
Almada	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	42,2%	-0,16	0,13	0,79	0,01	5,48	Maioria	Minoria	Sim
Almeirim	M	2014	"Limpa"	"Sim"	113	"Negativo"	47,7%	1,18	0,13	0,75	-0,06	1,86	Maioria	Maioria	Sim
Almodôvar	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	54,7%	0,51	0,15	0,65	0,02	4,53	Minoria	Minoria	Sim
Alpiarça	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	146,4%	0,94	0,29	0,57	-0,09	1,16	Maioria	Maioria	Sim
Amadora	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Positivo"	29,3%	1,49	0,10	0,75	0,01	19,90	Maioria	Minoria	Sim
Anadia	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Negativo"	44,9%	1,17	0,09	0,63	-0,01	5,26	Minoria	Minoria	Sim
Angra do Heroísmo	M	2014	"Limpa"	"Sim"	120	"Positivo"	107,3%	1,07	0,21	0,51	0,03	6,67	Maioria	Maioria	Sim
Arganil	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	52,0%	8,22	0,16	0,66	0,00	1,12	Maioria	Maioria	Sim
Arouca	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	20,5%	0,97	0,09	0,54	0,04	7,40	Maioria	Maioria	Sim
Arraiolos	P	2014	"Limpa"	"Sim"	103	"Negativo"	74,5%	1,39	0,16	0,65	-0,02	1,04	Maioria	Maioria	Sim
Arronches	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	98	"Positivo"	24,8%	0,71	0,06	0,64	0,04	157,64	Maioria	Maioria	Sim
Arruda dos Vinhos	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	98	"Positivo"	44,0%	-0,02	0,25	0,57	0,04	0,57	Minoria	Minoria	Sim
Avis	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	52,4%	1,13	0,07	0,78	-0,03	0,64	Maioria	Maioria	Sim
Azambuja	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	91	"Negativo"	63,4%	0,79	0,24	0,58	-0,10	2,08	Minoria	Minoria	Sim

Baião	P	2014	"Limpa"	"Não"	98	"Negativo"	37,2%	0,97	0,13	0,68	-0,03	0,54	Maioria	Maioria	Sim
Barreiro	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	56,7%	1,06	0,27	0,65	0,12	0,46	Maioria	Maioria	Sim
Batalha	P	2014	"Limpa"	"Não"	98	"Negativo"	24,0%	1,17	0,08	0,67	-0,06	3,29	Maioria	Maioria	Sim
Beja	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	58,0%	1,27	0,16	0,67	0,02	0,42	Maioria	Minoria	Sim
Belmonte	P	2014	"Limpa"	"Não"	107	"Negativo"	75,7%	0,93	0,15	0,67	-0,08	0,16	Maioria	Maioria	Sim
Bragança	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	25,8%	0,25	0,07	0,61	0,02	2,46	Maioria	Maioria	Sim
Cabeceiras de Basto	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Negativo"	51,4%	0,82	0,13	0,60	-0,02	1,93	Minoria	Minoria	Sim
Caldas da Rainha	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	96	"Negativo"	22,6%	1,71	0,08	0,64	-0,03	2,35	Maioria	Minoria	Sim
Câmara de Lobos	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	76,4%	0,88	0,24	0,44	0,03	2,17	Maioria	Minoria	Sim
Campo Maior	P	2014	"Limpa"	"Não"	86	"Negativo"	20,1%	0,58	0,03	0,82	-0,01	0,62	Maioria	Maioria	Sim
Cantanhede	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	113,6%	0,51	0,25	0,66	0,05	0,73	Maioria	Maioria	Sim
Carregal do Sal	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Negativo"	54,4%	1,12	0,13	0,69	-0,09	6,88	Maioria	Maioria	Sim
Cartaxo	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	277,4%	0,61	1,64	-0,26	0,17	0,62	Minoria	Minoria	Sim
Cascais	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	82	"Positivo"	44,4%	0,73	0,18	0,77	0,03	0,45	Maioria	Minoria	Sim
Castanheira de Pera	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Negativo"	186,5%	0,65	0,33	0,53	-0,03	4,62	Minoria	Minoria	Sim
Castelo Branco	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	23,1%	0,94	0,05	0,60	0,01	14,09	Maioria	Maioria	Sim
Castelo de Paiva	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	98	"Positivo"	107,2%	3,20	0,41	0,44	0,04	2,59	Maioria	Maioria	Sim
Castelo de Vide	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Negativo"	7,4%	1,14	0,01	0,86	-0,03	10,84	Maioria	Maioria	Sim
Castro Daire	P	2014	"Limpa"	"Sim"	106	"Negativo"	27,3%	1,68	0,06	0,80	0,00	0,87	Maioria	Maioria	Sim
Castro Marim	P	2014	"Limpa"	"Sim"	106	"Negativo"	42,6%	0,97	0,09	0,77	-0,03	2,43	Maioria	Maioria	Não
Celorico da Beira	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	212,0%	2,10	0,60	0,28	0,11	0,06	Maioria	Maioria	Sim
Chamusca	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	113	"Positivo"	38,9%	1,06	0,14	0,71	0,03	5,84	Minoria	Minoria	Sim
Chaves	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	92	"Positivo"	139,5%	0,94	0,38	0,43	0,10	1,21	Minoria	Minoria	Sim
Cinfães	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	13,9%	0,90	0,07	0,68	0,00	1,29	Maioria	Maioria	Sim
Condeixa a Nova	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	24,9%	1,19	0,04	0,83	-0,02	1,33	Maioria	Maioria	Sim
Constância	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	113	"Negativo"	56,4%	1,28	0,13	0,63	-0,02	0,63	Maioria	Maioria	Sim
Coruche	P	2014	"Limpa"	"Sim"	118	"Positivo"	24,0%	0,30	0,07	0,70	0,04	6,44	Maioria	Maioria	Sim
Cuba	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	45,0%	2,60	0,16	0,58	0,00	1,23	Maioria	Maioria	Sim
Elvas	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	13,1%	1,02	0,04	0,69	-0,10	2,46	Maioria	Maioria	Sim
Entroncamento	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Negativo"	79,2%	0,90	0,41	0,31	-0,04	0,55	Maioria	Minoria	Sim

Espinho	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	112,7%	1,03	0,37	0,46	-0,03	0,40	Maioria	Minoria	Sim
Estarreja	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	97	"Positivo"	73,8%	-2,14	0,22	0,45	0,01	2,60	Maioria	Minoria	Sim
Évora	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Negativo"	159,8%	0,64	0,41	0,53	-0,07	0,23	Maioria	Maioria	Sim
Fafe	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	17,9%	1,08	0,09	0,67	0,02	1,46	Minoria	Minoria	Sim
Faro	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	120	"Negativo"	109,2%	0,83	0,33	0,57	-0,07	0,38	Minoria	Minoria	Não
Felgueiras	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	35,9%	0,96	0,09	0,73	-0,04	1,23	Maioria	Maioria	Sim
Ferreira do Zêzere	P	2014	"Limpa"	"Não"	97	"Negativo"	61,6%	1,19	0,10	0,85	-0,03	1,09	Maioria	Maioria	Sim
Figueira da Foz	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	114	"Positivo"	92,0%	2,30	0,21	0,70	0,00	1,01	Maioria	Minoria	Sim
Figueira de Castelo Rodrigo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	63,6%	1,26	0,24	0,56	0,01	0,55	Maioria	Maioria	Sim
Figueiró dos Vinhos	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	92,5%	1,09	0,15	0,73	-0,10	0,58	Maioria	Minoria	Não
Fronteira	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	48,3%	0,96	0,07	0,78	0,00	3,33	Maioria	Maioria	Sim
Funchal	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	83,9%	0,68	0,10	0,78	0,00	0,53	Minoria	Minoria	Não
Fundão	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	274,8%	0,03	0,72	0,17	-0,01	1,60	Maioria	Maioria	Sim
Gavião	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Positivo"	27,2%	1,08	0,08	0,76	0,01	4,00	Maioria	Maioria	Sim
Golegã	P	2014	"Limpa"	"Sim"	110	"Negativo"	54,9%	0,90	0,16	0,62	-0,02	0,08	Minoria	Minoria	Não
Gondomar	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Negativo"	123,3%	0,98	0,37	0,49	-0,06	0,09	Maioria	Maioria	Sim
Gouveia	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	114	"Positivo"	60,0%	0,81	0,09	0,72	0,00	0,32	Maioria	Maioria	Sim
Guarda	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	110,2%	0,35	0,26	0,52	0,05	0,59	Maioria	Maioria	Sim
Guimarães	G	2014	"Limpa"	"Sim"	86	"Positivo"	60,3%	1,17	0,15	0,70	0,03	2,19	Maioria	Maioria	Sim
Ílhavo	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	73,3%	0,95	0,18	0,59	0,04	1,64	Maioria	Minoria	Sim
Lagoa - Açores	P	2014	"Limpa"	"Sim"	69	"Positivo"	66,3%	1,21	0,14	0,74	0,02	1,14	Maioria	Maioria	Sim
Lagoa - Algarve	M	2014	"Limpa"	"Não"	89	"Positivo"	21,2%	1,02	0,07	0,85	0,02	4,38	Maioria	Minoria	Sim
Lagos	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	101,1%	1,00	0,25	0,68	0,05	0,19	Maioria	Minoria	Sim
Lajes do Pico	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	148,8%	0,62	0,51	0,19	-0,02	0,62	Maioria	Maioria	Sim
Leiria	G	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	107	"Positivo"	76,9%	0,96	0,28	0,54	0,07	2,48	Maioria	Minoria	Sim
Lisboa	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	127	"Positivo"	96,5%	0,77	0,28	0,60	0,01	0,86	Maioria	Minoria	Sim
Loulé	M	2014	"Limpa"	"Sim"	105	"Positivo"	39,1%	0,79	0,19	0,63	0,10	3,39	Maioria	Maioria	Sim
Loures	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	69	"Positivo"	32,5%	0,06	0,04	0,88	0,00	0,65	Minoria	Minoria	Sim
Lousã	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	45,9%	1,28	0,17	0,64	0,00	1,57	Maioria	Maioria	Sim
Machico	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Positivo"	141,1%	1,04	0,32	0,39	0,03	0,29	Maioria	Maioria	Sim

Madalena	P	2014	"Limpa"	"Não"	117	"Positivo"	55,4%	1,49	0,18	0,47	0,03	0,42	Maioria	Maioria	Sim
Mafra	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	34,3%	1,04	0,11	0,74	-0,01	0,48	Maioria	Minoria	Sim
Maia	G	2014	"Limpa"	"Sim"	105	"Negativo"	40,5%	0,32	0,11	0,72	0,00	0,89	Maioria	Maioria	Sim
Mangualde	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	73,7%	0,52	0,23	0,64	0,05	1,86	Maioria	Maioria	Sim
Manteigas	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	112,1%	1,15	0,19	0,61	-0,02	0,38	Maioria	Minoria	Não
Marco de Canaveses	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	99	"Negativo"	107,3%	1,21	0,94	0,02	-0,93	3,05	Maioria	Minoria	Sim
Marinha Grande	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	18,2%	0,99	0,06	0,73	0,03	6,27	Minoria	Minoria	Sim
Matosinhos	G	2014	"Limpa"	"Não"	111	"Negativo"	35,7%	0,97	0,10	0,69	-0,03	3,27	Maioria	Minoria	Sim
Mealhada	M	2014	"Limpa"	"Sim"	75	"Negativo"	0,0%	6,21	0,01	0,84	-0,01	12,91	Maioria	Maioria	Sim
Mêda	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	83,8%	0,64	0,26	0,47	-0,02	0,87	Minoria	Minoria	Sim
Mértola	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	104	"Positivo"	34,9%	0,79	0,10	0,65	0,05	4,03	Maioria	Maioria	Sim
Miranda do Corvo	P	2014	"Limpa"	"Não"	117	"Negativo"	24,1%	1,46	0,06	0,75	-0,01	1,84	Maioria	Maioria	Sim
Miranda do Douro	P	2014	"Limpa"	"Sim"	98	"Positivo"	74,3%	8,53	0,20	0,68	0,02	2,77	Maioria	Maioria	Sim
Mirandela	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	105	"Positivo"	98,5%	1,51	0,49	0,33	0,06	0,43	Maioria	Maioria	Sim
Mogadouro	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	33,5%	1,06	0,08	0,67	-0,05	7,08	Maioria	Iguald.	Não
Moimenta da Beira	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	112	"Positivo"	86,8%	1,38	0,27	0,49	0,05	0,34	Maioria	Maioria	Sim
Moita	M	2014	"Limpa"	"Não"	98	"Positivo"	49,4%	1,05	0,13	0,86	0,04	1,51	Maioria	Maioria	Sim
Monção	P	2014	"Limpa"	"Não"	100	"Positivo"	52,7%	0,36	0,22	0,55	0,02	0,53	Minoria	Minoria	Não
Monforte	P	2014	"Limpa"	"Sim"	113	"Positivo"	58,2%	-1,23	0,19	0,70	0,01	0,27	Maioria	Minoria	Sim
Montalegre	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	31,3%	1,92	0,09	0,71	-0,04	0,89	Maioria	Maioria	Sim
Montemor-o-Novo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	114	"Positivo"	24,9%	-0,19	0,16	0,64	0,01	0,45	Maioria	Maioria	Sim
Montemor-o-Velho	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	151,1%	1,12	0,28	0,54	0,01	0,53	Minoria	Minoria	Sim
Montijo	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	85	"Positivo"	29,6%	1,12	0,12	0,77	0,02	1,95	Minoria	Minoria	Sim
Mora	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	45,8%	0,99	0,12	0,69	-0,04	16,29	Maioria	Maioria	Sim
Mortágua	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	38,1%	-4,01	0,08	0,76	0,00	35,12	Maioria	Minoria	Não
Moura	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	67,2%	1,01	0,08	0,84	-0,05	0,88	Maioria	Minoria	Não
Murça	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	119,7%	-80,60	0,42	0,44	0,02	0,17	Maioria	Minoria	Não
Murtosa	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Positivo"	26,1%	0,98	0,05	0,71	0,03	1,95	Maioria	Maioria	Sim
Nelas	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	122,3%	-0,55	0,34	0,58	0,00	1,11	Maioria	Minoria	Sim
Nisa	P	2014	"Limpa"	"Sim"	110	"Positivo"	54,6%	2,33	0,20	0,49	0,02	2,84	Minoria	Minoria	Sim

Óbidos	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	44,2%	0,93	0,12	0,66	-0,04	9,61	Maioria	Minoria	Sim
Odemira	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Negativo"	41,1%	0,04	0,23	0,53	-0,01	1,66	Maioria	Maioria	Sim
Odivelas	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	38,6%	-0,08	0,20	0,67	0,01	0,70	Maioria	Minoria	Sim
Olhão	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Negativo"	73,1%	1,14	0,22	0,63	-0,02	4,57	Minoria	Minoria	Sim
Oliveira de Azeméis	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	73,2%	1,12	0,18	0,71	0,02	0,74	Maioria	Minoria	Sim
Oliveira de Frades	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	67,6%	-0,18	0,17	0,68	0,01	0,48	Maioria	Maioria	Sim
Oliveira do Bairro	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	86	"Positivo"	74,2%	0,93	0,19	0,59	0,03	0,32	Maioria	Minoria	Sim
Ourém	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	97	"Negativo"	48,7%	1,48	0,11	0,73	-0,01	1,43	Minoria	Minoria	Não
Ovar	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	71	"Positivo"	15,9%	0,80	0,08	0,66	0,02	2,89	Maioria	Minoria	Sim
Paços de Ferreira	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Negativo"	210,9%	0,14	0,43	0,41	-0,01	0,03	Maioria	Maioria	Sim
Palmela	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	99	"Negativo"	46,5%	0,83	0,20	0,75	-0,02	1,17	Maioria	Maioria	Sim
Paredes	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	114,7%	0,80	0,26	0,62	-0,05	0,31	Maioria	Minoria	Sim
Penacova	P	2014	"Limpa"	"Sim"	103	"Negativo"	12,7%	0,01	0,06	0,66	0,01	4,94	Maioria	Maioria	Sim
Penafiel	M	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	79	"Positivo"	68,5%	0,59	0,14	0,73	0,02	0,14	Maioria	Maioria	Sim
Penalva do Castelo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	34,9%	0,70	0,11	0,72	0,06	5,87	Maioria	Maioria	Sim
Penamacor*	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Positivo"	71,3%	1,16	0,18	0,66	0,03	0,49	Maioria	Maioria	Sim
Penedono	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	0,0%	0,75	0,01	0,95	0,03	12,58	Maioria	Maioria	Sim
Penela	P	2014	"Limpa"	"Sim"	106	"Negativo"	80,3%	1,08	0,21	0,60	-0,10	0,58	Maioria	Maioria	Sim
Peniche	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	41,8%	1,06	0,31	0,48	0,12	1,37	Minoria	Minoria	Sim
Peso da Régua	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	119,4%	0,95	0,38	0,38	-0,15	1,34	Maioria	Maioria	Sim
Pinhel	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	58,6%	1,18	0,22	0,53	-0,07	0,69	Maioria	Maioria	Sim
Pombal	M	2014	"Limpa"	"Não"	104	"Positivo"	24,0%	0,68	0,09	0,60	0,05	2,41	Maioria	Maioria	Sim
Ponta Delgada	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	82,4%	2,15	0,16	0,68	0,00	0,79	Maioria	Minoria	Sim
Ponte de Lima	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	13,4%	2,05	0,03	0,67	0,01	5,73	Maioria	Maioria	Sim
Ponte de Sor	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	120	"Positivo"	16,2%	2,08	0,05	0,60	0,00	3,60	Maioria	Maioria	Sim
Portalegre	M	2014	"Limpa"	"Sim"	114	"Positivo"	181,8%	1,22	0,37	0,42	0,01	0,86	Maioria	Minoria	Sim
Portel	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	31,3%	1,10	0,10	0,66	-0,10	41,72	Maioria	Maioria	Sim
Portimão	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	273,1%	2,35	0,53	0,40	-0,04	0,10	Minoria	Minoria	Sim
Porto	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	42,0%	-0,65	0,08	0,78	0,02	2,83	Minoria	Minoria	Sim

Porto de Mós	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	21,9%	1,07	0,10	0,71	0,05	5,49	Maioria	Maioria	Sim
Póvoa de Lanhoso	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	47,7%	1,43	0,25	0,50	-0,03	0,74	Maioria	Maioria	Sim
Póvoa de Varzim	M	2014	"Limpa"	"Sim"	103	"Positivo"	33,8%	0,69	0,17	0,56	0,01	0,68	Maioria	Maioria	Sim
Proença-a-Nova	P	2014	"Limpa"	"Não"	82	"Negativo"	37,6%	1,00	0,08	0,74	-0,06	2,02	Maioria	Maioria	Sim
Resende	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	86	"Positivo"	65,7%	-1,02	0,18	0,63	0,00	0,54	Maioria	Maioria	Sim
Ribeira Brava	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	96	"Negativo"	132,4%	0,95	0,12	0,64	0,00	0,24	Maioria	Minoria	Sim
Ribeira de Pena	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Negativo"	66,9%	1,74	0,23	0,52	-0,01	0,95	Maioria	Maioria	Sim
Ribeira Grande	M	2014	"Limpa"	"Não"	78	"Positivo"	55,1%	1,03	0,11	0,62	0,06	6,35	Maioria	Maioria	Sim
Rio Maior	M	2014	"Limpa"	"Não"	111	"Positivo"	88,1%	-1,25	0,31	0,43	0,02	0,53	Maioria	Maioria	Sim
Sabrosa	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Negativo"	44,1%	1,03	0,14	0,63	-0,06	0,70	Maioria	Maioria	Sim
Sabugal	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Negativo"	49,7%	1,28	0,19	0,49	0,00	2,03	Maioria	Minoria	Sim
Salvaterra de Magos	M	2014	"Limpa"	"Não"	105	"Positivo"	32,9%	3,39	0,14	0,56	0,02	1,62	Minoria	Minoria	Sim
Santa Cruz	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	145,5%	0,88	0,40	0,41	0,03	0,45	Maioria	Maioria	Sim
Santa Cruz da Graciosa	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	42,6%	2,34	0,10	0,56	0,02	7,42	Maioria	Maioria	Sim
Santa Maria da Feira	G	2014	"Limpa"	"Não"	111	"Positivo"	72,1%	1,06	0,23	0,60	0,06	1,85	Maioria	Minoria	Sim
Santa Marta de Penaguião	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	46,1%	1,52	0,11	0,73	-0,02	3,51	Maioria	Maioria	Sim
Santarém	M	2014	"Limpa"	"Sim"	111	"Positivo"	165,5%	1,05	0,37	0,53	0,04	0,63	Minoria	Minoria	Sim
Santiago do Cacém	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	48,7%	-1,83	0,28	0,55	0,02	0,45	Maioria	Maioria	Sim
São Brás de Alportel	P	2014	"Limpa"	"Sim"	97	"Negativo"	21,1%	1,02	0,09	0,78	-0,06	4,41	Maioria	Maioria	Sim
São João da Pesqueira	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	74,9%	0,93	0,19	0,75	-0,05	0,14	Maioria	Minoria	Sim
São Pedro do Sul	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	58,6%	0,22	0,23	0,60	0,03	0,31	Maioria	Maioria	Sim
São Roque do Pico	P	2014	"Limpa"	"Sim"	117	"Negativo"	10,9%	0,98	0,02	0,76	-0,05	28,46	Maioria	Minoria	Sim
São Vicente	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	97	"Positivo"	135,7%	1,22	0,27	0,36	0,07	0,33	Maioria	Maioria	Sim
Sardoal	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	112	"Positivo"	75,7%	0,61	0,20	0,76	0,00	0,80	Maioria	Maioria	Sim
Seia	M	2014	"Limpa"	"Não"	100	"Negativo"	221,4%	-0,83	0,82	0,15	-0,02	0,29	Maioria	Maioria	Sim
Seixal	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	84,6%	0,96	0,59	0,39	0,01	1,37	Maioria	Minoria	Sim
Sesimbra	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	55,7%	1,30	0,23	0,66	-0,01	2,55	Maioria	Minoria	Sim
Setúbal*	G	2014	"Limpa"	"Não"	104	"Positivo"	90,5%	1,10	0,24	0,67	0,07	1,42	Maioria	Minoria	Sim
Sever do Vouga	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Positivo"	42,7%	-12,81	0,08	0,67	0,03	4,09	Maioria	Maioria	Sim

Silves	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Positivo"	37,1%	9,91	0,22	0,57	0,01	1,04	Minoria	Minoria	Sim
Sines	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Negativo"	71,5%	1,07	0,23	0,49	-0,07	0,69	Maioria	Maioria	Sim
Sintra	G	2014	"Limpa"	"Sim"	96	"Positivo"	33,6%	0,83	0,12	0,79	0,04	3,23	Minoria	Minoria	Sim
Sobral de Monte Agraço	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	92	"Negativo"	63,0%	0,91	0,25	0,54	-0,07	0,31	Maioria	Maioria	Sim
Sousel	P	2014	"Limpa"	"Sim"	104	"Negativo"	71,5%	1,29	0,24	0,41	-0,05	0,98	Maioria	Maioria	Não
Tabuaço	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	143,2%	1,07	0,32	0,58	0,09	0,14	Maioria	Maioria	Sim
Tavira	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	52,1%	1,68	0,07	0,88	-0,02	5,47	Maioria	Minoria	Sim
Terras de Bouro	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Negativo"	42,8%	1,55	0,08	0,78	-0,01	0,60	Maioria	Maioria	Sim
Torre de Moncorvo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	114,8%	0,72	0,28	0,69	-0,06	0,81	Maioria	Maioria	Sim
Torres Novas	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	86,8%	0,81	0,22	0,59	0,03	1,12	Maioria	Minoria	Sim
Torres Vedras	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	92	"Positivo"	51,6%	1,04	0,28	0,56	0,08	0,31	Maioria	Maioria	Sim
Trancoso	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	89,4%	0,92	0,23	0,51	-0,16	0,41	Maioria	Maioria	Sim
Trofa	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	173,8%	1,45	0,79	0,14	0,18	0,52	Maioria	Maioria	Sim
Vale de Cambra	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	71,8%	1,69	0,21	0,59	0,02	0,56	Maioria	Minoria	Sim
Valongo	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	108,1%	1,44	0,22	0,70	-0,02	0,46	Minoria	Minoria	Sim
Valpaços	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	48,6%	2,69	0,10	0,73	-0,01	1,23	Maioria	Maioria	Sim
Velas	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	89	"Positivo"	115,3%	1,05	0,26	0,46	0,11	4,11	Maioria	Minoria	Não
Vendas Novas	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Negativo"	58,4%	0,82	0,17	0,62	-0,05	0,80	Minoria	Minoria	Sim
Viana do Alentejo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	14,4%	0,97	0,07	0,64	-0,06	2,25	Maioria	Maioria	Sim
Viana do Castelo	M	2014	"Limpa"	"Sim"	86	"Positivo"	47,4%	0,57	0,18	0,63	0,03	0,34	Maioria	Iguald.	Sim
Vila de Rei	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Positivo"	34,3%	1,09	0,08	0,65	0,01	2,29	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Bispo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	67,8%	0,81	0,25	0,60	-0,05	0,63	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Conde	M	2014	"Limpa"	"Sim"	111	"Positivo"	88,8%	1,54	0,22	0,65	0,02	1,28	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Porto	P	2014	"Limpa"	"Não"	113	"Positivo"	13,8%	1,00	0,02	0,96	0,02	1,45	Maioria	Maioria	Sim
Vila Flor	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	30,4%	1,09	0,11	0,72	0,02	2,75	Maioria	Maioria	Sim
Vila Franca de Xira	G	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	77	"Negativo"	33,4%	1,19	0,11	0,73	-0,01	11,11	Minoria	Minoria	Sim
Vila Franca do Campo	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	92	"Positivo"	315,9%	0,14	0,30	0,57	0,00	4,60	Maioria	Minoria	Sim
Vila Nova Barquinha	P	2014	"Limpa"	"Sim"	112	"Positivo"	60,8%	1,54	0,20	0,54	0,03	0,98	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova Famalicão	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	82	"Positivo"	35,9%	1,03	0,15	0,72	0,06	1,27	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Foz Coa	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Positivo"	28,6%	0,55	0,09	0,60	0,01	0,89	Maioria	Maioria	Sim

Vila Nova de Gaia	G	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	113,8%	1,07	0,31	0,49	0,04	2,08	Minoria	Minoria	Sim
Vila Nova de Paiva	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	112	"Positivo"	83,3%	1,09	0,38	0,37	0,12	0,83	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Poiares	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	275,3%	-0,31	0,42	0,49	-0,02	0,12	Maioria	Maioria	Sim
Vila Pouca de Aguiar	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	40,6%	6,94	0,18	0,47	0,02	1,41	Maioria	Maioria	Sim
Vila Real de Santo António	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	288,3%	0,09	0,46	0,48	-0,05	0,89	Maioria	Maioria	Sim
Vila Velha de Ródão	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	14,8%	2,53	0,03	0,67	0,02	21,06	Maioria	Maioria	Sim
Vila Viçosa	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	85	"Negativo"	62,5%	0,83	0,20	0,75	-0,08	0,43	Maioria	Minoria	Sim
Vimioso	P	2014	"Opinião com reservas"	"Não"	86	"Positivo"	41,0%	0,66	0,20	0,46	0,02	1,93	Maioria	Maioria	Sim
Viseu	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	37,2%	0,47	0,12	0,74	0,04	4,20	Maioria	Maioria	Sim
Vizela	M	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	144,1%	1,19	0,41	0,45	0,08	0,50	Maioria	Maioria	Sim
Vouzela	P	2014	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	88,1%	1,26	0,12	0,77	-0,03	0,84	Maioria	Maioria	Sim
Abrantes	M	2015	"Limpa"	"Não"	103	"Positivo"	59,0%	-1,59	0,07	0,83	0,01	4,70	Maioria	Maioria	Sim
Águeda	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	96	"Negativo"	35,1%	1,06	0,12	0,64	-0,01	2,81	Maioria	Maioria	Sim
Aguiar da Beira	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	63,7%	1,12	0,06	0,79	-0,03	11,35	Maioria	Maioria	Sim
Albergaria a Velha	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Negativo"	38,8%	1,53	0,09	0,69	-0,03	2,09	Maioria	Minoria	Sim
Albufeira	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	32,0%	0,93	0,11	0,81	0,16	11,13	Minoria	Minoria	Sim
Alcácer do Sal	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	95	"Positivo"	12,0%	-9,10	0,04	0,77	0,02	2,15	Maioria	Maioria	Sim
Alcanena	P	2015	"Limpa"	"Sim"	109	"Positivo"	113,4%	1,21	0,28	0,52	0,05	0,45	Maioria	Minoria	Sim
Alcobaça	M	2015	"Limpa"	"Sim"	112	"Positivo"	26,5%	0,55	0,12	0,58	0,07	1,66	Minoria	Minoria	Sim
Alcoutim	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	34,1%	1,22	0,10	0,55	0,00	2,38	Maioria	Maioria	Sim
Alenquer	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	60,4%	-54,51	0,20	0,56	0,01	0,27	Maioria	Minoria	Sim
Alfândega da Fé	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	327,2%	3,90	0,59	0,32	0,03	5,41	Maioria	Maioria	Sim
Alijó	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	148	"Positivo"	192,9%	1,23	0,44	0,42	0,12	4,53	Minoria	Minoria	Sim
Almada	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	59,5%	-1,23	0,12	0,82	0,02	5,56	Maioria	Minoria	Sim
Almeirim	M	2015	"Limpa"	"Não"	109	"Negativo"	59,8%	1,20	0,12	0,75	-0,06	1,17	Maioria	Maioria	Sim
Almodôvar	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	68,1%	0,63	0,13	0,66	0,02	4,20	Minoria	Minoria	Sim
Alpiarça	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	208,2%	0,96	0,28	0,58	-0,07	0,95	Maioria	Maioria	Sim
Amadora	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	45,0%	0,89	0,11	0,76	0,03	10,66	Maioria	Minoria	Sim
Anadia	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	99	"Positivo"	57,4%	2,30	0,09	0,64	0,01	4,86	Minoria	Minoria	Sim
Angra do Heroísmo	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	121	"Positivo"	144,0%	1,00	0,17	0,58	0,02	5,32	Maioria	Maioria	Sim

Arganil	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Positivo"	58,4%	-1,53	0,13	0,69	0,02	1,38	Maioria	Maioria	Sim
Arouca	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Positivo"	31,9%	0,99	0,09	0,54	0,03	2,59	Maioria	Maioria	Sim
Arraiolos	P	2015	"Limpa"	"Sim"	95	"Positivo"	97,1%	2,14	0,14	0,65	0,00	1,74	Maioria	Maioria	Sim
Arronches	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	95	"Positivo"	35,5%	0,75	0,06	0,62	0,04	21,00	Maioria	Maioria	Sim
Arruda dos Vinhos	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	57,5%	0,18	0,20	0,63	0,03	0,73	Minoria	Minoria	Sim
Avis	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	55,2%	1,09	0,06	0,79	-0,02	0,81	Maioria	Maioria	Sim
Azambuja	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Positivo"	129,3%	1,12	0,30	0,58	0,05	2,16	Minoria	Minoria	Sim
Baião	P	2015	"Limpa"	"Não"	104	"Positivo"	47,5%	0,98	0,12	0,69	0,01	1,17	Maioria	Maioria	Sim
Barreiro	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	71,6%	1,08	0,24	0,68	0,04	0,43	Maioria	Maioria	Sim
Batalha	P	2015	"Limpa"	"Sim"	103	"Negativo"	27,2%	1,29	0,05	0,73	-0,02	1,93	Maioria	Maioria	Sim
Beja	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	75,4%	1,52	0,15	0,68	0,02	0,97	Maioria	Minoria	Sim
Belmonte	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Negativo"	117,8%	0,93	0,17	0,63	-0,08	0,20	Maioria	Maioria	Sim
Bragança	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	30,3%	0,57	0,06	0,62	0,03	3,28	Maioria	Maioria	Sim
Cabeceiras de Basto	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Negativo"	69,9%	0,94	0,13	0,59	-0,02	1,97	Minoria	Minoria	Sim
Caldas da Rainha	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	84	"Positivo"	36,7%	-15,04	0,09	0,64	0,00	1,64	Maioria	Minoria	Sim
Câmara de Lobos	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Positivo"	94,9%	2,07	0,18	0,50	0,06	2,06	Maioria	Minoria	Sim
Campo Maior	P	2015	"Limpa"	"Sim"	76	"Positivo"	27,0%	1,15	0,02	0,82	0,01	0,28	Maioria	Maioria	Sim
Cantanhede	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Positivo"	133,7%	0,55	0,21	0,68	0,03	0,67	Maioria	Maioria	Sim
Carregal do Sal	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	105	"Negativo"	72,9%	1,38	0,12	0,70	-0,02	4,24	Maioria	Maioria	Sim
Cartaxo	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	420,5%	0,37	1,69	-0,28	0,00	0,71	Minoria	Minoria	Sim
Cascais	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	81	"Positivo"	59,1%	0,78	0,16	0,79	0,04	0,20	Maioria	Minoria	Sim
Castanheira de Pera	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	209,7%	0,47	0,30	0,56	0,00	5,04	Minoria	Minoria	Sim
Castelo Branco	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Positivo"	27,0%	0,82	0,04	0,61	0,02	16,99	Maioria	Maioria	Sim
Castelo de Paiva	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	102	"Positivo"	132,7%	1,63	0,37	0,47	0,04	1,73	Maioria	Maioria	Sim
Castelo de Vide	P	2015	"Limpa"	"Sim"	92	"Negativo"	10,8%	1,12	0,01	0,86	-0,03	8,64	Maioria	Maioria	Sim
Castro Daire	P	2015	"Limpa"	"Não"	105	"Positivo"	33,7%	1,85	0,06	0,81	0,00	0,70	Maioria	Maioria	Sim
Castro Marim	P	2015	"Limpa"	"Sim"	99	"Negativo"	54,9%	1,00	0,09	0,77	-0,03	1,59	Maioria	Maioria	Não
Celorico da Beira	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	279,7%	-2,81	0,58	0,30	0,02	0,05	Maioria	Maioria	Sim
Chamusca	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	54,1%	0,98	0,13	0,72	0,00	2,66	Minoria	Minoria	Sim
Chaves	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	82	"Positivo"	161,7%	0,15	0,31	0,46	0,08	2,46	Minoria	Minoria	Sim

Cinfães	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	15,1%	1,43	0,06	0,70	0,04	2,40	Maioria	Maioria	Sim
Condeixa a Nova	P	2015	"Limpa"	"Sim"	109	"Negativo"	32,9%	1,17	0,04	0,83	-0,02	1,34	Maioria	Maioria	Sim
Constância	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	112	"Negativo"	77,4%	1,47	0,13	0,64	-0,01	0,64	Maioria	Maioria	Sim
Coruche	P	2015	"Limpa"	"Não"	118	"Positivo"	29,3%	0,24	0,06	0,72	0,04	8,89	Maioria	Maioria	Sim
Cuba	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	99	"Positivo"	65,1%	-1,59	0,15	0,60	0,03	0,84	Maioria	Maioria	Sim
Elvas	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	119	"Negativo"	18,4%	1,00	0,04	0,66	-0,09	1,25	Maioria	Maioria	Sim
Entroncamento	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	112	"Positivo"	102,9%	0,83	0,38	0,32	0,05	0,57	Maioria	Minoria	Sim
Espinho	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	99	"Positivo"	144,9%	0,64	0,34	0,48	0,01	0,55	Maioria	Minoria	Sim
Estarreja	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Positivo"	96,8%	5,27	0,20	0,48	0,01	2,45	Maioria	Minoria	Sim
Évora	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	224,6%	0,37	0,41	0,52	-0,04	0,21	Maioria	Maioria	Sim
Fafe	M	2015	"Limpa"	"Sim"	105	"Negativo"	16,5%	0,88	0,06	0,69	-0,01	1,72	Minoria	Minoria	Sim
Faro	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	139,7%	0,84	0,29	0,59	-0,02	2,39	Minoria	Minoria	Não
Felgueiras	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	45,1%	0,98	0,08	0,73	-0,02	1,23	Maioria	Maioria	Sim
Ferreira do Zêzere	P	2015	"Limpa"	"Não"	102	"Negativo"	79,5%	1,19	0,09	0,85	-0,03	1,65	Maioria	Maioria	Sim
Figueira da Foz	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	114,0%	3,01	0,19	0,71	0,00	1,59	Maioria	Minoria	Sim
Figueira de Castelo Rodrigo	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	70,3%	1,99	0,20	0,59	0,00	0,57	Maioria	Maioria	Sim
Figueiró dos Vinhos	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	106,9%	1,13	0,15	0,72	-0,09	0,30	Maioria	Minoria	Não
Fronteira	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	59,1%	0,98	0,07	0,79	-0,01	2,68	Maioria	Maioria	Sim
Funchal	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	110,9%	0,44	0,08	0,81	0,00	0,48	Minoria	Minoria	Não
Fundão	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	179	"Positivo"	366,8%	-1,99	0,67	0,21	0,10	1,13	Maioria	Maioria	Sim
Gavião	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	30,4%	0,95	0,06	0,78	0,01	5,08	Maioria	Maioria	Sim
Golegã	P	2015	"Limpa"	"Sim"	103	"Positivo"	70,5%	2,85	0,15	0,63	0,01	0,10	Minoria	Minoria	Não
Gondomar	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	118	"Negativo"	178,1%	0,97	0,36	0,49	-0,04	0,18	Maioria	Maioria	Sim
Gouveia	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	118	"Negativo"	79,6%	0,86	0,08	0,73	-0,01	0,24	Maioria	Maioria	Sim
Guarda	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Positivo"	132,2%	0,51	0,22	0,54	0,03	1,62	Maioria	Maioria	Sim
Guimarães	G	2015	"Limpa"	"Sim"	91	"Positivo"	85,1%	1,08	0,14	0,71	0,03	2,95	Maioria	Maioria	Sim
Ílhavo	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	121	"Positivo"	111,8%	0,85	0,18	0,58	0,03	0,88	Maioria	Minoria	Sim
Lagoa - Açores	P	2015	"Limpa"	"Não"	95	"Positivo"	118,2%	1,23	0,18	0,72	0,00	0,72	Maioria	Maioria	Sim
Lagoa - Algarve	M	2015	"Limpa"	"Não"	84	"Positivo"	14,9%	0,97	0,04	0,88	0,04	6,30	Maioria	Minoria	Sim
Lagos	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Positivo"	121,5%	0,96	0,20	0,73	0,06	2,09	Maioria	Minoria	Sim

Lajes do Pico	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	174,8%	0,89	0,42	0,21	0,04	1,23	Maioria	Maioria	Sim
Leiria	G	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	121	"Positivo"	98,1%	0,82	0,23	0,58	0,10	3,69	Maioria	Minoria	Sim
Lisboa	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Positivo"	146,9%	1,16	0,26	0,63	0,10	1,48	Maioria	Minoria	Sim
Loulé	M	2015	"Limpa"	"Sim"	97	"Positivo"	52,0%	0,78	0,17	0,65	0,10	6,28	Maioria	Maioria	Sim
Loures	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	78	"Positivo"	41,8%	0,84	0,08	0,89	0,01	1,14	Minoria	Minoria	Sim
Lousã	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	54,2%	1,72	0,14	0,66	0,01	1,58	Maioria	Maioria	Sim
Machico	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	102	"Positivo"	124,2%	0,98	0,26	0,41	0,03	0,29	Maioria	Maioria	Sim
Madalena	P	2015	"Limpa"	"Não"	109	"Positivo"	65,3%	-0,28	0,16	0,48	0,01	0,53	Maioria	Maioria	Sim
Mafra	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	40,7%	0,86	0,09	0,76	0,02	2,23	Maioria	Minoria	Sim
Maia	G	2015	"Limpa"	"Sim"	112	"Positivo"	74,1%	1,08	0,13	0,71	0,02	1,35	Maioria	Maioria	Sim
Mangualde	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	94,2%	0,84	0,21	0,66	0,05	1,15	Maioria	Maioria	Sim
Manteigas	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	141,0%	1,33	0,18	0,62	-0,02	1,29	Maioria	Minoria	Não
Marco de Canaveses	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Positivo"	139,5%	0,76	0,75	0,10	0,59	4,09	Maioria	Minoria	Sim
Marinha Grande	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	20,9%	0,99	0,05	0,74	0,04	8,54	Minoria	Minoria	Sim
Matosinhos	G	2015	"Limpa"	"Não"	110	"Positivo"	57,1%	0,92	0,10	0,70	0,01	4,85	Maioria	Minoria	Sim
Mealhada	M	2015	"Limpa"	"Sim"	103	"Negativo"	4,9%	3,32	0,02	0,82	-0,01	11,12	Maioria	Maioria	Sim
Mêda	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	107,3%	0,50	0,25	0,47	0,00	0,45	Minoria	Minoria	Sim
Mértola	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Positivo"	39,3%	0,51	0,08	0,67	0,05	12,92	Maioria	Maioria	Sim
Miranda do Corvo	P	2015	"Limpa"	"Não"	118	"Positivo"	24,6%	2,61	0,04	0,74	0,01	3,36	Maioria	Maioria	Sim
Miranda do Douro	P	2015	"Limpa"	"Sim"	102	"Positivo"	80,1%	3,10	0,17	0,71	0,00	5,41	Maioria	Maioria	Sim
Mirandela	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	125,0%	2,09	0,46	0,33	0,03	0,53	Maioria	Maioria	Sim
Mogadouro	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	43,1%	1,13	0,08	0,66	-0,05	2,39	Maioria	Iguald.	Não
Moimenta da Beira	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	108	"Positivo"	106,7%	1,16	0,24	0,50	0,06	0,60	Maioria	Maioria	Sim
Moita	M	2015	"Limpa"	"Não"	99	"Positivo"	62,4%	1,08	0,11	0,88	0,01	1,61	Maioria	Maioria	Sim
Monção	P	2015	"Limpa"	"Não"	111	"Positivo"	63,1%	0,57	0,18	0,57	0,04	1,17	Minoria	Minoria	Não
Monforte	P	2015	"Limpa"	"Sim"	111	"Positivo"	60,5%	0,09	0,15	0,75	0,01	0,30	Maioria	Minoria	Sim
Montalegre	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Negativo"	34,4%	5,44	0,08	0,72	0,00	1,16	Maioria	Maioria	Sim
Montemor-o-Novo	P	2015	"Limpa"	"Sim"	113	"Positivo"	24,5%	0,64	0,04	0,86	0,02	0,68	Maioria	Maioria	Sim
Montemor-o-Velho	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	190,1%	1,25	0,26	0,55	0,02	0,71	Minoria	Minoria	Sim
Montijo	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	83	"Positivo"	42,5%	1,05	0,12	0,78	0,02	1,95	Minoria	Minoria	Sim

Mora	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	61,8%	0,99	0,11	0,69	-0,03	3,69	Maioria	Maioria	Sim
Mortágua	P	2015	"Limpa"	"Sim"	106	"Positivo"	47,2%	0,19	0,07	0,76	0,02	25,94	Maioria	Minoria	Não
Moura	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Negativo"	96,7%	1,00	0,08	0,83	-0,05	0,69	Maioria	Minoria	Não
Murça	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	97	"Positivo"	140,9%	1,81	0,38	0,47	0,04	0,79	Maioria	Minoria	Não
Murtosa	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	98	"Positivo"	29,9%	0,56	0,04	0,72	0,03	3,12	Maioria	Maioria	Sim
Nelas	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Negativo"	151,8%	0,96	0,33	0,56	-0,06	1,04	Maioria	Minoria	Sim
Nisa	P	2015	"Limpa"	"Sim"	105	"Positivo"	68,6%	-16,51	0,17	0,51	0,03	4,21	Minoria	Minoria	Sim
Óbidos	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Negativo"	66,2%	0,84	0,13	0,66	-0,01	2,94	Maioria	Minoria	Sim
Odemira	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	52,6%	1,04	0,20	0,56	0,05	1,45	Maioria	Maioria	Sim
Odivelas	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	45,5%	0,28	0,17	0,71	0,06	1,11	Maioria	Minoria	Sim
Olhão	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	99,4%	5,73	0,20	0,66	0,01	6,75	Minoria	Minoria	Sim
Oliveira de Azeméis	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	90,3%	1,06	0,16	0,72	0,03	1,01	Maioria	Minoria	Sim
Oliveira de Frades	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Positivo"	87,4%	6,86	0,16	0,66	0,02	0,30	Maioria	Maioria	Sim
Oliveira do Bairro	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	92	"Positivo"	96,9%	0,89	0,17	0,58	0,02	0,33	Maioria	Minoria	Sim
Ourém	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Negativo"	61,9%	1,76	0,10	0,75	-0,01	2,24	Minoria	Minoria	Não
Ovar	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	97	"Negativo"	24,1%	1,06	0,05	0,76	-0,03	2,64	Maioria	Minoria	Sim
Paços de Ferreira	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Positivo"	288,5%	2,27	0,63	0,17	0,05	0,03	Maioria	Maioria	Sim
Palmela	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Negativo"	59,7%	0,89	0,18	0,76	-0,01	2,00	Maioria	Maioria	Sim
Paredes	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	142,5%	0,70	0,24	0,63	-0,02	0,39	Maioria	Minoria	Sim
Penacova	P	2015	"Limpa"	"Sim"	113	"Positivo"	16,0%	-0,19	0,05	0,67	0,01	2,14	Maioria	Maioria	Sim
Penafiel	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	78	"Positivo"	100,7%	0,41	0,14	0,73	0,01	0,08	Maioria	Maioria	Sim
Penalva do Castelo	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Positivo"	39,6%	0,75	0,09	0,74	0,04	7,16	Maioria	Maioria	Sim
Penamacor	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	83,3%	1,09	0,14	0,70	0,06	1,01	Maioria	Maioria	Sim
Penedono	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Positivo"	6,6%	0,48	0,01	0,91	0,00	3,43	Maioria	Maioria	Sim
Penela	P	2015	"Limpa"	"Sim"	113	"Negativo"	92,3%	1,18	0,18	0,60	-0,04	0,82	Maioria	Maioria	Sim
Peniche	M	2015	"Limpa"	"Sim"	110	"Positivo"	67,0%	1,07	0,33	0,48	0,03	1,41	Minoria	Minoria	Sim
Peso da Régua	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	173,4%	0,90	0,42	0,32	-0,15	0,88	Maioria	Maioria	Sim
Pinhel	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	71,9%	1,31	0,20	0,54	-0,04	0,89	Maioria	Maioria	Sim
Pombal	M	2015	"Limpa"	"Não"	112	"Positivo"	28,2%	0,48	0,07	0,62	0,04	3,35	Maioria	Maioria	Sim
Ponta Delgada	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	77	"Positivo"	104,6%	1,52	0,17	0,65	0,00	0,99	Maioria	Minoria	Sim

Ponte de Lima	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	97	"Negativo"	13,7%	1,41	0,02	0,68	-0,01	9,64	Maioria	Maioria	Sim
Ponte de Sor	P	2015	"Limpa"	"Sim"	120	"Positivo"	43,8%	1,77	0,08	0,59	0,01	1,34	Maioria	Maioria	Sim
Portalegre	M	2015	"Limpa"	"Sim"	117	"Positivo"	235,5%	10,10	0,34	0,45	0,03	0,35	Maioria	Minoria	Sim
Portel	P	2015	"Limpa"	"Sim"	111	"Negativo"	38,6%	1,23	0,09	0,66	-0,03	62,12	Maioria	Maioria	Sim
Portimão	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	359,8%	1,27	0,49	0,44	0,06	0,07	Minoria	Minoria	Sim
Porto	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	57,6%	1,63	0,07	0,79	0,01	5,60	Minoria	Minoria	Sim
Porto de Mós	M	2015	"Limpa"	"Não"	98	"Positivo"	26,1%	0,98	0,09	0,73	0,05	4,88	Maioria	Maioria	Sim
Póvoa de Lanhoso	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	54,5%	0,62	0,20	0,53	0,08	1,36	Maioria	Maioria	Sim
Póvoa de Varzim	M	2015	"Limpa"	"Não"	109	"Positivo"	47,5%	0,96	0,16	0,57	0,03	0,97	Maioria	Maioria	Sim
Proença-a-Nova	P	2015	"Limpa"	"Não"	91	"Negativo"	52,3%	1,00	0,09	0,74	-0,07	1,35	Maioria	Maioria	Sim
Resende	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	79,5%	1,09	0,15	0,66	0,02	0,42	Maioria	Maioria	Sim
Ribeira Brava	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	136,2%	0,97	0,09	0,67	-0,01	0,16	Maioria	Minoria	Sim
Ribeira de Pena	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	81	"Positivo"	76,3%	2,13	0,20	0,54	0,00	0,79	Maioria	Maioria	Sim
Ribeira Grande	M	2015	"Limpa"	"Não"	88	"Positivo"	73,3%	0,96	0,10	0,63	0,05	3,55	Maioria	Maioria	Sim
Rio Maior	M	2015	"Limpa"	"Não"	113	"Positivo"	111,4%	0,02	0,26	0,47	0,07	0,72	Maioria	Maioria	Sim
Sabrosa	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	55,9%	1,00	0,13	0,65	-0,03	1,23	Maioria	Maioria	Sim
Sabugal	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Negativo"	60,2%	1,40	0,18	0,49	-0,01	2,57	Maioria	Minoria	Sim
Salvaterra de Magos	M	2015	"Limpa"	"Sim"	111	"Positivo"	42,7%	4,19	0,13	0,58	0,02	2,02	Minoria	Minoria	Sim
Santa Cruz	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	169,4%	1,18	0,36	0,43	0,02	0,39	Maioria	Maioria	Sim
Santa Cruz da Graciosa	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Positivo"	52,0%	0,78	0,08	0,60	0,03	7,24	Maioria	Maioria	Sim
Santa Maria da Feira	G	2015	"Limpa"	"Não"	106	"Positivo"	88,7%	1,03	0,18	0,65	0,05	3,27	Maioria	Minoria	Sim
Santa Marta de Penaguião	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Negativo"	53,6%	1,03	0,10	0,67	-0,06	3,62	Maioria	Maioria	Sim
Santarém	M	2015	"Limpa"	"Sim"	106	"Positivo"	222,4%	0,76	0,34	0,55	0,03	0,89	Minoria	Minoria	Sim
Santiago do Cacém	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	62,1%	0,39	0,24	0,59	0,09	0,51	Maioria	Maioria	Sim
São Brás de Alportel	P	2015	"Limpa"	"Não"	96	"Negativo"	30,1%	1,04	0,09	0,76	-0,04	4,00	Maioria	Maioria	Sim
São João da Pesqueira	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	109,4%	0,95	0,22	0,72	-0,05	0,14	Maioria	Minoria	Sim
São Pedro do Sul	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	64,3%	1,42	0,18	0,63	0,03	0,50	Maioria	Maioria	Sim
São Roque do Pico	P	2015	"Limpa"	"Sim"	95	"Negativo"	19,7%	0,98	0,03	0,74	-0,04	1,82	Maioria	Minoria	Sim
São Vicente	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	123	"Positivo"	150,9%	1,35	0,24	0,37	0,02	0,10	Maioria	Maioria	Sim

Sardoal	P	2015	"Limpa"	"Não"	112	"Negativo"	97,1%	0,99	0,19	0,77	-0,01	0,76	Maioria	Maioria	Sim
Seia	M	2015	"Limpa"	"Não"	104	"Positivo"	301,5%	26,70	0,80	0,16	0,06	0,49	Maioria	Maioria	Sim
Seixal	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	95	"Positivo"	107,6%	1,01	0,47	0,50	0,16	1,61	Maioria	Minoria	Sim
Sesimbra	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	75,5%	0,60	0,21	0,68	0,02	2,42	Maioria	Minoria	Sim
Setúbal	G	2015	"Limpa"	"Não"	103	"Positivo"	128,7%	1,11	0,22	0,70	0,06	1,43	Maioria	Minoria	Sim
Sever do Vouga	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Positivo"	48,4%	-0,04	0,07	0,70	0,03	4,27	Maioria	Maioria	Sim
Silves	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Positivo"	44,2%	0,29	0,18	0,62	0,07	1,64	Minoria	Minoria	Sim
Sines	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Negativo"	107,9%	1,03	0,22	0,49	-0,05	0,63	Maioria	Maioria	Sim
Sintra	G	2015	"Limpa"	"Sim"	97	"Positivo"	29,7%	0,78	0,07	0,83	0,04	4,57	Minoria	Minoria	Sim
Sobral de Monte Agraço	P	2015	"Limpa"	"Sim"	111	"Negativo"	87,3%	0,89	0,25	0,54	-0,06	0,52	Maioria	Maioria	Sim
Sousel	P	2015	"Limpa"	"Sim"	97	"Negativo"	90,3%	1,27	0,22	0,41	-0,01	1,07	Maioria	Maioria	Não
Tabuaço	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Positivo"	231,2%	1,11	0,36	0,53	0,05	0,12	Maioria	Maioria	Sim
Tavira	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	43	"Negativo"	67,6%	2,17	0,07	0,88	-0,01	4,55	Maioria	Minoria	Sim
Terras de Bouro	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	84	"Negativo"	48,5%	1,82	0,07	0,80	0,00	0,67	Maioria	Maioria	Sim
Torre de Moncorvo	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Negativo"	146,6%	0,69	0,28	0,66	-0,05	0,44	Maioria	Maioria	Sim
Torres Novas	M	2015	"Limpa"	"Sim"	111	"Positivo"	123,5%	-1,04	0,21	0,61	0,06	0,83	Maioria	Minoria	Sim
Torres Vedras	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	117	"Positivo"	67,4%	1,03	0,24	0,58	0,06	0,49	Maioria	Maioria	Sim
Trancoso	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	118	"Negativo"	101,5%	1,55	0,20	0,53	-0,02	0,47	Maioria	Maioria	Sim
Trofa	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	105	"Positivo"	211,3%	1,03	0,69	0,21	0,27	0,67	Maioria	Maioria	Sim
Vale de Cambra	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	105	"Positivo"	80,4%	1,58	0,17	0,62	0,02	0,89	Maioria	Minoria	Sim
Valongo	M	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	106	"Negativo"	151,8%	1,55	0,21	0,71	-0,01	0,63	Minoria	Minoria	Sim
Valpaços	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Negativo"	54,8%	6,26	0,09	0,74	0,00	1,72	Maioria	Maioria	Sim
Velas	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	88	"Negativo"	130,3%	2,47	0,25	0,43	-0,17	3,81	Maioria	Minoria	Não
Vendas Novas	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	113	"Negativo"	68,6%	0,66	0,15	0,64	-0,02	0,98	Minoria	Minoria	Sim
Viana do Alentejo	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	112	"Positivo"	14,3%	0,85	0,06	0,62	0,00	2,19	Maioria	Maioria	Sim
Viana do Castelo	M	2015	"Limpa"	"Não"	97	"Positivo"	76,1%	0,87	0,19	0,58	0,03	0,79	Maioria	Iguald.	Sim
Vila de Rei	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	47,9%	1,49	0,08	0,66	0,01	2,86	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Bispo	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	73,8%	0,97	0,22	0,62	-0,03	0,50	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Conde	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Positivo"	116,9%	-6,76	0,19	0,67	0,01	1,19	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Porto	P	2015	"Limpa"	"Não"	112	"Positivo"	11,8%	0,98	0,01	0,97	0,01	2,80	Maioria	Maioria	Sim

Vila Flor	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	36,3%	1,07	0,09	0,72	0,01	4,59	Maioria	Maioria	Sim
Vila Franca de Xira	G	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	83	"Negativo"	49,2%	1,16	0,09	0,76	0,00	9,62	Minoria	Minoria	Sim
Vila Franca do Campo	P	2015	"Limpa"	"Sim"	97	"Positivo"	404,4%	-0,53	0,29	0,57	0,00	5,64	Maioria	Minoria	Sim
Vila Nova Barquinha	P	2015	"Limpa"	"Sim"	113	"Positivo"	74,7%	1,19	0,17	0,55	0,02	1,37	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova Famalicão	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	83	"Positivo"	57,4%	1,07	0,17	0,71	0,01	0,97	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Foz Coa	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	28,6%	7,33	0,07	0,62	0,03	1,07	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Gaia	G	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	181,6%	8,04	0,30	0,55	0,08	0,86	Minoria	Minoria	Sim
Vila Nova de Paiva	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Positivo"	96,6%	1,13	0,31	0,42	0,10	0,78	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Poiares	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	98	"Positivo"	345,4%	2,41	0,39	0,50	0,02	0,38	Maioria	Maioria	Sim
Vila Pouca de Aguiar	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	91	"Positivo"	44,0%	-1,70	0,15	0,49	0,05	1,15	Maioria	Maioria	Sim
Vila Real de Santo António	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	106	"Negativo"	435,6%	0,46	0,49	0,44	-0,09	0,69	Maioria	Maioria	Sim
Vila Velha de Ródão	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Positivo"	16,5%	5,40	0,02	0,68	0,02	29,15	Maioria	Maioria	Sim
Vila Viçosa	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	71,8%	0,91	0,17	0,77	-0,03	0,41	Maioria	Minoria	Sim
Vimioso	P	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	77	"Positivo"	56,2%	-0,03	0,19	0,47	0,05	4,17	Maioria	Maioria	Sim
Viseu	M	2015	"Opinião com reservas"	"Sim"	99	"Positivo"	60,5%	-2,60	0,13	0,74	0,01	4,07	Maioria	Maioria	Sim
Vizela	M	2015	"Limpa"	"Não"	88	"Positivo"	192,2%	1,32	0,37	0,47	0,07	1,82	Maioria	Maioria	Sim
Vouzela	P	2015	"Opinião com reservas"	"Não"	117	"Negativo"	108,2%	1,15	0,14	0,74	-0,04	0,91	Maioria	Maioria	Sim
Abrantes	M	2016	"Limpa"	"Não"	90	"Positivo"	47,0%	-2,14	0,06	0,85	0,00	3,85	Maioria	Maioria	Sim
Águeda	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Negativo"	36,6%	1,04	0,06	0,63	-0,04	2,16	Maioria	Maioria	Sim
Aguiar da Beira	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Negativo"	49,4%	1,14	0,06	0,79	-0,04	10,09	Maioria	Maioria	Sim
Albergaria a Velha	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	90	"Negativo"	32,7%	1,54	0,08	0,70	-0,03	2,38	Maioria	Minoria	Sim
Albufeira	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Positivo"	28,8%	0,72	0,11	0,79	0,08	8,95	Minoria	Minoria	Sim
Alcácer do Sal	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Negativo"	11,6%	1,64	0,04	0,71	-0,02	5,26	Maioria	Maioria	Sim
Alcanena	P	2016	"Limpa"	"Não"	109	"Positivo"	89,3%	1,07	0,24	0,55	0,04	0,53	Maioria	Minoria	Sim
Alcobaça	M	2016	"Limpa"	"Sim"	109	"Positivo"	21,6%	0,51	0,10	0,61	0,06	3,64	Minoria	Minoria	Sim
Alcoutim	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	51	"Positivo"	25,7%	0,90	0,08	0,57	0,02	2,51	Maioria	Maioria	Sim
Alenquer	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	118	"Positivo"	48,0%	1,56	0,16	0,60	0,06	0,42	Maioria	Minoria	Sim
Alfândega da Fé	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Negativo"	277,3%	1,57	0,34	0,58	-0,01	4,43	Maioria	Maioria	Sim
Alijó	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	90	"Positivo"	144,3%	1,16	0,44	0,48	0,11	1,66	Minoria	Minoria	Sim
Almada	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Positivo"	51,8%	2,06	0,11	0,82	0,00	3,67	Maioria	Minoria	Sim

Almeirim	M	2016	"Limpa"	"Não"	108	"Negativo"	49,5%	1,22	0,11	0,75	-0,05	1,74	Maioria	Maioria	Sim
Almodôvar	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	58,8%	0,55	0,12	0,67	0,02	2,94	Minoria	Minoria	Sim
Alpiarça	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	169,6%	0,95	0,25	0,60	-0,04	0,36	Maioria	Maioria	Sim
Amadora	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	40,4%	0,93	0,09	0,77	0,03	10,26	Maioria	Minoria	Sim
Anadia	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	76	"Positivo"	42,2%	1,55	0,07	0,66	0,00	5,54	Minoria	Minoria	Sim
Angra do Heroísmo	M	2016	"Limpa"	"Não"	120	"Positivo"	120,8%	0,94	0,15	0,60	0,03	5,16	Maioria	Maioria	Sim
Arganil	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	89	"Positivo"	42,9%	-1,57	0,11	0,71	0,01	1,35	Maioria	Maioria	Sim
Arouca	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	94	"Positivo"	23,7%	0,97	0,07	0,55	0,02	7,91	Maioria	Maioria	Sim
Arraiolos	P	2016	"Limpa"	"Sim"	110	"Positivo"	83,0%	1,79	0,12	0,67	0,00	1,85	Maioria	Maioria	Sim
Arronches	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	101	"Positivo"	28,0%	0,72	0,05	0,64	0,01	30,93	Maioria	Maioria	Sim
Arruda dos Vinhos	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	107	"Positivo"	54,8%	-1,17	0,19	0,64	0,02	0,83	Minoria	Minoria	Sim
Avis	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	114	"Negativo"	49,3%	1,20	0,07	0,80	-0,02	1,45	Maioria	Maioria	Sim
Azambuja	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	74	"Positivo"	105,8%	1,12	0,27	0,61	0,04	2,04	Minoria	Minoria	Sim
Baião	P	2016	"Limpa"	"Não"	102	"Positivo"	44,3%	0,96	0,12	0,69	0,01	1,16	Maioria	Maioria	Sim
Barreiro	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	60,8%	1,03	0,20	0,70	0,06	0,85	Maioria	Maioria	Sim
Batalha	P	2016	"Limpa"	"Não"	101	"Negativo"	23,1%	1,42	0,04	0,74	-0,01	3,71	Maioria	Maioria	Sim
Beja	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	59,0%	1,06	0,13	0,69	0,03	2,58	Maioria	Minoria	Sim
Belmonte	P	2016	"Limpa"	"Sim"	110	"Negativo"	95,8%	0,96	0,16	0,60	-0,09	0,25	Maioria	Maioria	Sim
Bragança	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	21,7%	0,49	0,05	0,64	0,02	3,83	Maioria	Maioria	Sim
Cabeceiras de Basto	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	100	"Negativo"	58,7%	1,06	0,12	0,60	-0,01	1,78	Minoria	Minoria	Sim
Caldas da Rainha	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	88	"Negativo"	30,2%	8,18	0,08	0,65	0,00	1,62	Maioria	Minoria	Sim
Câmara de Lobos	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	93	"Positivo"	74,6%	0,96	0,16	0,52	0,02	3,30	Maioria	Minoria	Sim
Campo Maior	P	2016	"Limpa"	"Sim"	93	"Positivo"	28,8%	1,52	0,03	0,82	0,00	0,52	Maioria	Maioria	Sim
Cantanhede	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Positivo"	102,6%	0,42	0,18	0,71	0,01	0,58	Maioria	Maioria	Sim
Carregal do Sal	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	97	"Negativo"	58,4%	1,26	0,11	0,70	-0,03	7,37	Maioria	Maioria	Sim
Cartaxo	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	120	"Positivo"	393,6%	-1,00	1,55	-0,24	-0,05	0,74	Minoria	Minoria	Sim
Cascais	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	72	"Positivo"	39,7%	0,81	0,11	0,84	0,06	0,76	Maioria	Minoria	Sim
Castanheira de Pera	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Positivo"	152,0%	0,47	0,25	0,60	0,04	7,58	Minoria	Minoria	Sim
Castelo Branco	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	22,0%	0,12	0,03	0,66	0,01	51,15	Maioria	Maioria	Sim
Castelo de Paiva	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	104	"Positivo"	115,9%	1,08	0,35	0,50	0,04	0,93	Maioria	Maioria	Sim

Castelo de Vide	P	2016	"Limpa"	"Não"	90	"Negativo"	8,9%	1,12	0,01	0,85	-0,03	10,27	Maioria	Maioria	Sim
Castro Daire	P	2016	"Limpa"	"Não"	103	"Negativo"	25,5%	1,36	0,05	0,81	-0,01	1,20	Maioria	Maioria	Sim
Castro Marim	P	2016	"Limpa"	"Não"	108	"Negativo"	46,9%	1,02	0,08	0,77	-0,02	3,05	Maioria	Maioria	Não
Celorico da Beira	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	242,2%	1,51	0,53	0,33	0,12	0,06	Maioria	Maioria	Sim
Chamusca	P	2016	"Limpa"	"Sim"	114	"Positivo"	36,3%	0,57	0,09	0,75	0,00	5,79	Minoria	Minoria	Sim
Chaves	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	68	"Positivo"	114,0%	-0,20	0,26	0,52	0,05	1,31	Minoria	Minoria	Sim
Cinfães	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	13,0%	4,91	0,06	0,72	0,04	2,02	Maioria	Maioria	Sim
Condeixa a Nova	P	2016	"Limpa"	"Sim"	102	"Negativo"	29,0%	1,11	0,05	0,77	-0,05	1,34	Maioria	Maioria	Sim
Constância	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Positivo"	56,1%	3,34	0,10	0,66	0,01	2,10	Maioria	Maioria	Sim
Coruche	P	2016	"Limpa"	"Não"	114	"Positivo"	23,0%	0,35	0,05	0,73	0,05	10,15	Maioria	Maioria	Sim
Cuba	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Positivo"	57,6%	2,81	0,14	0,61	0,00	0,93	Maioria	Maioria	Sim
Elvas	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	16,2%	1,00	0,04	0,67	-0,06	1,39	Maioria	Maioria	Sim
Entroncamento	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	107	"Positivo"	93,5%	0,99	0,35	0,35	0,04	0,56	Maioria	Minoria	Sim
Espinho	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	97	"Negativo"	118,7%	1,19	0,31	0,49	0,00	0,68	Maioria	Minoria	Sim
Estarreja	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	100	"Positivo"	79,2%	-1,74	0,17	0,50	0,05	2,63	Maioria	Minoria	Sim
Évora	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Negativo"	207,0%	0,47	0,06	0,53	-0,03	0,75	Maioria	Maioria	Sim
Fafe	M	2016	"Limpa"	"Não"	103	"Positivo"	24,2%	1,01	0,06	0,68	0,01	1,74	Minoria	Minoria	Sim
Faro	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Negativo"	113,1%	1,16	0,26	0,63	-0,01	3,46	Minoria	Minoria	Não
Felgueiras	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Negativo"	29,8%	0,99	0,06	0,74	-0,03	1,71	Maioria	Maioria	Sim
Ferreira do Zêzere	P	2016	"Limpa"	"Não"	100	"Negativo"	65,8%	1,32	0,08	0,86	-0,02	4,00	Maioria	Maioria	Sim
Figueira da Foz	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	95,3%	-0,31	0,17	0,73	0,02	1,63	Maioria	Minoria	Sim
Figueira de Castelo Rodrigo	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	51,0%	1,21	0,17	0,62	0,03	0,68	Maioria	Maioria	Sim
Figueiró dos Vinhos	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Negativo"	91,0%	1,18	0,15	0,72	-0,09	0,24	Maioria	Minoria	Não
Fronteira	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Negativo"	49,0%	0,99	0,06	0,79	-0,01	7,08	Maioria	Maioria	Sim
Funchal	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	96	"Positivo"	89,9%	1,47	0,07	0,82	0,01	0,74	Minoria	Minoria	Não
Fundão	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Positivo"	313,6%	-0,38	0,65	0,22	0,01	0,96	Maioria	Maioria	Sim
Gavião	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Negativo"	24,5%	1,00	0,05	0,78	-0,02	4,55	Maioria	Maioria	Sim
Golegã	P	2016	"Limpa"	"Não"	100	"Positivo"	61,7%	0,84	0,14	0,63	0,00	0,16	Minoria	Minoria	Não
Gondomar	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	93	"Negativo"	166,1%	0,96	0,34	0,51	-0,01	0,87	Maioria	Maioria	Sim
Gouveia	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Negativo"	46,7%	0,95	0,06	0,72	-0,01	0,44	Maioria	Maioria	Sim

Guarda	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Positivo"	103,0%	-0,96	0,18	0,61	0,03	1,48	Maioria	Maioria	Sim
Guimarães	G	2016	"Limpa"	"Sim"	89	"Positivo"	71,6%	1,14	0,12	0,73	0,03	3,46	Maioria	Maioria	Sim
Ílhavo	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Positivo"	85,5%	0,86	0,15	0,61	0,03	1,26	Maioria	Minoria	Sim
Lagoa - Açores	P	2016	"Limpa"	"Não"	81	"Positivo"	96,7%	1,15	0,16	0,74	0,03	1,31	Maioria	Maioria	Sim
Lagoa - Algarve*	M	2016	"Limpa"	"Não"	83	"Positivo"	12,0%	0,11	0,04	0,88	0,01	5,77	Maioria	Minoria	Sim
Lagos	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	90	"Positivo"	97,4%	0,89	0,17	0,76	0,06	3,42	Maioria	Minoria	Sim
Lajes do Pico	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Positivo"	139,0%	0,86	0,39	0,24	0,00	0,68	Maioria	Maioria	Sim
Leiria	G	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	120	"Positivo"	77,7%	0,90	0,18	0,64	0,12	6,02	Maioria	Minoria	Sim
Lisboa	G	2016	"Limpa"	"Sim"	108	"Positivo"	123,0%	1,14	0,24	0,64	0,03	1,83	Maioria	Minoria	Sim
Loulé	M	2016	"Limpa"	"Sim"	90	"Positivo"	42,0%	0,77	0,14	0,68	0,09	10,88	Maioria	Maioria	Sim
Loures	G	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	73	"Positivo"	34,3%	0,89	0,03	0,90	0,01	2,27	Minoria	Minoria	Sim
Lousã	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	107	"Negativo"	43,9%	1,38	0,12	0,67	-0,02	1,06	Maioria	Maioria	Sim
Machico	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	95	"Positivo"	91,0%	0,70	0,21	0,42	0,02	0,43	Maioria	Maioria	Sim
Madalena	P	2016	"Limpa"	"Não"	110	"Negativo"	79,7%	0,88	0,21	0,44	0,00	0,17	Maioria	Maioria	Sim
Mafra	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	90	"Negativo"	33,9%	1,00	0,08	0,77	0,00	2,44	Maioria	Minoria	Sim
Maia	G	2016	"Limpa"	"Sim"	111	"Positivo"	84,3%	1,11	0,14	0,73	0,04	1,54	Maioria	Maioria	Sim
Mangualde	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Positivo"	72,1%	0,73	0,17	0,70	0,03	1,12	Maioria	Maioria	Sim
Manteigas	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Negativo"	118,4%	1,14	0,19	0,61	-0,03	1,06	Maioria	Minoria	Não
Marco de Canaveses	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	100	"Positivo"	114,2%	0,69	0,47	0,32	0,80	2,13	Maioria	Minoria	Sim
Marinha Grande	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	9,8%	0,94	0,03	0,78	0,04	9,65	Minoria	Minoria	Sim
Matosinhos	G	2016	"Limpa"	"Sim"	108	"Positivo"	68,1%	0,92	0,11	0,71	0,01	3,64	Maioria	Minoria	Sim
Mealhada	M	2016	"Limpa"	"Sim"	80	"Positivo"	3,9%	-0,96	0,02	0,81	0,00	18,18	Maioria	Maioria	Sim
Mêda	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	102	"Positivo"	93,5%	0,64	0,23	0,49	0,02	0,66	Minoria	Minoria	Sim
Mértola	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	33	"Positivo"	27,9%	0,49	0,06	0,69	0,05	18,85	Maioria	Maioria	Sim
Miranda do Corvo	P	2016	"Limpa"	"Não"	111	"Negativo"	27,7%	3,03	0,05	0,75	0,00	3,09	Maioria	Maioria	Sim
Miranda do Douro	P	2016	"Limpa"	"Sim"	86	"Positivo"	62,7%	4,13	0,15	0,73	0,00	9,21	Maioria	Maioria	Sim
Mirandela	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Positivo"	107,3%	1,09	0,06	0,37	0,16	0,41	Maioria	Maioria	Sim
Mogadouro	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Negativo"	32,0%	1,24	0,07	0,67	-0,02	3,37	Maioria	Iguald.	Não
Moimenta da Beira	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	107	"Positivo"	86,2%	3,27	0,21	0,53	0,06	0,44	Maioria	Maioria	Sim
Moita	M	2016	"Limpa"	"Não"	83	"Positivo"	52,2%	1,23	0,10	0,89	0,02	1,31	Maioria	Maioria	Sim

Monção	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Positivo"	55,3%	0,37	0,18	0,59	0,02	0,72	Minoria	Minoria	Não
Monforte	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	114	"Negativo"	49,5%	6,78	0,14	0,75	0,00	0,54	Maioria	Minoria	Sim
Montalegre	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	86	"Positivo"	26,0%	-11,50	0,06	0,72	0,01	2,57	Maioria	Maioria	Sim
Montemor-o-Novo	P	2016	"Limpa"	"Sim"	116	"Negativo"	24,4%	4,54	0,09	0,71	-0,03	1,54	Maioria	Maioria	Sim
Montemor-o-Velho	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	110	"Positivo"	145,3%	1,41	0,22	0,58	0,01	1,36	Minoria	Minoria	Sim
Montijo	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Positivo"	37,3%	0,63	0,10	0,79	0,01	2,45	Minoria	Minoria	Sim
Mora	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	44,9%	1,00	0,10	0,70	-0,01	3,96	Maioria	Maioria	Sim
Mortágua	P	2016	"Limpa"	"Sim"	109	"Positivo"	39,4%	-0,22	0,06	0,78	0,00	9,17	Maioria	Minoria	Não
Moura	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	114	"Negativo"	72,3%	0,96	0,07	0,84	-0,05	0,99	Maioria	Minoria	Não
Murça	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	102	"Negativo"	109,9%	0,61	0,34	0,49	0,00	0,38	Maioria	Minoria	Não
Murtosa	P	2016	"Limpa"	"Não"	79	"Positivo"	24,1%	0,46	0,04	0,72	0,02	5,22	Maioria	Maioria	Sim
Nelas	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	186	"Positivo"	133,1%	1,14	0,32	0,58	0,00	0,54	Maioria	Minoria	Sim
Nisa	P	2016	"Limpa"	"Sim"	103	"Positivo"	48,5%	-1,64	0,13	0,56	0,04	5,31	Minoria	Minoria	Sim
Óbidos	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	100	"Negativo"	58,1%	0,89	0,11	0,67	-0,02	1,94	Maioria	Minoria	Sim
Odemira	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	93	"Positivo"	42,9%	1,10	0,06	0,57	0,03	1,74	Maioria	Maioria	Sim
Odivelas	G	2016	"Limpa"	"Sim"	102	"Positivo"	32,2%	0,05	0,11	0,77	0,04	1,57	Maioria	Minoria	Sim
Olhão	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	75	"Positivo"	83,9%	0,70	0,17	0,68	0,04	14,30	Minoria	Minoria	Sim
Oliveira de Azeméis	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	74,2%	1,00	0,14	0,75	0,03	0,78	Maioria	Minoria	Sim
Oliveira de Frades	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	111	"Positivo"	66,1%	3,78	0,13	0,67	0,01	0,68	Maioria	Maioria	Sim
Oliveira do Bairro	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	86	"Positivo"	69,7%	0,70	0,14	0,60	0,01	0,82	Maioria	Minoria	Sim
Ourém	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Negativo"	49,4%	1,46	0,09	0,76	-0,02	2,57	Minoria	Minoria	Não
Ovar	M	2016	"Limpa"	"Sim"	90	"Negativo"	24,5%	1,05	0,05	0,76	-0,04	1,75	Maioria	Minoria	Sim
Paços de Ferreira	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	260,6%	1,34	0,60	0,19	0,06	0,05	Maioria	Maioria	Sim
Palmela	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	101	"Positivo"	45,6%	0,97	0,15	0,79	0,00	1,89	Maioria	Maioria	Sim
Paredes	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Negativo"	123,6%	0,89	0,23	0,62	-0,05	0,53	Maioria	Minoria	Sim
Penacova	P	2016	"Limpa"	"Sim"	103	"Negativo"	10,5%	10,88	0,04	0,67	-0,01	1,65	Maioria	Maioria	Sim
Penafiel	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	72	"Positivo"	79,5%	0,67	0,12	0,75	0,02	0,10	Maioria	Maioria	Sim
Penalva do Castelo	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Positivo"	31,6%	0,60	0,08	0,76	0,03	7,12	Maioria	Maioria	Sim
Penamacor	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	114	"Positivo"	55,9%	1,03	0,11	0,74	0,07	1,97	Maioria	Maioria	Sim
Penedono	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	5,3%	0,09	0,01	0,90	0,00	9,23	Maioria	Maioria	Sim

Penela	P	2016	"Limpa"	"Sim"	114	"Negativo"	68,1%	1,18	0,16	0,62	-0,04	0,38	Maioria	Maioria	Sim
Peniche	M	2016	"Limpa"	"Sim"	108	"Positivo"	60,1%	1,12	0,30	0,51	0,07	1,43	Minoria	Minoria	Sim
Peso da Régua	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	163,8%	0,91	0,06	0,30	-0,17	0,33	Maioria	Maioria	Sim
Pinhel	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Negativo"	68,8%	1,29	0,22	0,51	-0,10	0,58	Maioria	Maioria	Sim
Pombal	M	2016	"Limpa"	"Não"	111	"Positivo"	22,5%	0,22	0,06	0,63	0,03	3,10	Maioria	Maioria	Sim
Ponta Delgada	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	68	"Positivo"	89,6%	14,30	0,16	0,67	0,02	1,51	Maioria	Minoria	Sim
Ponte de Lima	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	86	"Negativo"	12,6%	1,36	0,03	0,68	-0,01	7,75	Maioria	Maioria	Sim
Ponte de Sor	P	2016	"Limpa"	"Sim"	101	"Positivo"	12,8%	1,34	0,03	0,60	0,01	7,28	Maioria	Maioria	Sim
Portalegre	M	2016	"Limpa"	"Sim"	114	"Positivo"	180,7%	-379,35	0,29	0,48	0,02	0,64	Maioria	Minoria	Sim
Portel	P	2016	"Limpa"	"Sim"	107	"Negativo"	35,7%	1,24	0,10	0,66	-0,02	56,02	Maioria	Maioria	Sim
Portimão	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	326,8%	1,00	0,46	0,44	0,06	0,15	Minoria	Minoria	Sim
Porto	G	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	100	"Positivo"	27,6%	1,86	0,04	0,81	0,01	6,30	Minoria	Minoria	Sim
Porto de Mós	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	96	"Positivo"	21,3%	0,85	0,08	0,74	0,03	3,77	Maioria	Maioria	Sim
Póvoa de Lanhoso	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Positivo"	44,0%	0,24	0,16	0,60	0,06	1,26	Maioria	Maioria	Sim
Póvoa de Varzim	M	2016	"Limpa"	"Sim"	100	"Positivo"	39,6%	0,94	0,13	0,59	0,04	1,74	Maioria	Maioria	Sim
Proença-a-Nova	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	102	"Negativo"	44,8%	1,00	0,09	0,74	-0,06	1,45	Maioria	Maioria	Sim
Resende	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	87	"Positivo"	70,7%	0,92	0,14	0,67	0,01	1,24	Maioria	Maioria	Sim
Ribeira Brava	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	95	"Positivo"	90,4%	0,98	0,07	0,67	0,00	0,23	Maioria	Minoria	Sim
Ribeira de Pena	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	81	"Positivo"	59,9%	1,93	0,18	0,55	0,00	0,72	Maioria	Maioria	Sim
Ribeira Grande	M	2016	"Limpa"	"Não"	89	"Positivo"	70,5%	0,95	0,10	0,65	0,03	1,58	Maioria	Maioria	Sim
Rio Maior	M	2016	"Limpa"	"Não"	111	"Positivo"	78,8%	0,34	0,20	0,51	0,07	2,78	Maioria	Maioria	Sim
Sabrosa	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	49,7%	1,00	0,13	0,64	-0,05	2,36	Maioria	Maioria	Sim
Sabugal	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	108	"Positivo"	48,9%	1,76	0,17	0,50	0,00	1,51	Maioria	Minoria	Sim
Salvaterra de Magos	M	2016	"Limpa"	"Não"	116	"Negativo"	39,4%	1,80	0,13	0,58	-0,02	1,89	Minoria	Minoria	Sim
Santa Cruz	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	94	"Positivo"	131,6%	0,91	0,57	0,23	0,26	1,26	Maioria	Maioria	Sim
Santa Cruz da Graciosa	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	38,1%	0,08	0,07	0,63	0,04	13,84	Maioria	Maioria	Sim
Santa Maria da Feira	G	2016	"Limpa"	"Não"	89	"Positivo"	67,9%	1,01	0,14	0,69	0,05	3,21	Maioria	Minoria	Sim
Santa Marta de Penaguião	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Negativo"	43,7%	1,13	0,09	0,67	-0,06	1,58	Maioria	Maioria	Sim

Santarém	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	100	"Positivo"	191,3%	0,76	0,30	0,58	0,03	1,54	Minoria	Minoria	Sim
Santiago do Cacém	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	49,2%	0,27	0,19	0,62	0,07	0,96	Maioria	Maioria	Sim
São Brás de Alportel	P	2016	"Limpa"	"Não"	81	"Negativo"	23,9%	1,12	0,08	0,77	-0,02	5,83	Maioria	Maioria	Sim
São João da Pesqueira	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	100	"Negativo"	101,0%	0,96	0,06	0,70	-0,05	0,13	Maioria	Minoria	Sim
São Pedro do Sul	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Negativo"	50,1%	0,79	0,16	0,65	-0,01	0,86	Maioria	Maioria	Sim
São Roque do Pico	P	2016	"Limpa"	"Sim"	103	"Negativo"	15,5%	0,98	0,03	0,75	-0,02	2,62	Maioria	Minoria	Sim
São Vicente	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	109	"Positivo"	122,3%	-4,87	0,22	0,37	0,00	0,10	Maioria	Maioria	Sim
Sardoal	P	2016	"Limpa"	"Sim"	110	"Positivo"	94,4%	1,42	0,25	0,54	0,01	1,16	Maioria	Maioria	Sim
Seia	M	2016	"Limpa"	"Não"	109	"Positivo"	258,8%	1,90	0,78	0,18	0,10	0,73	Maioria	Maioria	Sim
Seixal	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	94,4%	0,93	0,35	0,61	0,12	1,69	Maioria	Minoria	Sim
Sesimbra	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	116	"Positivo"	62,0%	0,48	0,19	0,70	0,02	2,99	Maioria	Minoria	Sim
Setúbal	G	2016	"Limpa"	"Não"	111	"Positivo"	91,6%	1,37	0,17	0,73	0,02	2,02	Maioria	Minoria	Sim
Sever do Vouga	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Positivo"	31,6%	1,68	0,06	0,72	0,01	3,55	Maioria	Maioria	Sim
Silves	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Positivo"	35,8%	0,39	0,13	0,69	0,08	2,43	Minoria	Minoria	Sim
Sines	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	101	"Positivo"	96,2%	1,09	0,19	0,53	0,00	0,64	Maioria	Maioria	Sim
Sintra	G	2016	"Limpa"	"Sim"	94	"Positivo"	15,6%	0,77	0,03	0,87	0,04	7,72	Minoria	Minoria	Sim
Sobral de Monte Agraço	P	2016	"Limpa"	"Não"	114	"Negativo"	70,9%	0,90	0,22	0,57	-0,02	0,58	Maioria	Maioria	Sim
Sousel	P	2016	"Limpa"	"Sim"	108	"Negativo"	71,8%	1,43	0,20	0,42	0,00	0,89	Maioria	Maioria	Não
Tabuaço	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Positivo"	187,1%	1,07	0,31	0,57	0,06	0,12	Maioria	Maioria	Sim
Tavira	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	40	"Negativo"	55,1%	1,67	0,06	0,88	-0,02	7,09	Maioria	Minoria	Sim
Terras de Bouro	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	96	"Negativo"	44,8%	4,19	0,07	0,80	0,00	0,69	Maioria	Maioria	Sim
Torre de Moncorvo	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Negativo"	120,8%	0,75	0,36	0,50	-0,06	0,56	Maioria	Maioria	Sim
Torres Novas	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	104	"Positivo"	95,5%	3,55	0,17	0,64	0,02	0,95	Maioria	Minoria	Sim
Torres Vedras	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	116	"Positivo"	49,8%	1,01	0,18	0,63	0,07	0,52	Maioria	Maioria	Sim
Trancoso	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	111	"Negativo"	74,0%	1,26	0,17	0,53	-0,03	0,94	Maioria	Maioria	Sim
Trofa	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	103	"Positivo"	178,6%	0,98	0,57	0,30	0,20	0,94	Maioria	Maioria	Sim
Vale de Cambra	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Positivo"	61,4%	1,15	0,14	0,65	0,04	1,20	Maioria	Minoria	Sim
Valongo	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Negativo"	129,4%	1,59	0,18	0,73	-0,01	0,96	Minoria	Minoria	Sim
Valpaços	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	74	"Positivo"	39,4%	17,36	0,08	0,74	0,00	1,56	Maioria	Maioria	Sim
Velas	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	83	"Positivo"	99,3%	0,71	0,21	0,47	0,08	6,11	Maioria	Minoria	Não

Vendas Novas	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	86	"Negativo"	58,2%	0,74	0,13	0,66	-0,04	1,38	Minoria	Minoria	Sim
Viana do Alentejo	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	16,4%	0,95	0,06	0,63	0,01	3,52	Maioria	Maioria	Sim
Viana do Castelo	M	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	80	"Positivo"	57,2%	0,85	0,16	0,60	0,03	0,81	Maioria	Iguald.	Sim
Vila de Rei	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	120	"Positivo"	45,2%	1,17	0,09	0,67	0,01	4,11	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Bispo	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	97	"Negativo"	64,8%	1,02	0,22	0,62	-0,07	0,46	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Conde	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	103	"Positivo"	104,0%	2,15	0,17	0,71	0,03	1,45	Maioria	Maioria	Sim
Vila do Porto	P	2016	"Limpa"	"Não"	110	"Positivo"	113,2%	0,15	0,11	0,88	0,05	6,08	Maioria	Maioria	Sim
Vila Flor	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	109	"Positivo"	29,4%	1,08	0,09	0,73	0,01	4,24	Maioria	Maioria	Sim
Vila Franca de Xira	G	2016	"Limpa"	"Não"	73	"Positivo"	43,5%	1,07	0,06	0,78	0,00	10,11	Minoria	Minoria	Sim
Vila Franca do Campo	P	2016	"Limpa"	"Não"	95	"Positivo"	347,1%	-1,47	0,27	0,58	0,01	6,57	Maioria	Minoria	Sim
Vila Nova Barquinha	P	2016	"Limpa"	"Não"	110	"Positivo"	63,2%	0,42	0,16	0,56	0,01	2,25	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova Famalicão	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	89	"Positivo"	56,3%	0,78	0,14	0,74	0,05	1,70	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Foz Coa	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	102	"Positivo"	19,8%	1,04	0,06	0,63	0,03	1,96	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Gaia	G	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	110	"Positivo"	157,2%	0,86	0,24	0,62	0,04	1,18	Minoria	Minoria	Sim
Vila Nova de Paiva	P	2016	"Opinião com reservas"	"Não"	108	"Positivo"	80,6%	0,55	0,28	0,45	0,06	0,92	Maioria	Maioria	Sim
Vila Nova de Poiares	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	114	"Positivo"	278,3%	-2,89	0,37	0,52	0,01	0,48	Maioria	Maioria	Sim
Vila Pouca de Aguiar	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	94	"Positivo"	31,6%	2,69	0,12	0,50	0,01	1,98	Maioria	Maioria	Sim
Vila Real de Santo António	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	108	"Negativo"	396,3%	-0,58	0,46	0,46	-0,03	1,01	Maioria	Maioria	Sim
Vila Velha de Ródão	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	107	"Positivo"	12,4%	0,69	0,06	0,70	0,06	23,99	Maioria	Maioria	Sim
Vila Viçosa	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	120	"Negativo"	55,1%	0,96	0,15	0,77	-0,06	0,99	Maioria	Minoria	Sim
Vimioso	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	73	"Positivo"	47,6%	-1,01	0,18	0,49	0,05	5,45	Maioria	Maioria	Sim
Viseu	M	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	83	"Positivo"	52,0%	-1,25	0,11	0,77	0,03	4,17	Maioria	Maioria	Sim
Vizela	M	2016	"Limpa"	"Sim"	86	"Positivo"	141,3%	1,32	0,31	0,53	0,04	2,12	Maioria	Maioria	Sim
Vouzela	P	2016	"Opinião com reservas"	"Sim"	95	"Negativo"	84,8%	1,19	0,13	0,74	-0,03	0,61	Maioria	Maioria	Sim